História do Brasil Colônia e Império

Gleiton Luiz de Lima

Diretor editorial e de conteúdo: Roger Trimer
Gerente de produção editorial: Kelly Tavares
Supervisora de produção editorial: Silvana Afonso
Coordenador de produção editorial: Sérgio Nascimento
Editor: Casa de Ideias
Editor assistente: Marcos Guimarães
Revisão: Oitava Rima
Capa: Solange Rennó
Diagramação: Casa de Ideias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lima, Gleiton Luiz de
L732h História do Brasil Colônia e Império/ Gleiton Luiz de
Lima – Londrina: UNOPAR, 2014.
168 p.

ISBN 978-85-87686-72-5

1. Descobrimento. 2. Família Real. I Título.

CDD 981.021

Sumário

Carta ao aluno

O crescimento e a convergência do potencial das tecnologias da informação e da comunicação fazem com que a educação a distância, sem dúvida, contribua para a expansão do ensino superior no Brasil, além de favorecer a transformação dos métodos tradicionais de ensino em uma inovadora proposta pedagógica.

Foram exatamente essas características que possibilitaram à Unopar ser o que é hoje: uma referência nacional em ensino superior. Além de oferecer cursos nas áreas de humanas, exatas e da saúde em três campi localizados no Paraná, é uma das maiores universidades de educação a distância do país, com mais de 450 polos e um sistema de ensino diferenciado que engloba aulas ao vivo via satélite, Internet, ambiente Web e, agora, livros-texto como este.

Elaborados com base na ideia de que os alunos precisam de instrumentos didáticos que os apoiem — embora a educação a distância tenha entre seus pilares o autodesenvolvimento —, os livros-texto da Unopar têm como objetivo permitir que os estudantes ampliem seu conhecimento teórico, ao mesmo tempo em que aprendem a partir de suas experiências, desenvolvendo a capacidade de analisar o mundo a seu redor.

Para tanto, além de possuírem um alto grau de dialogicidade — caracterizado por um texto claro e apoiado por elementos como “Saiba mais”, “Links” e “Para saber mais” —, esses livros contam com a seção “Aprofundando o conhecimento”, que proporciona acesso a materiais de jornais e revistas, artigos e textos de outros autores.

E, como não deve haver limites para o aprendizado, os alunos que quiserem ampliar seus estudos poderão encontrar na íntegra, na Biblioteca Digital,

acessando a Biblioteca Virtual Universitária disponibilizada pela instituição, a grande maioria dos livros indicada na seção "Aprofundando o conhecimento".

Essa biblioteca, que funciona 24 horas por dia durante os sete dias da semana, conta com mais de 2.500 títulos em português, das mais diversas áreas do conhecimento, e pode ser acessada de qualquer computador conectado à Internet.

Somados à experiência dos professores e coordenadores pedagógicos da Unopar, esses recursos são uma parte do esforço da instituição para realmente fazer diferença na vida e na carreira de seus estudantes e também — por que não? — para contribuir com o futuro de nosso país.

Bom estudo!

Pró-reitoria

Apresentação

Constitui honra somar forças à construção do curso de Licenciatura em História da Unopar Virtual, principalmente nesta nova formulação dos livros disponibilizados. Novas abordagens, aprofundamentos e reflexões, incorporados ao material nesta segunda edição, consolidam a importância da disciplina na formação dos conhecimentos e conceitos necessários aos valores inclusivos capazes de nortear a construção da cidadania incipiente de nosso país.

O texto preserva, pautado pela ementa da disciplina, as raízes históricas brasileiras e o olhar crítico sobre a construção da história do Brasil, acreditando ser possível desenvolver diálogo e cidadania tendo por base os conhecimentos históricos.

Fica previamente estabelecido o convite à colaboração, base da sociedade do conhecimento e matriz do diálogo e reflexão, para a construção de profícua jornada por meio da disciplina ao logo do semestre a partir dos temas abordados. Acreditando que apenas a crítica sem fundamentação, ou a verborreia panfletária, dissociada de fundamentação teórica e conhecimento maturado, pouco pode contribuir.

Unidade 1

“O descobrimento”

Objetivos de aprendizagem: no momento dos primeiros contatos eram mundos bem distantes, com centenas de povos rivalizando-se por fatores diferentes — em tese, na Europa, a disputa tinha caráter mercantil-capitalista, na América, razões territoriais de preservação da vida. Se existia a possibilidade de diálogo e convívio pacífico entre os diferentes povos que participaram na condição de atores ou coadjuvantes nos diferentes continentes, ela foi completamente destruída pelas características exploratórias do modelo reprodutor dos valores burgueses de lucro a qualquer custo que comandaram as ações da grande aventura dos descobrimentos.

Seção 1: **Primeiros contatos**

Em 1500 eram povos distintos que construíram umas das maiores diversidades culturais a partir das condições geográficas favoráveis. Valores que foram preteridos desde os primeiros movimentos do “colonizador” em solo brasileiro.

Seção 2: **Presença portuguesa**

O cenário fora transformado após a frota Cabrália; nunca mais o Novo Mundo seria o mesmo. Duas das mudanças estruturais comprometeram o “vida futura” do país: o trabalho compulsório e a exploração econômica — esta última também com base na “a mão de obra”.

Introdução ao estudo

Peça fundamental no desenvolvimento do capitalismo e em sua busca por construir "modernidade", o Estado representa o ordenamento da sociedade civil em condições de organização à pressão política. Foi por meio da constituição de um modelo político administrativo que as novas forças econômicas e sociais impuseram seus valores na busca de consolidação de seus anseios. Fora por meio do Estado que a sociedade organizada empreendeu uma das maiores aventuras de todos os tempos: a Expansão Marítima.

Questões para reflexão

Será que os nativos da América não estariam mais felizes sem a chegada dos colonizadores? E os nativos subsaarianos? Quais seriam as condições da Europa sem a exploração das riquezas do Novo Mundo? Quais são as raízes que fundamentaram a dizimação das diferentes culturas fora do continente europeu? Enfim, muitas respostas podem ser construídas.

Para saber mais

Base da globalização, o processo expansionista deu margem ao debate sobre as diferenças e condições humanas, suas raízes históricas e culturais, suas fundamentações estruturais que permitem a construção da felicidade. Diferentes caminhos foram perseguidos nas últimas décadas sem força capaz de construir respeito às diferenças, prevalecendo a concentração de renda e poder em detrimento da vida sobre o planeta. No conflito entre os que acreditam na resiliência e os defensores da entropia, a sobrevivência é desafiada sem que o conhecimento construído apresente alternativa ao modelo inaugurado pela burguesia e "consolidado" via Estado moderno.

Seção 1 Primeiros contatos

1.1 A origem do homem americano

Em busca de sedimentar as bases dos conhecimentos necessários para a compreensão mínima da formação do Brasil, gostaríamos de começar a viagem pela história do Brasil com uma pergunta simples: qual a origem do homem

americano? Lembre-se de que pergunta simples não é sinônimo de resposta fácil; em regra, as perguntas mais simples, construídas a partir do conhecimento e reflexão, exigem atenção e maturidade. Não existe um único caminho ou certeza absoluta estabelecida.

Logo, em busca da resposta (ou das respostas), pode-se entrar por um campo árido, sujeito à escassez intensa e com pequenos e raros oásis aflorando em meio às veredas; afinal, durante muito tempo e por diferentes fatores, que incluem o poderio econômico e político estadunidense, defendeu-se a teoria de Clovis, pautada pela imigração de povos asiáticos pelo estreito de Bering, há aproximadamente doze mil anos. Pela teoria, os "primeiros ocupantes" do continente imigraram aproveitando os baixos níveis das águas e áreas congeladas, responsáveis por formar pontes na região que liga o continente asiático e americano. Atualmente, a teoria de Clovis recebe forte pressão da comunidade científica, que sinaliza para "novos rumos e direções". Você sabe por quê? Simples: as ciências estão em constante evolução, com melhoria das condições técnicas e tecnológicas, que modificam os olhares sobre a forma de se produzir, interpretar e transmitir o conhecimento. Foi em uma destas jornadas, na região de Lagoa Santa, em Minas Gerais, região de Belo Horizonte, em 1975, que fora descoberto o crânio que vem revolucionando a Antropologia e a História d'a Origem do Homem Americano.

O crânio encontrado tem datação, com base no carbono 14, de aproximadamente 11,5 mil anos. Muito próximo dos vestígios que deram suporte para a teoria de Clovis, colocando em xeque sua veracidade, abrindo espaço para amplo debate, jogando luz sobre os caminhos, jornadas e conhecimento.

Para saber mais

A datação por carbono 14 (radiocarbono) consiste em analisar a perda de carbono dos materiais recuperado ao longo tempo; a perda determina a data do artefato. Se quiser se aprofundar no assunto realize uma pesquisa na internet.

Esquecido por um tempo, até a década de 1990, o crânio foi "resgatado" pela segunda vez, quando, ao fazer uso de avançados recursos, o pesquisador da USP, Walter Neves, reconstruiu a fisionomia de Luzia. O resultado das pesquisas, fortalecido pela imagem "de aparência negroide", impuseram à ciência considerar, no mínimo, a existência de dois grupos distintos de ocupantes

primitivos do continente americano. Detalhe: Luzia, que "jogou luz" sobre as pesquisas, é o mais antigo fóssil humano do continente.

Em paralelo às pesquisas na região de Lagoa Santa existem muitas outras descobertas que intrigam os pesquisadores, multiplicando as incertezas enquanto as "possíveis respostas" produzidas pela Arqueologia. Uma das mais importantes pesquisas é desenvolvida na região da Serra da Capivara, no interior do Piauí. Em meio a milhares de vestígios, entre eles 60 mil pinturas rupestres, emanou a hipótese de autoctonia do homem da América do Sul, quiçá da América.

Links

Para aprofundar os conhecimentos sobre as atividades arqueológicas desenvolvidas no Brasil, visite a Fundação Museu do Homem Americano (Piauí/Brasil) por meio do endereço eletrônico: <http://www.fumdham.org.br/pcultural.asp>.

Acesse também a página da revista **Superinteressante**:

<http://super.abril.com.br/superarquivo/1996/conteudo_35374.shtml>.

1.2 Diferentes povos

A diversidade de povos e culturas do continente americano é capaz de surpreender até mesmo estudiosos. Na América existiam (e ainda existem) nativos com conhecimento e capacidade de engenharia em condições de rivalizarem com as civilizações mesopotâmicas ou egípcias; outros na Idade da Pedra, não raro com práticas antropofágicas; poucos conheciam a roda. Tudo indica que nenhuma nação teria domínio do vidro e da pólvora. Muitas eram nômades, vivendo da caça e da coleta de alimentos. Enfim, eram múltiplos, diferentes uns dos outros, infinitamente ricos culturalmente.

1.2.1 Coletores e caçadores

Eram grupos tribais de estrutura primitiva e nômade que viviam da caça e da pesca. Entre eles é possível destacar o grupo tapuia no Brasil e os esquimós da América do Norte. Esses grupos mantiveram a característica de sobreviver do fruto colhido na natureza, migrando a cada temporada de chuvas ou na escassez dos alimentos, a exemplo dos primeiros habitantes do continente. É importante ter em mente que esses grupos não levam o local à exaustão, man-

tendo equilíbrio com o meio ambiente e dentro da comunidade. Toda vez que há um crescimento populacional a tribo se divide para constituir novo grupo, fato capaz de garantir a sobrevivência da tribo. Estudos demonstraram que sempre houve critérios para o controle de natalidade.

1.2.2 Sociedade de subsistência

O grupo indígena majoritário no Brasil, quando da chegada dos primeiros europeus, é do tronco linguístico tupi-guarani, cujos integrantes eram praticantes da economia de subsistência; sedentários sem abandonar totalmente o processo de caça dos animais e coleta de alimentos. Tal modelo de produção não gerava excedente, inexistindo relações comerciais. Sem excedentes, as tribos construíram respostas às necessidades constantes em períodos de escassez por meio da reserva de alimentos em certas épocas do ano, ou em alguns períodos específicos, sempre em respeito ao equilíbrio da natureza. Um exemplo é o processo de pesca coletiva realizado antes do período de piracema para a transformação do peixe em farinha, que fica reservada para o período subsequente sem pescaria.

1.2.3 Portugal no centro das transformações

A origem dos Estados Nacionais Ibéricos vincula-se às guerras de reconquistas, que uniu os reinos católicos contra os invasores árabes, sendo esse o grande diferencial entre as origens dos Estados Nacionais. França e Inglaterra nasceram da consolidação do poder burguês, enquanto as monarquias ibéricas nasceram e desenvolveram-se vinculadas ao processo feudal de concessão de terras em troca de proteção e formação de alianças entre os nobres. O processo foi favorecido pela crise de primogenitura da Baixa Idade Média, que obrigava muitos nobres a buscarem alianças e terras fora de seus reinos. Foi o que aconteceu com Portugal, onde os irmãos Raimundo e Henrique de Borgonha, nobres franceses participantes da guerra de reconquista, receberam terras de Afonso VI, rei de Leão. Selando o compromisso de vassalagem, o Rei de Leão ofereceu as terras como dote no casamento de suas filhas Urraca e Teresa. Raimundo casou-se com Urraca recebendo o condado de Galiza, e Henrique casou-se com Teresa e recebeu o condado de Portucalense.

Em 1139 Afonso Henrique, filho de Henrique de Borgonha, rompendo os laços de vassalagem proclamou a independência do reino português e prosseguiu com as guerras contra os árabes e a expansão territorial ao sul do

país. Durante a primeira dinastia, a de Borgonha, o destaque foi o uso eficaz das terras conquistadas como moeda política, de fortalecimento monárquico junto à nobreza. Dessa forma, a monarquia portuguesa preservou boa parte da autoridade e poder, institucionalizando uma relação patrimonialista, em que os bens públicos são administrados pelo rei como se fossem bens particulares, dispondo livremente dos mesmos.

O desenvolvimento comercial e urbano do final da Idade Média, principalmente no final do século XIV, colocou Portugal no centro das decisões comerciais, financeiras e políticas da transição da Baixa Idade Média para a Idade Moderna. Basicamente, a ascensão do pequeno reino ibérico se deu por três fatores: a posição geográfica favorável de Portugal, com um pé no Mediterrâneo e outro no Atlântico; o desenvolvimento ao longo de décadas do espírito aventureiro, por meio da exploração sistemática das atividades pesqueiras na parcela da população lusitana próxima aos mares, que era e é a maioria; e, principalmente, fruto de ser o país rota italiana dos produtos raros (as especiarias) provenientes de diferentes fontes. Centralizados em sua distribuição na península itálica, os produtos e navegantes obrigatoriamente tinham que navegar o Mar Mediterrâneo rumo ao sol nascente, saíam para o Atlântico, contornando a Península Ibérica, para chegar ao Mar do Norte. Portugal, no meio do caminho e sem muito esforço, rapidamente transformou-se em ponto de apoio logístico às navegações comerciais, fato que promoveu em reflexo o nascimento da burguesia portuguesa.

O desenvolvimento econômico e financeiro rapidamente influenciou os valores sociais que abriram espaço para as bases de consolidação do capitalismo europeu; Portugal, isto é, os povos que habitavam a região onde hoje está Portugal, souberam fazer valer as oportunidades para instituir o poder centralizado por meio da Revolução de Avis, em 1883. A revolução contrária à dinastia Borgonha, que reinava em Portugal desde o século XII, conduziu ao trono D. João I, que inaugurou a Dinastia de Avis (1385/1580). D. Henrique, filho de D. João I, sem pretensão ao poder monárquico, foi capaz de reunir as forças necessárias e capazes de viabilizar a maior empreitada do homem renascentista, a expansão da burguesia e da Monarquia, graças ao sistema de monopólio e de proteção às ações comerciais da burguesia centralizadas na região de Sagres, que entrou para a história como "Escola de Sagres".

A segurança, as garantias financeiras e econômicas, associadas às habilidades de negociação e ação da dinastia de Avis, com pleno uso do poder do

Estado, possibilitaram a realização do maior feito europeu de todos os tempos: As expansões marítimas. Feito digno de profunda admiração quando refletimos sobre as condições técnicas existentes.

Para saber mais

A "Escola de Sagres" é o nome atribuído ao processo náutico desenvolvido na região sul de Portugal, no porto de Sagres, com vistas ao processo de expansão marítima. Foi de Sagres que saíram as caravelas para conquistar o mundo, descobrir o caminho marítimo para as Índias e tomar posse do Brasil. Para aprofundar o conhecimento basta digitar a expressão "Escola de Sagres" em sites de busca.

1.3 Expansão marítima

A expansão marítima tem por objetivo novas rotas marítimas ligando o comércio europeu às ricas especiarias das Índias, além da busca por metais (ouro e prata) escassos no Velho Mundo. Pestes, guerras e insegurança crescentes colocavam em xeque a capacidade burguesa produzir respostas às desgraças que se avolumavam, motivando a substituição das rotas terrestres, caracterizadas pela insegurança e impostos altos, por rotas marítimas.

A primeira das rotas marítimas ligava as cidades italianas, monopolizadoras do comércio mediterrâneo, ao mar do norte, por meio do Atlântico, abriu a perspectiva ao pequeno reino de Portugal, ponto extremo da Europa, passagem obrigatória e porto de abastecimento náutico, de transformar a mentalidade da sociedade ibérica em relação ao processo mercantil.

Há de se destacar que o pequeno reino ibérico reunia as condições necessárias para se tornar o palco da maior atividade que o homem desenvolvera até então: a expansão marítima. Portugal detinha maturidade burguesa e política exigida para o momento; embora muitas vezes analisado e criticado por estudiosos, que insistem em ver no poder patrimonial do Estado centralizado precocemente um problema e/ou conflito interno capaz de impedir as ações necessárias ao empreendimento marítimo.

Foi poder do Estado que fez valer as demais condições históricas e geográficas que favoreceram a primazia náutica portuguesa. Sem o Estado centralizado fica difícil imaginar o desenvolvimento de tamanho empreendimento econômico e financeiro.

Para saber mais

É importante entender que as condições técnicas e ideológicas jogavam contra aventura de tamanha magnitude. Reza a lenda de que monstros dominavam os mares; em agravamento as naus eram frágeis, diante das dificuldades e desconhecimento marítimo. A força aglutinadora, com capacidade de seduzir para a aventura, era o capitalismo em desenvolvimento que, carecendo de metais para as moedas que fortaleciam e facilitavam o comércio, fez valer o valor ideológico de lucro e riqueza.

1.3.1 Consequências da expansão

Diretamente ou indiretamente o mundo não foi o mesmo após a epopeia do século XV: o Mediterrâneo deixa de ser o grande mar frente à supremacia do Atlântico; as terras descobertas acabaram por formar o sistema colonial mercantil (fonte de produtos e riquezas), multiplicando o fluxo comercial; o rei (e a burguesia) consolida seu poder por meio do Estado Absolutista; o comércio globalizado desenvolvido entre o Velho Mundo e o Novo Mundo da a pretensa ideia do mundo unido pelo comércio; a abundância de metais, até então escassos na Europa, provocou inflação. As visões etnocêntricas impõem valores europeus aos bárbaros do Novo Mundo, particularmente nas colonizações ibéricas há o predomínio da fé católica, em detrimento do protestantismo europeu ou da espiritualidade de americanos e africanos.

Contraditoriamente, e de forma curiosa, o processo desencadeado pela expansão marítima, cujo suporte fora o Estado patrimonial, não resultou em melhoria da condição humana em Portugal ou em melhoria das condições estruturais de desenvolvimento do pequeno reino.

Para fazer frente ao agigantar-se da máquina burocrático-administrativa, o Estado, negligente em suas ações de bases estruturais, fez opção por reforçar o rigor fiscal; nas palavras de Vieira: “Muito deu em seu tempo Pernambuco; muito deu e dá hoje a Bahia, e nada se logra; porque o que se tira do Brasil, tira-se do Brasil; o que o Brasil dá, Portugal o leva” (VIEIRA apud FAORO, 1989, p. 234). Condiciona-se o desenvolvimento das atividades econômicas, leiam-se comerciais, de forma que os tributos tornem-se a arma de manutenção do Estado. Possível, embora temerário, quando jogamos com as condições históricas favoráveis; qualquer solavanco ou alteração de curso pode comprometer todo o projeto, como o fez já nos primeiros anos do século XVI. Acreditar no

milagre que florescia nos trópicos, acreditando ser sua única forte de renda e riqueza, preterindo as bases de educação e ciência, fez de Portugal um exemplo precoce e inusitado da "doença holandesa", arrastando para a mesma vala as colônias do novo mundo, particularmente o Brasil.

Para saber mais

A expressão "doença holandesa" sintetiza um conjunto de características econômicas, pautadas pela abundância de recursos minerais, entrada de capitais e valorização da moeda nacional. Os efeitos colaterais, entre outros, são a inflação e desindustrialização (ou não industrialização no caso de Portugal), com atrasos econômicos de *difícil solução*. A Holanda vivenciou *essa praga* nas décadas de 1960/70 e o Brasil está mergulhado nela ainda nesta década.

Para saber mais

A coroa portuguesa agiu com base nos valores de mercantilismo e tendo por suporte legal o Tratado de Tordesilhas. Entre as motivações para dar início à ocupação exploratória do Brasil estão o declínio do rico comércio com as Índias e todo o furor provocado pelas descobertas das ricas fontes de metais preciosos na América Espanhola.

1.3.2 A invenção do Brasil

A Expansão Marítima constitui demonstração inexorável da capacidade de superação e inquietude da raça humana, capaz de projetar a Europa (e seus valores) para todo um planeta, até então desconhecido.

O que não faltam são controvérsias, existindo um ar de mistério nas organizações e desenvolvimento científico, necessários à maior aventura do homem até aquele momento. Mapas e relatos náuticos eram guardados com a segurança exigida pelas grandes fortunas, as novas conquistas eram dissimuladas para não atrair maiores cobiças, e os espiões sempre à espera de um vacilo. Visões e versões históricas dos fatos narrados por navegantes, náufragos ou escrivães de bordo eram comuns, promovendo debates infinitos sobre a esplendorosa aventura, tanto que por décadas, e hoje ainda, questiona-se a intencionalidade da frota de Cabral ao atracar aqui, após quarenta e três dias de viagem, em 1500. Segundo a "história oficial", estariam indo às Índias e uma forte tempes-

tade por acidente os empurrou para o Brasil – pura invenção. Com absoluta certeza, a *posse do Brasil* "[...] entrelaça-se na ultramarina expansão comercial portuguesa, [de onde] emergiu não apenas um mundo novo, mas também um mundo diferente, que deveria, além da descoberta, suscitar a invenção de modelos de pensamento e de ação" (FAORO, 1989, p. 99).

Para saber mais

Terras de Santa Cruz do Brasil

A nomenclatura utilizada para designar as terras do Novo Mundo descobertas por Cabral passou por várias transformações; havia abundância de opções, o que deve ter contribuído para a dificuldade de escolha. Os nativos denominavam as terras por eles ocupadas há séculos de Pindorama (Terras das Palmeiras). O primeiro nome pronunciado por Cabral fora destinado ao "monte Pascoal", logo convertido em "Ilha e/ou Terra" de Vera Cruz; o rei D. Manuel converteu para Terra de Santa Cruz, em 1501. Depois vieram *Terra Papagalli, Mundus novus*, América, Terra do Brasil, teoricamente em referência ao extrativismo abundante, Índia Ocidental e, por fim, no século XIX *Brazil*. Só no século XX, foi modificada a grafia para Brasil.

1.3.3 O mercantilismo

A expansão marítima sofrera forte pressão do capitalismo comercial e de sua exigência por moedas capazes de facilitar as atividades. Importante ressaltar que predominava a escassez de metais, consequentemente de moeda, nas economias emergentes da época, uma herança medieval. Fato que dificultava e muitas vezes impedia as relações comerciais. A busca por metais fora do continente europeu, que dava sinais de esgotamento, fizera parte das grandes metas do expansionismo marítimo, figurando décadas depois entre os mais importantes itens do mercantilismo desenvolvido conceitualmente a partir das características construídas pragmaticamente durante a jornada de expansão territorial e comercial.

Ronaldo Vainfas (2000, p. 392-393) afirma que o mercantilismo tem por defesas, entre outros itens:

> 1. o intervencionismo do Estado nas práticas econômicas, por meio de políticas monopolistas e fiscais relativamente rígidas;
> 2. o metalismo ou bulionismo, isto é, crença de que a acumulação de metais preciosos era a única forma de enriquecimento dos Estados;

3. a busca de uma balança comercial favorável, ou seja, a superação contábil das importações pelas exportações.

Somente no final do século XVII e início do século XVIII foram fundamentados os valores pautados pela acumulação de riqueza para a soberania das nações (fundamento básico para todo e qualquer cidadão). A Carta de Caminha, embora de maneira informal, sem apegos teóricos, metodológicos ou científicos, deixa claro uma das bases de sustentação da expansão mercantil e do acúmulo primitivo em todo texto, finalizando de maneira lapidar: "Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro" (CAMINHA, 2013, p. 1).

Seção 2 Presença portuguesa

O processo de ocupação e exploração colonial portuguesa no Brasil não iniciou logo após 1500. As primeiras três décadas do século XVI foram caracterizadas pelo abandono das terras do novo mundo destinadas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas (1494). A justificativa para o abandono foi que o Brasil não apresentou, de imediato, as riquezas (metais preciosos, em especial) tão cobiçadas por governantes e mercadores ibéricos. Sem oferta de produtos a serem comercializados, com as especiarias das Índias capazes de garantir altos lucros, a burguesia portuguesa, juntamente com o Estado português, direcionou, por razões capitalistas mercantis pautadas no lucro, seus esforços para o continente asiático.

O abandono das terras brasileiras não foi total e absoluto; havia uma grande exceção: o extrativismo do pau-brasil, de que o nosso litoral (Mata Atlântica) era abundante e para o qual a Europa tinha demanda crescente pelo corante extraído dele para a confecção de tecidos. "Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 24).

Para saber mais

Com certeza você já observou diversas imagens de nativos realizando a extração da ibirapitanga (pau-brasil), considerada a primeira riqueza do Brasil — origem do nome. Uma dica é resgatar a xilogravura Brasil, do italiano Giacomo Gastaldi. Navegando pelo documento histórico não deixe de observar o casal a namorar enquanto os demais trabalham. Um belo retrato da liberdade e respeito entre os nativos.

2.1 Ibirapitanga

No extrativismo da ibirapitanga a relação de trabalho imposta pelos europeus — atente para o fato de que não eram apenas portugueses — ficou conhecida por Escambo Indígena, com os nativos realizando o trabalho de corte, limpeza e transporte da mata até os navios para receberem pelos serviços objetos de pouco valor, mais conhecidos como bugigangas ou quinquilharias — espelhos, colares, facas, contas etc. O trabalho era duro com alguns troncos a serem cortados, no meio da floresta densa, distantes dez, doze, não raramente, vinte quilômetros da praia.

Para saber mais

Ibirapitanga era uma leguminosa abundante na época da chegada dos primeiros europeus.

A cada processo extrativo, após exploração da área, eram obrigados a migrar em busca de novas áreas ricas em exemplares possíveis de extração, não exigindo a fixação dos extrativistas nativos ou europeus, deixando as terras ao abandono parcial. O que era utilizado pelo sistema extrativista eram apenas construções provisórias, denominadas feitorias. Colaborando para a pouca presença portuguesa no Novo Mundo, reforçando a expressão pré-colonial (1500/1530).

A metrópole, digo o Rei, que tinha o monopólio sobre a extração do pau-brasil, não realizava a exploração, fazendo a opção de arrendamento a pessoas interessadas. Um exemplo dessa transferência, que era feita mediante contrato firmado, ocorreu em 1502 com um grupo de cristãos-novos sob a liderança de Fernão de Noronha, que recebeu o direito de exploração de vasta área do território brasileiro mediante o pagamento do quinto (20% sobre o extraído). Caio Prado Júnior (1985a, p. 26), em **História econômica do Brasil**, afirma que o monopólio "era [...] o sistema empregado por Portugal com relação a todas as atividades comerciais ultramarinas. Assim foi com o comércio das especiarias na Índia, do ouro, marfim ou escravos na África [...]".

Nesses primeiros anos da história do Brasil o extrativismo da ibirapitanga atraiu muitos exploradores, nem sempre portugueses, em regra sem contrato de autorização. Era a prática do contrabando do pau-brasil, quando houve a negação do pagamento do Quinto Real (20%) sobre o produto extraído, fato que obrigou a Coroa Portuguesa a enviar Expedições Guarda-Costa, lideradas por Cristóvão Jacques, que fracassaram na ação de dar combate aos "contrabandistas".

Para saber mais

O extrativismo da ibirapitanga consistia em um processo simples e rentável: cortava-se a madeira em troncos de aproximadamente um metro e meio, que pesam cerca de 30kg, transportando-os até os navios. A comercialização do produto, da qual os nativos pouco recebiam, era rentável. Segundo pesquisas de José Murilo de Carvalho, "60kg de pó de pau-brasil, em Amsterdã, valiam no século XVI o equivalente [hoje] aproximado a US$ 865,00".

2.2 Expedição colonizadora

No período de 1500-1530, conhecido como pré-colonial, não há uma presença ostensiva portuguesa, limitando-se ao extrativismo do pau-brasil; a presença mais ostensiva ocorria por conta das expedições de reconhecimento, demarcatórias ou guarda-costa. O contrabando do pau-brasil foi intenso por todo o século XVI, com presença constante de outros povos, que navegando sob as ordens de seus reinos, ou não, buscavam riquezas infindas. Fato que obrigou o Estado português a organizar a colonização do Brasil.

É bom ter em mente dois fatores importantes: o outrora próspero comércio das Índias encontrava-se em decadência principalmente pelo crescimento da oferta dos produtos na Europa; o reino espanhol encontrara grande quantidade de metais junto ao rico Império Asteca, facilitando o acúmulo metálico espanhol e o desenvolvimento do processo mercantil.

Martim Afonso de Sousa foi escolhido pelo rei de Portugal, D. João III, para comandar a expedição colonizadora que partira de Portugal em 1530 rumo às terras de Santa Cruz do Brasil. Eram cinco embarcações (duas caravelas), com aproximadamente quatrocentas pessoas a bordo. Sua missão: dar início efetivo à ocupação do Brasil. Tendo plenos poderes de vida e morte sobre todos que o acompanharam, deveria implantar a lei, expulsar os estrangeiros, fundar fortes e vilas, explorar o rio da Prata e garantir as terras com base no Tratado de Tordesilhas. Após navegações pela Bacia Platina, sem êxito na procura de metais preciosos, fundou em 1532 a Vila de São Vicente, no litoral de São Paulo.

2.3 Colonialismo

O colonialismo, filho dileto do mercantilismo, garantiu riqueza e poder à burguesia e à monarquia, abriu espaço para os valores sociais de um novo grupo, modificou as bases de sustentação do poder e transformou o mundo até então existente. Às colônias do Novo Mundo, exploradas em nome do enriquecer de pequenos grupos, restou a perda de identidade, a destruição cultural, a usurpação econômica e o genocídio indiscriminado, entre outros. Portugal não fez mergulho pleno nas práticas e valores mercantis, permaneceu preso a valores superados pela burguesia e estados europeus no mesmo período histórico: "Ao praticar o mercantilismo, o português não pensou dentro dos moldes da realidade, permaneceu encarcerado nas ideias medievais,

adversas ao tráfico do dinheiro e ao comércio" (FAORO, 1989, p. 60). Com um agravamento ímpar: "A ética medieval sobreviveu [...]. Ela explica que o reino expulsa, de golpe, a riqueza judaica, em nome de valores obsoletos, não ajustados à ativa mercancia do século XV" (FAORO, 1989, p. 60); neste caso, se refere à expulsão dos judeus, por razões religiosas, no início do século XVI.

No caso da exploração portuguesa na América, fora adotado o *sistema Plantation*, cuja base era o modelo africano desenvolvido no litoral africano, com a produção do açúcar destinado a alimentar o mercado europeu. Portugal, grande potência marítima, estava em crise econômica e recorreu ao capitalismo internacional, transferindo os direitos de transporte, refino e comercialização aos grupos judeu-holandeses que se organizaram ao final do século XV para comandar as navegações, em todo o mundo, a partir das Províncias Unidas dos Países Baixos. Dessa forma, o Brasil tem a construção de um "Império Colonial" com base na dependência econômica da Metrópole responsável pelo sistema. Para Faoro (1989, p. 91): "O Estado era a nobreza a serviço do rei, [que] empobrecia a nação". A maioria perde para manter os privilégios da minoria em condições de acesso às benesses do Estado. Nenhuma surpresa? É o patrimonialismo dominando o pequeno reino.

Em regra, é comum a formulação de questionamentos sobre o destino da riqueza produzida a partir das terras brasileiras. As respostas podem ser múltiplas, porém as bases são simples: parcela ínfima da população americana usufruiu em parceria com grupos econômicos europeus das riquezas produzidas, enquanto a maioria da população — incluindo trabalhadores escravos ou não — pouco ou nenhum acesso teve aos frutos.

Questões para reflexão

Que valores foram impostos no período? Como seria o país — e o continente — sem a presença do sistema exploratório agroindustrial?

Impossível responder.

Certo é que tudo seria muito diferente. Principalmente quando a presença de povos africanos e europeus modificaram por completo a sociedade e seus valores.

2.3.1 Dividindo para melhor explorar

Portugal conjugou diferentes forças para consolidar o Antigo Regime; aliou a precária estrutura reinol (ruína financeira, sem capital humano e qualificado) ao modelo de exploração empreendido nas costas africanas para a exploração mercantil do açúcar, uma rica especiaria. Os portugueses fizeram da experiência exploratória mercantil da produção canavieira nas ilhas africanas, com objetivo da produção do açúcar, o modelo (modelo africano) para as ações exploratórias no Brasil. A base foi a fragmentação territorial em doze lotes (doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas), denominados de capitanias hereditárias, que por sua vez eram divididas em centenas de sesmarias. Os

> [...] titulares [gozaram] de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas e juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras etc. O Rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitanias arcariam com todas as despesas de transporte e estabelecimento de povoadores (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 32).

Para saber mais

Légua é uma antiga medida portuguesa equivalente à aproximadamente 6km.

É a terra transformada em "bem político", moeda de troca entre o rei e seus privilegiados súditos, e destes com seus familiares e amigos; negação da função social da terra. Riqueza para poucos construída sobre a exploração da maioria.

> A terra obedecia a um regime patrimonial, doada sem obrigação de serviço ao rei, [...] Estado patrimonial, portanto, e não feudal, [...]. Na monarquia patrimonial, o rei se eleva sobre todos os súditos, senhor da riqueza territorial, dono do comércio [...] capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse empresa sua* (FAORO, 1989, p. 20).

* Há, ao lado da propriedade da Coroa, a propriedade particular, reconhecida e assegurada pelos príncipes. [...] No Estado Patrimonial havia, latente, o poder de comando, direção e apropriação sobre pessoas e bens, sem que os súditos pudessem alegar, no caso de inversão da propriedade ou exigência de serviços, indenizações ou compensações. V. Waldecker, Ludwig. Allgemeine Staatslehre. Berlin, Dr. Walter Rothschild, 1927, p. 700 [Nota editada pelo autor].

É a produção em larga escala do açúcar, voltada para o mercado externo, em sistema monocultor, com trabalho escravo (Sistema *Plantation*), sem a existência de nenhuma estrutura estatal de fomento, apoio ou cobrança (PRADO JÚNIOR, 1985b). O que temos é a doação dos lotes aos que manifestaram desejo, sem critérios mercantis, apenas objetivando assegurar a posse da terra desconhecida e garantida pelo Tratado de Tordesilhas.

E qual seria a motivação dessa ocupação? O medo da perda, agravado pelas constantes ameaças e incursões de povos estrangeiros interessados principalmente na extração do pau-brasil, parece ser uma das boas hipóteses: "A colonização não se vincula aos engenhos, mas aponta para a defesa do pau-brasil, o mais importante aspecto do comércio da Coroa, cobiçado belicosamente pelos franceses" (FAORO, 1989, p. 109).

Há de se destacar que o modelo político fracassou pela falta de recursos, resistência indígena etc. O único processo econômico com força, e em expansão, no final das primeiras décadas era a capitania de Pernambuco. Enquanto Salvador fora escolhida para ser a capital da colônia, com o objetivo de fortalecer a ocupação, com a centralização das decisões e cobrança dos impostos, após o fracasso.

> [...] só houve malogro administrativo porque, sob o aspecto econômico e financeiro, a conquista prometia muito. [...] Fracassaram as capitanias, mas prosperava a terra; malograva-se o sistema, mas vingava o negócio (FAORO, 1989, p. 141).

Foi com base nos "negócios" que edificaram as bases de fundação do Governo Geral; negócios capazes de garantir o fluxo dos tributos ao Estado e dos empregos aos nobres desejosos de sucesso e renda. A máquina administrativa, estéril e infecunda, prevalecerá sob a capacidade de produzir bases estruturais capazes de conduzem ao caminho das realizações sustentáveis e duradoras, legando ao reino e a suas colônias uma dependência dos centros econômicos e financeiros europeus capazes de fazer parecer que, ao longo dos séculos, toda a estrutura administrativa e política só fez reproduzir os cargos, empregos e rendas necessários à manutenção dos poucos eleitos pelo rei.

2.3.2 As cidades e as vilas

A presença portuguesa nos primeiros séculos ficou caracterizada pela ocupação de uma pequena faixa de terras litorânea, sem grandes ações na busca do interior (visto em muitos casos como inimigo tenebroso), principalmente por parte do Estado

que, falido e sem grandes contingentes humanos disponíveis, vivia compasso de espera do milagre da descoberta de grandes quantidades de metais preciosos. A expectativa pelas riquezas auríferas foi multiplicada após as descobertas de grande quantidade de prata e ouro, em terras dos povos maias e incas.

> A presença portuguesa em terras brasileiras caracterizada por feitorias destinadas ao armazenamento do pau-brasil foi substituída pela fundação de vila, sempre próximas ao litoral. Coube a missão colonizadora comandada por Martim Afonso, a serviço do Estado português, fundar oficialmente a primeira povoação em nome do rei em terras brasileiras: a São Vicente. "Na verdade, atrás do negócio visível e palpável, a esperança (quase a promessa, inculcada pelo êxito espanhol nas suas colônias americanas), de ouro e prata só se tornaria possível com a posse do território" (FAORO, 1989, p. 106-7, grifo do autor).

O nascimento das demais vilas e cidades foi fruto de diferentes ações exploratório-catequéticas desenvolvidas pelos ibéricos, não distante das ações do Estado ou de seu corpo administrativo-fiscal-militar. "Em nosso povo" — escreveu com justeza Oliveira Vianna — "[...] a organização política dos núcleos locais, feitorias ou arraiais, não é posterior ou mesmo concomitante à sua organização social: é-lhes anterior" (FAORO, 1989, p. 148, grifo do autor).

Destaque para Porto Seguro e Ilhéus, na Bahia; Olinda, em Pernambuco; Santos, em São Paulo, lugar de fundação do colégio dos jesuítas, destinado à catequese indígena, que dará nome a maior metrópole brasileira. Cabo Frio, no atual estado do Rio de Janeiro, e Santo Aleixo, próximo à foz do rio São Francisco, também são exemplos dessa fase.

Sempre com forte rivalidade entre o modelo de patrimonialismo português desenvolvido no Brasil, onde as disputas entre os poderes locais da terra e os agentes públicos ganharam contorno próprio, fruto do pragmatismo das bases locais; sempre onde "[...] a cadeia político-jurídico-administrativa criava, na verdade, tensões com a corrente local (local e não municipal), num conflito vivo durante quatro séculos" (FAORO, 1989, p. 148).

Links

Uma opção é resgatar a "Fundação da Vila de São Vicente" na internet. Outra opção é acessar "Encontro de duas culturas: América e Europa" na página <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000100003>.

2.3.3 O poder da fé

A impossível dicotomia do Estado português com a Igreja católica na construção e, principalmente, na consolidação do colonialismo pode ser facilmente comprovada no breve olhar sobre os nomes das vilas e das cidades brasileiras nascidas durante o período. São Paulo é uma homenagem dos jesuítas ao fundarem o colégio no planalto de Piratininga ao apóstolo Paulo; Rio de Janeiro tem como nome de batismo São Sebastião do Rio de Janeiro, mártir com presença constante na cultura ibérica, fortalecido pelo Sebastianismo; Bahia, cuja capital é Salvador, é Bahia de Todos os Santos. O mesmo ocorre com a região de Porto Seguro; tema já abordado. Enfim, a Igreja católica foi o braço do Estado português na expansão marítima e no processo de ocupação colonial das terras do novo mundo, principalmente após a crise provocada pelo processo das Reformas protestantes. Assumindo a responsabilidade dupla de controle da fé na Europa, via Tribunal de Santo Ofício, com a incumbência de estender para as colônias a educação catequética do Novo Mundo. Na prática, os valores de ética e sociedade, na colonização, foram responsabilidade do clero; mormente dos jesuítas. "O missionário encontrou [no Brasil Colonial] duas tarefas diante de si: a conquista espiritual do indígena e o domínio do branco, contendo o deslumbramento do português diante da presa sexual e da presa apta ao trabalho não pago" (FAORO, 1989, p. 196). Na direção, não raro no controle das ações, estava o Estado Patrimonialista Português, "[...] com uma circunstância especial: a história portuguesa conseguira, desde suas origens, vencer, vigiar, limitar o clero, mas jamais o absorvera como fizera com a nobreza [...]" (FAORO, 1989, p. 196). Um adendo: D. Manuel, o Venturoso, a incorporação da Ordem de Cristo à Coroa, trazia para a Fazenda Pública os "[...] dízimos de Nosso Senhor Jesus Cristo", nem sempre suficientes para a sustentação da máquina eclesiástica do Brasil, gastos que só eram inferiores aos militares (FAORO, 1989, p. 196).

Acreditava-se que a Igreja Católica era a única em condições de garantir a salvação dos homens. Fato que obrigou a presença de padres e religiosos nas expedições marítimas de reconhecimento e colonização, principalmente em respeito ao acordo existente com o Estado que garantia ao catolicismo o *status* de religião oficial do Estado, com compromisso assinado pelo rei de Portugal de garantir a expansão da fé, construindo e estimulando a construção de igrejas, conventos e capelas, com pagamento das despesas necessárias à expansão da fé; corroborou para a presença do clero no Novo Mundo a crença de que a catequização e conversão dos povos do novo mundo seria a fase final dos ho-

mens na terra, antecipando o fim dos tempos, com o início da glória do reino dos céus. Era necessária a conversão dos tribais africanos e americanos para a consolidação dos preceitos religiosos e preparação do Juízo Final.

Muito além da fé e das coisas do mundo de Deus, era papel da Igreja praticamente toda a ordem administrativa: "[...] os registros de nascimento, o casamento [...] e a morte estavam a seu cargo. A assistência social da colônia não encontrava outro remédio senão na Igreja [...]" (FAORO, 1989, p. 196).

Foi no exercício das atividades educacionais que a igreja no Brasil colonial, mormente a companhia de Jesus — *os jesuítas* — se destacaram, atividade desenvolvida em aldeamentos ou nos centros urbanos. Eram desenvolvidos estudos de gramática e de iniciação musical para alunos com pretensão a vida clerical ou não. Pois as escolas das ordens religiosas foram as únicas no Brasil Colonial, base para todo poder social que transcendeu os séculos coloniais.

Para saber mais

A Companhia de Jesus nasceu em 1534 em plena crise desencadeada após os movimentos de Reforma Protestante. Nasceu para fortalecer o catolicismo e difundir a fé católica. Entre as principais funções dos Jesuítas estava a busca do controle dos fiéis via Tribunal de Santo Ofício e a fundação de missões catequéticas, forma de aculturalização e pacificação das nações indígenas.

2.3.4 O Governo Geral

O fracasso das capitanias hereditárias impôs à metrópole portuguesa uma política de ocupação das terras brasileiras pela atuação efetiva do Estado, com o intuito de produzir lucro. Ocupação que se tornou obrigatória após a decadência do comércio com as Índias, as descobertas das ricas regiões de ouro e prata na América Espanhola e o crescimento das atuações dos contrabandistas de pau-brasil, que desrespeitavam a posse portuguesa das terras americanas e colocavam em xeque as bases territoriais configuradas pelo Tratado de Tordesilhas. A presença ostensiva do Estado português na América não fora fruto do fracasso colonial português no continente, mas sim da esperança nos lucros possíveis com a organização da exploração das riquezas que, com certeza, as terras do novo mundo poderiam apresentar. O Governo Geral instituído pelo Regimento de 1548 não deve ser entendido como mero instrumento de centra-

lização da administração do modelo das Capitanias Hereditárias, nem quebra do sistema. "A Coroa não confiou à empresa a homens de negócios, entregues unicamente ao lucro e à produção. Selecionou [...] pessoas próximas do trono, [...] pequena nobreza, sedenta de glórias e riquezas" (FAORO, 1989, p. 119).

A primeira grande transformação de impacto nas "*donatárias",* após quinze anos de existência do modelo, foi sua subordinação ao Governador Geral; representante *del-rei* nas terras brasileiras. Pelo Regimento, o Governo Geral assumiu a responsabilidade, juntamente com seus auxiliares diretos (ouvidor--mor, provedor-mor e capitão-mor), pela arrecadação dos impostos, pela defesa do litoral e efetiva ocupação territorial por meio da concessão de sesmarias objetivando a instalação de unidades produtoras de açúcar e demais economias complementares, fundação de vilas e povoações, exploração e descobrimento de terras interioranas, até o limite do Tratado de Tordesilhas. Na arqueologia do poder colonial as funções eram bem delimitadas e distintas — destaque para a instrumentalização do poder judiciário, via Ouvidoria Geral. "O ouvidor decide os casos de crimes, até morte para escravos, gentios, peões cristãos livres. Sua competência não abrange pessoas de maior qualidade nem alcança o clero [sic]". Em complemento às origens históricas de nossas exclusões: "Ai de quem caísse nas mãos dessa justiça tardia, incompetente, cruel, amparada nas duras leis do tempo" (FAORO, 1989, p. 187).

Também era de competência do Governo Geral combater a presença estrangeira pela edificação de fortes e fortalezas. Tamanha responsabilidade exigiu do Rei a escolha de alguém com longa tradição de serviços prestados ao Estado. "Para a chefia do novo sistema escolheu dom João III um homem de experiência nos negócios ultramarinos, provado na África e na Índia, o fidalgo Tomé de Sousa" (FAORO, 1989, p. 144).

Para saber mais

Tomé de Souza foi escolhido após longo período de consultas e conchavos que envolveram diferentes membros da Corte e os conselheiros do rei. O cargo é uma das mais altas honraria do reino, pretendido por muitos e só ocupado por nobres com comprovada lealdade ao rei. Em herança dos valores feudais o escolhido era oficializado em cerimônia de investidura ("preito & homenagem") com o juramento selando a relação estabelecida entre o rei e o governador. Os demais governadores gerais do Brasil recebiam o mesmo tratamento.

2.3.5 Transformações

Com o novo modelo há o fim do poder jurídico-administrativo autônomo dos donatários, exceção à capitania de Pernambuco, comandada por Duarte Coelho, que recorreu ao rei para manter sua autonomia administrativa frente ao Governo Geral. A região de Salvador, primeira cidade-capital do Brasil, foi escolhida sede administrativa pelo rei após seu donatário, Francisco Pereira Coutinho, ser morto pelos Tupinambás. Segundo reza a tradição o donatário foi vítima de ritualismo tribal. Tomé de Sousa recebeu, segundo consta, ordens expressas do rei para transformar o pequeno vilarejo existente em cidade-fortaleza, com condições de dar garantias ao flagelado modelo de estado incipiente das terras do novo mundo.

O modelo de centralismo administrativo não obteve o sucesso necessário para consolidar-se e garantir o sucesso econômico esperado pela metrópole. Mesmo assim desempenhou papel fundamental na fixação do homem e início econômico do Brasil colônia, principalmente na expulsão dos invasores, em especial dos franceses, que insistiam em atacar o país para a extração de pau-brasil e para fundação de povoamentos. Boa parte do pouco êxito da administração centralizada deve ser creditada à providencial ajuda dos jesuítas, principalmente na atração dos nativos para o processo de catequização, colocando-os como aliados dos portugueses.

A distância e a falta de qualquer meio de comunicação entre as capitanias, as vilas e o governo geral favoreceram o desenvolvimento das câmaras municipais. Nas palavras de Faoro (1989, p. 183): "[...] o terceiro elo da administração colonial, [...] se forma em torno do município. Será a Vila a base da pirâmide de poder, na ordem vertical que parte do rei-vila administrada pela Câmara [...]".

Prevista no regimento do governo geral, e modelo administrativo herdado da tradição ibérica, as câmaras transformaram-se em reduto dos "homens bons". Os "homens bons" eram, segundo os conceitos à época, os indivíduos aptos a representarem a administração portuguesa na localidade. Digo homens cuja posição econômica e social, idoneidade e lealdade à Coroa portuguesa não pudessem ser postas à prova. Nas palavras de Faoro (1989), estavam excluídos os judeus, oficiais mecânicos, comerciantes, os peões e degredados. Ricos proprietários de terras e homens (escravos) que, eleitos pelos seus pares, ditavam, com a anuência ou colaboração da Igreja católica e de funcionários da Coroa, as regras e costumes nas comunidades do início da colonização. Com as funções de legislar, policiar, fiscalizar, tributar e nomear cargos, os poderes

dos homens bons iam muito além da legalidade, muitas vezes ignoravam as instâncias de poder na colônia para se reportar diretamente à Metrópole.

> Os "homens bons" compreendiam, num alargamento contínuo, além dos nobres de linhagem, os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua agregação de burgueses comerciantes. Os Livros da Nobreza, guardados pelas Câmaras, sofriam registros novos e inscrições progressivas [...] (FAORO, 1989, p. 175, grifo do autor).

O símbolo do poder local, erigido nas vilas com autorização real, era o pelourinho. Coluna de pedra ou madeira, edificado no centro das vilas e cidades, próximo à igreja, cujas funções transcendiam ao simbolismo do poder político-administrativo, transformado em local de punições e castigos físicos aplicados aos negros, consagrou-se pelo temor e terror.

É importante destacar que foram as câmaras municipais que representaram por excelência o lugar do debate e da articulação entre o poder central (o rei, na metrópole) via seus emissários, e a base política e geográfica do Brasil. Logicamente que como espaço privilegiado de pressão local, umbilicalmente articulado, por capilaridades consanguíneas e afetivas que prevaleciam ao ordenamento jurídico-político os conflitos foram inevitáveis, envolvendo disputas dos nativos contra a Coroa ou entre os nativos por interesses econômicos e políticos, sendo o mais famoso deles a Guerra dos Mascates, em Pernambuco. Sem que praticamente inexista amotinar desta casta político-oligárquica contrária aos desígnios da metrópole. Sabe por quê? Pelo fato de colocar em risco os privilégios do acesso ao poder.

Com a União Ibérica (1580/1640), todas as relações políticas sofreram alguma modificação; não poderia ser diferente com as câmaras municipais. As principais modificações tiveram origem após a dinastia de Bragança assumir o trono na restauração em 1640. Para (re)organizar a estrutura administrativa, fiscal, exploratória e política do Brasil colonial, centralizando em mão do rei a máquina do Estado, fora criado o Conselho Ultramarino (1642), que subordinou as câmaras ao governador com a instituição do cargo de Juiz de Fora, nomeado diretamente pelo rei, cuja responsabilidade era de ser os olhos e ouvidos do rei. "Ficava claro de onde fluía o poder: do rei ou do seu agente local, o governador; reduzida a câmara a funções administrativas [...]" (FAORO, 1989, p. 152).

As perdas do poder local ampliaram-se com o extrativismo aurífero no século XVIII. Em nome da proteção ao patrimônio do rei, o Estado

ampliara seus tentáculos com o Regimento de 1709 (uma alteração do Regimento de Terras Minerais do Brasil de 1603); destaque para o sistema de recrutamento militar onde as milícias locais deixam de existir e concedem lugar às forças militares portuguesas, destinadas exclusivamente ao ofício policial fiscalizador. Fica claro que o rei não deseja súditos, mas sim subordinados ao poder centralizador do Estado Patrimonialista. Divididas as comarcas e vilas, pulverizados os poderes, "[...] na fórmula consagrada de dividir para governar. Sobre a colônia descem as sufocadoras garras da administração colonial, [...] sem respeito pelas peculiaridades do trópico" (FAORO, 1989, p. 164).

Resta-nos a dúvida cruel: por que os senhores calaram-se diante da perda do poder do agigantar-se do Estado?

Provavelmente pautado na longa tradição de acomodar-se à espera de novas mudanças ou na busca de garantir alguma benesse do Estado Todo-poderoso. Afinal, se contra estiver chance nenhuma terá de usufruto das amplas possibilidades existentes. Mantém a pompa e as aparências acreditando ser possível um lugar ao acolhido da sombra dos poderosos homens a serviço do Estado, quiçá eleitos por seus pares (cargos de vereadores e juízes ordinários eram os mais cobiçados) ou escolhidos pelos representantes do rei para algum cargo político-administrativo. Sabiamente apropriando-se das bases possíveis, mormente da não claridade das funções de cada um em seu exercício de poder, muitos dos representantes do rei (nomeados ou eleitos) avolumavam-se, digo, agigantavam-se, de tal forma a transformar o que não existia em poder real de comando, não raro de desmando.

Para concluir o estudo da unidade

O pragmatismo da formação do Estado português e as ações empreendidas a partir das bases consolidadas foram abordados na unidade, com destaque para as exploratórias de caráter mercantil. Deixamos como sugestão complementar o estudo da web-aula da disciplina e o resgate, em <scielo.org>, dos temas "carta de caminha", colonialismo português" e "extrativimos do pau-brasil".

Resumo

Os primeiros movimentos portugueses na direção do capitalismo mercantil, com Estado intervencionista e busca da construção de um ideário exploratório, com forte interferência no cenário nacional, foram nosso objeto de estudos nesta unidade.

Atividades de aprendizagem

1. Desenvolva uma síntese sobre a origem e fundamentos do Estado moderno português.

2. Quais foram as principais consequências da expansão marítima? Comente duas delas.

3. Descreva o extrativismo do pau-brasil nos primórdios do Brasil.

4. Faça uma análise da expedição colonizadora de Martim Afonso.

5. Caracterize o sistema econômico mercantil implantado por Portugal nas terras do Novo Mundo.

6. Quais foram as estratégias empreendidas por Portugal na busca por garantir a posse das terras na América? Comente sua implementação.

7. Comente a estrutura do governo geral.

Unidade 2

Economias

Objetivos de aprendizagem: A unidade aborda as transformações, fruto dos empreendimentos colonizadores portugueses nos primeiros séculos da exploração, com ênfase no sistema agroaçucareiro nordestino e seus desdobramentos econômicos e sociais.

- Seção 1: **A cana**
  Aborda a implantação do produto e seus reflexos nos primórdios das colônias portugueses na América, com a construção de estrutura política, econômica e social que transcenderam as décadas e séculos coloniais, cujos efeitos podem ser sentidos na modernidade inconclusa do Brasil, com ênfase nas regiões que tiveram a primazia da produção.

- Seção 2: **Economias complementares**
  Expõe as capilaridades de algumas das economias periféricas durante a fase do colonialismo mercantil dos séculos XVI e XVII. Responsáveis por dar suporte e sustentação à economia principal voltada à obtenção do açúcar e todas as populações diretamente vinculadas ao modelo exploratório ocupacional português.

Introdução ao estudo

A unidade aborda o desenvolvimento da economia colonial brasileira nos primeiros momentos da exploração portuguesa nas terras do Novo Mundo. Em consonância com o desenvolvimento das práticas mercantis foram adotadas regras, conceitos e valores objetivando enriquecer a burguesia metropolitana e o Estado gestor dos monopólios e demais sistemas de subordinação do processo de produção ao capital internacional. Dessa forma pode-se dizer que a economia construída em terras no atual Brasil pautou-se na subordinação ao capital internacional, de que Portugal era dependente.

Em tese, é comum em debates não forjados por conhecimento aprofundado a pergunta sobre como seria o Brasil caso não fosse colonizado por Portugal. Seria uma nação rica a exemplo dos EUA e do Canadá?

Muito provavelmente a resposta seria não! Por que não? Pelo fato de que mudar a mandatário do sistema, sem modificação do sistema exploratório, não tenderia a trazer transformações nas consequências exploratórias.

Logo, o modelo exploratório mercantil, imposto na base formativa da economia brasileira, condicionou longo processo de dependência financeira, econômica etc., que será abordado a seguir.

Seção 1 A cana

1.1 A doce cana

Ao adotar o cultivo da cana com desenvolvimento da agroindústria açucareira em solo brasileiro, Portugal refletiu um conjunto de valores e condições externas e internas ao Brasil. "Tratava-se de um produto de grande valor comercial na Europa. O volume [...] era, contudo tão reduzido que o açúcar se vendia em boticas, pesado aos gramas" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 32).

Pesam no processo o rápido declínio dos valores dos produtos transportados e comercializados nas rotas asiático-africanas (Caminho das Índias) e a experiência do modelo africano, pautado pelo *Plantation*. Internamente teve peso a presença estrangeira contrabandeando o pau-brasil, o fracasso em localizar metais preciosos na América Portuguesa e as similaridades geográficas do litoral brasileiro com as costas africanas exploradas no cultivo da cana desde a primeira metade do século XVI.

Para saber mais

A cana é de origem asiática e foi introduzida na Europa pelos árabes, que deixaram marcas profundas de sua presença na Península Ibérica. Um exemplo está na adoção da grafia da palavra açúcar, que em outras línguas não influenciadas pela presença árabe, grafa-se com "S" (caso exemplar é o da língua inglesa: sugar). A escolha pelo *Sistema Plantation,* em observância à política mercantilista pautada pela "venda, não pela produção", inseriu Portugal, e o Brasil, na periferia do sistema capitalista, condenado a viver das sobras econômicas e financeiras dos países detentores do controle financeiro.

Temerário em perder as terras, devido às ameaças constantes dos demais países europeus, com o crescimento da concorrência na oferta das especiarias e produtos mercantis importados da África, fator que motivara as perdas constantes do valor agregado, sem recurso para um empreendimento econômico e financeiro centralizado na figura do Rei, basicamente graças à expulsão dos judeus, o pequeno reino foi obrigado a adotar um modelo híbrido entre as potencialidades da iniciativa privada e o poder benevolente do Estado. A escolha do rei de Portugal, D. João III, o Colonizador, foi por buscar repetir a experiência portuguesa nas ilhas africanas de Açores e Cabo Verde. Ficando a iniciativa privada responsável pelo aporte financeiro da agroindústria a ser construída nas terras cedidas pelo Rei.

O financiamento repetiu o modelo africano, com os holandeses assumindo o fornecimento do capital necessário, ficando com o controle sobre o transporte e comercialização da produção. Como solução para a escassez de mão de obra, repetiu-se o modelo escravista inaugurado nas costas africanas, com a utilização da mão de obra dos nativos do Brasil (denominados "negros da terra"); só no segundo momento adotou-se, por pressões do capitalismo mercantil, o tráfico negreiro e o escravismo africano. Processo capaz de garantir a maior renda e circulação financeira do mercantilismo à burguesia europeia.

Para saber mais

O litoral do nordeste brasileiro, em especial o da capitania de Pernambuco, consagrou-se ao longo do século XVI como a região de maior produção açucareira do mundo, graças à soma de alguns fatores, entre eles o clima (quente e úmido) e o fértil solo de massapé.

1.2 O engenho

A estrutura necessária ao bom andamento tinha grandes dimensões. A começar pelo coração do sistema: o engenho, expressão utilizada para designar todo o sistema destinado à produção, e a sociedade constituída a partir da estrutura açucareira. Para Prado Júnior (1985a, p. 37, grifo do autor), todo juízo de valores e condições foram moldados a partir do engenho, da "[...] fábrica propriamente [...]. O nome de engenho estendeu-se depois da fábrica para o conjunto da propriedade com suas terras e culturas: engenho e propriedade canavieira se tornaram sinônimos".

Basicamente existiam dois tipos de máquinas destinadas à moagem da cana: os engenhos reais, movidos à água, e os trapiches, que utilizavam tração animal de cavalos ou bois — predominando este último. Uma boa área de plantio como solo de qualidade era fundamental e foi uma das razões do sucesso canavieiro na zona da mata nordestina, região com solo de massapé, capaz de acolher o maior número de plantações, transformando Pernambuco na capital econômica do Brasil Colônia. Para completar o palco destinado à produção agroaçucareira existia a casa das caldeiras ou fornalhas, que, anexa à moenda, era o inferno dos homens na Terra, capaz de lembrar os piores vulcões; a casa dos cobres destinada a limpeza e purificação do produto, que por meio de ações continuadas de bater e coalhar preparava o precioso mel para purgar, sempre sob a supervisão e coordenação do mestre do açúcar. Na casa de purgar realizava-se o processo final de preparação do açúcar, com o produto colocado em forma de barro, em forma de sinos, destinado à drenagem e secagem do produto. Após secagem e classificação o produto era pesado e encaixotado com a devida anotação de arrobas, produtor e destinatário. Constituindo "um mundo à parte", o engenho tinha estrutura complexa, com diversos equipamentos e construções, com um número de mão de obra vinculado ao tamanho da propriedade e produção — nunca inferior a 80/100 pessoas, podendo atingir sifra próxima a 1.000. "Os trabalhadores livres são raros, apenas nas funções de direção e nas especializadas: feitores, mestres, purgadores, caixeiros etc. São, aliás, mais frequentemente, antigos escravos libertos" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 33-4).

> No universo das complexidades agroaçucareiras brasileiras, cuja terra é moeda política em poucas e privilegiadas mãos, muitos sesmeiros, por diferentes fatores, entre eles proteção e aliança política, fizeram opção por não explorar as totalidades de suas terras pessoalmente, transferindo para os senhores não

proprietários de terra e/ou moenda, ou dos dois. Entram em cena os lavradores, senhores de escravos sem a estrutura do engenho, que subordinados aos senhores de engenho e em nível superior aos camponeses, representam o grupo intermediário do complexo do Engenho. "A razão por que nem todas as propriedades dispõem de engenho próprio são as proporções e o custo das instalações necessárias" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 37, grifo do autor).

Para saber mais

Em regra existiam três tipos de plantações:

- terras dos senhores que tinham uma moenda e controlavam diretamente a produção;
- terras dos proprietários de moenda e explorada por lavradores livres, que eram obrigados a moer a cana no engenho do proprietário das terras, deixando parte da renda;
- nas terras de homens detentores de lotes de terras (sesmarias) sem moenda e dependente de um senhor proprietário de moenda.

1.3 Subordinação ao capital financeiro

A montagem do colonialismo mercantil português se dá em meio a uma profunda crise vivida na Península Ibérica, no final do século XV, capaz de comprometer a economia (e sociedade) por séculos. Basicamente as mazelas ibéricas resultaram da opção por parte do Estado, em aliança com a Igreja, em perseguir e expulsar os judeus da Península Ibérica, comprometendo toda a estrutura econômica e financeira que conduziu a um processo de dependência do capitalismo incipiente; no caso de Portugal (*a priori*), a pendência foi junto aos holandeses (leia-se judeus expulsos), que financiaram a implantação e o desenvolvimento canavieiro no Brasil — repetindo a experiência das Ilhas africanas.

Ser senhor de engenho exigia cabedal, digo, capital. Fez-se, dessa forma, um modelo completamente subordinado ao poder financista detentor dos créditos necessários. Da produção à comercialização, passando pela aquisição de escravos e suprimentos, "[...] o crédito penetra em todas as operações econômicas [...]. O senhor de engenho trabalha a crédito; o comerciante [...] fornece dinheiro em troca da produção" (FAORO, 1989, p. 206). Característica

esta que permite dizer que o negócio do açúcar no Brasil era antes de tudo um bom negócio dos capitalistas europeus.

Assim, o poderoso império português, com terras em quatro continentes, ficou responsável pelo controle da produção, buscando garantir a ocupação territorial com a "ajuda" do financiamento externo; prevalecendo a aparência sob a essência empobrecida.

Para saber mais

O alto custo de implantação da agroindústria açucareira impôs a muitos senhores de engenho a aquisição de vultosos empréstimos. Sempre no limite entre a produção e a dívida, a cada problema de produção eram obrigados a renegociarem suas dívidas; em regra com juros maiores, que comprometiam o patrimônio.

1.4 O cotidiano colonial

A implementação do *Sistema plantation* (monocultor, latifundiário, escravista e voltado para o mercado externo) comprometeu não apenas o modelo agrário e as relações de trabalho, mas também as relações sociais. Instituiu padrões de comportamento com distinções pela origem econômica e social, e também genética. Construiu dois mundos que se opunham e conviviam sempre em atrito, ora negado ora disfarçado.

As mulheres brancas da casa-grande deviam uma subordinação cega ao pai, enquanto solteira, e ao marido após as núpcias. Praticamente todos os direitos foram negados; sua inteligência e capacidade sempre postas em xeque; suas funções restringiam-se a dar filhos (saudáveis) à família; seu aprendizado (quando existia) resumia-se às primeiras letras e aos afazeres domésticos, traduzidos pelo coser e cozer, sendo a casa seu universo, cujas saídas — possíveis, desde que acompanhadas — eram restritas à igreja. Não havia respeitabilidade à mulher branca ou condição que viesse a ferir esses rígidos valores patriarcais.

As mulheres originárias dos diferentes povos tribais que serviram de base para a miscigenação gozavam de relativa liberdade, sem formação ou instrução sistematizada. Miscigenada ou não, suas rédeas eram frouxas e seu comportamento sinalizado como mau exemplo social, moral e sexual. Tinham o raro privilégio da liberdade que as senhoras brancas não possuíam; frequentavam livremente os diferentes espaços que compunham o engenho — incluindo

não raramente a casa-grande — sem grandes restrições, gozavam do prazer do descompromisso com as roupas e aparência, capazes muitas vezes de provocar a ira das senhoras enciumadas.

Para saber mais

Fique atento: o papel da organização bélico-militar é fundamento básico da administração e controle colonial, constituindo a espinha dorsal do sistema colonial, portanto, base de toda ordem e disciplina capaz de garantir a cobrança dos impostos, que asseguravam vantagens aos privilegiados do Reino.

1.5 As relações de trabalho

Nas palavras de Antonil (1982, p. 2), "[...] os negros são as mãos e os pés dos senhores de engenho" com a responsabilidade de garantir o sustento de todo a propriedade e de todos. Sem direitos ou garantias, subornado ao universo escravista que suplanta a própria capacidade de compreensão, principalmente porque a implantação do modelo de mão de obra ocorre sob a "falsa" justificativa da falta de braços para o trabalho no Novo Mundo, no momento em que não mais existia essa relação de propriedade e trabalho no continente europeu. Voltada para fins financeiros e econômicos de acúmulo de capitais, desprezando completamente a violência praticada contra seres humanos sem condições de resistência diante da estrutura bélico-militar coordenada pelo Estado Moderno o modelo exploratório das almas até a exaustão, não raro até a morte, foi empreendido para a glória de poucos, tristeza da maioria e destruição de milhares de vidas.

Os primeiros braços da escravidão portuguesa no Brasil foram os nativos, curiosamente denominados negros da terra, e sempre acusados de vagabundagem e coisas do gênero por colonizações e clérigos a serviço do Estado português. Estes, por valores culturais, fizeram sempre que possível a opção pela fuga; mesmo sob o risco de perda da identidade e de confrontos com os povos tribais do interior. Colaborando na justificativa para implementação e aprofundamento de uma complexa relação mercantil de exploração do tráfico negreiro (que fique claro que foi o tráfico que condicionou a escravidão, e não o contrário), sem cessar em nenhum momento a exploração dos nativos e mestiços (em menor escala), que continuaram a ser utilizados como escravos nas regiões mais pobres do país (não inseridas na estrutura mercantil de produção

e exportação) e/ou no momento de maior demanda ou carência de braços para as diferentes atividades econômicas.

Links

Negro da Terra. Uma leitura complementar sobre o tema pode ser vista em "Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725", artigo do professor Renato Pinto Venâncio, da Universidade Federal de Ouro Preto.

No artigo há uma análise da participação dos nativos, enquanto escravos, na população total da cidade de Mariano no início do século XVIII — processo aurífero, vinculando o seu desaparecimento ao desenvolvimento e acúmulo monetário relacionado à Febre do Ouro e às dificuldades de reposição. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext>.

1.6 O tráfico negreiro

Maior fonte de acumulação primitiva de capitais o comércio de seres humanos existe há milhares de anos e foi incorporado ao Mercantilismo como solução à *possível escassez* de mão de obra do Colonialismo Mercantil Português. "O tráfico de escravos, aproveitado por mercadores e personagens do Estado [...] suscita e evoca uma classe, a classe que negocia, compra e revende, financia e fornece as utilidades produtoras" (FAORO, 1989, p. 207).

É preciso entender que o escravo representa dupla face de um negócio muito rentável: é meio de produção e produto. É produto, livremente negociado, na condição de mercadoria — peça das Índias — nos três continentes envolvidos no colonialismo, com altos valores agregados após sua saída da África; é meio de produção enquanto executor das diferentes atividades que alimentam o comércio internacional de produtos tropicais cobiçados na Europa.

Para saber mais

A triangulação mercantil desenvolvida a partir das expedições marítimas do século XV teve por base as aquisições e vendas de braços para o fomento da produção colonial. Na triangulação a Europa fornecia produtos industrializados (de maior valor agregado) enquanto as colônias forneciam produtos tropicais (produção primário de menor valor agregado), mantendo balança comercial favorável à metrópole, fator que garantiu o acúmulo monetário europeu.

Os primeiros a explorarem essa nova modalidade de comércio a partir de Portugal foram os cristãos-novos (judeus convertidos ao Cristianismo após serem expulsos do Reino Ibérico pelo rei Dom Manuel), ainda na primeira metade do século XV; o rico empreendimento atraiu diferentes agentes em todo o mundo, com destaque para os comerciantes holandeses, de origem judaica, organizadores das companhias de comércio que dominaram os mares ao longo do século XVII com atividades mercantis, escravistas ou não, mundo afora. O século XVIII assistiu à ascensão do capitalismo inglês que dominara o tráfico, comércio que veio fortalecer sua posição enquanto potência econômica e financeira europeia.

O tema agrega amplo debate, principalmente frente à pergunta reiterada sobre como se desenvolve o processo escravista no continente africano e a participação dos nativos. Logicamente que precisamos lembrar que não existe uma unicidade africana; existem povos de diferentes tribos ocupando diferentes espaços geográficos do continente africano, desenvolvendo rivalidade por melhores condições de sobrevivência. Há também, a exemplo do continente americano, a prática de manutenção (e venda) de elementos aprisionados em combate na condição de escravos. A chegada do europeu com sua cobiça crescente pelo comércio de seres humanos fez ampliar essa prática, juntamente com a ambição pelo "lucro do tráfico negreiro". Eram africanos os controladores do fornecimento e do comércio no continente africano, sempre na busca pelas vantagens produzidas pelo sistema. Assim, no continente africano, "[...] o tráfico gerou riquezas, incrementou divisões sociais preexistentes, consolidou formações estatais" (RISÉRIO, 2004, p. 63).

Para saber mais

Muitas foram as formas de resistência africana ao trabalho escravo, com destaque para o aborto, o suicídio e as fugas (organizadas de forma coletiva ou individual). Ao fugirem, tinham em mente construir vida nova em um acampamento ou fortaleza, denominado *quilombo* na língua banto. Os Quilombos, comuns a toda América, eram formados por diferentes povos africanos e americanos — não raro, europeus, que constituíam sociedades capazes de resistir ao modelo escravista.

A Constituição Federal de 1988, no Art. 68, garante "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

1.7 Sociedade de aparências

A formação do processo colonial brasileiro tem desde os primórdios uma construção do culto às aparências em detrimento da essência, dos valores e das virtudes, inclusive. Caracterizada desde sua origem pela diversidade de povos e culturas, a sociedade colonial acabou submetida ao modelo português de ignorância e exclusão dos nativos das terras brasileiras (processo comum ao continente africano), não raro com o uso da força. Pautados pelos valores etnocêntricos europeus que creditavam superioridade ao homem branco, desconhecendo os valores culturais e o respeito à diversidade dos povos, municiados com armas de fogo e espadas, "vestidos de metais", portando cruzes e demais indumentárias, os portugueses calaram a polifonia cultural, antes mesmo de uma busca pela compreensão.

Nada exerce maior fascínio nessa estrutura social antagônica do que os extremos da produção agroaçucareira capitaneada pela Casa-Grande (residência do senhor dono das terras e bens e de sua família) e a Senzala (acomodação dos diferentes povos explorados enquanto mão de obra e violados em seus seus direitos básicos). Do alto das terras a grande casa tem ares de poderes e soberba; na terra lisa e fria as fogueiras distinguem as diferenças e garantem aquecimento, quando necessário; às escuras e desestruturadas são as acomodações. São as particularidades das relações sociais no universo patriarcal do Brasil colônia moldando, com raízes profundas, o comportamento e as relações humanas de nossa história.

1.8 As relações de poder

Constitui instância de maior importância a análise de construção e perpetuação do poder político brasileiro a partir da fundamentação e implantação do sistema colonial. É preciso deixar claro que o modelo mercantil de subordinação e dependência externa não tem domínio sobre o micro processo de ocupação efetiva das terras, principalmente sendo este baseado no cooptar de forças realmente dispostas à ocupação efetiva, que tem por base a cessão de terras. Não existindo nenhum critério rígido para a distribuição e posse dos lotes denominados sesmarias, acabou por prevalecer as relações primárias de afetividade, das proximidades familiares e de consanguinidade. Nega-se, dessa feita, o papel do Estado regido por leis universais, de caráter abstrato, que representa o geral frente ao particular, dotado de impessoalidade na execução e

resolução dos problemas. Importante destacar que até a Lei de Terras de 1850 prevaleceram as bases político-latifundiárias dos primórdios coloniais.

Na formação do Brasil, alimentado pela distância do Estado (não apenas físico-geográfica), coube a prevalência do poder latifundiário, dos *"homens bons"* senhores das terras, proprietários de homens sem nenhum direito ou acesso (os escravos) estabelecer de fato (e não raro de direito) as "regras de sociedade e política", sempre subordinadas ao mandonismo local. Senhores onipotentes em seus mundos com produção de praticamente tudo que consumiam — salvo pólvora, sal, chumbo, ferro e tecidos finos — ignoravam, quando não hostilizavam, o poder estabelecido do Estado que em regra é visto como mero coletor de impostos; ausente em suas funções e distante em suas decisões; possibilitando a privatização do Estado pelos proprietários locais que exercem absolutos poderes sem questionamentos ou ações de controle. O que há, quando há, é a disputa entre grupos, em regra liderados por grandes e poderosas famílias, pela posse dos privilégios que só o poder estatal tem força e condições de proporcionar, sem mudanças estruturais na administração ou modelo gestor, ocorrendo apenas a trocas dos mandatários e seus funcionários (CARVALHO, 1997).

Links

Será de grande valor para compreender o poder latifundiário e seu predomínio ao longo dos séculos a partir do modelo colonial e da herança político-social a leitura do texto "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual", de José Murilo de Carvalho, disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>.

1.9 Sagradas bases de profanos poderes

Muitas foram as faces de estabelecimento e perpetuação do poder local, muitas vezes denominado de coronelismo; merecendo destaque o clientelismo e compadrio na composição do tripé de sustentação do poder local. Devemos entender o clientelismo como a capacidade dos agentes públicos, que de posse do Estado, podem produzir benefícios a uns poucos privilegiados; benesses como empregos, isenções fiscais ou doações de lote, entre outros, que só são acessíveis aos amigos do chefe e seus familiares. O compadrio precisa ser entendido como uma extensão que agrega valores de sociedade e religiosidade

capazes de garantir benefícios políticos; ressaltando que aos olhos da Igreja Católica, que sempre teve foro de religião oficial do Estado, o compadre *pais espirituais* é o substituto dos pais na ausência destes, e moralmente responsável pelo compromisso religioso-social assumido por prover, em caso de necessidade, ao rebento (ou aos) desamparado(s) pelo destino cruel da orfandade. Transposto para plano político simboliza o respeito religioso ao padrinho de que sempre se espera ser lembrado — com mimos, presentes e emprego. O afilhado deve obediência, lealdade e reverência. Você já deve ter presenciado a seguinte cena: afilhado aproxima-se do padrinho e pede a bênção; este pergunta ao afilhado, não raramente olhando para alguém mais velho e próximo à criança, se ela tem bom comportamento. É o rito litúrgico consagrando a aparência, em detrimento da essência.

Esse modelo de controle do Estado por um grupo minoritário transfere aos poucos privilegiados detentores de boa saúde financeira o papel de assistência aos necessitados e controle da ordem pública, possibilitando a ação da iniciativa privada em prol de benefícios em regra particulares. Transformando muitas vezes a ação dos agentes públicos em ações capazes de segregarem o povo do governo, o estado da nação; negando a cidadania e os direitos básicos (FAORO, 1989).

Questões para reflexão

Cabe uma pergunta: o Estado exerce algum papel?

Sim, logicamente é necessária a manutenção da burocracia estatal, capaz de legitimar e legalizar o balcão de negócios; logo, a máquina tributária não cessa, pelo contrário, está sempre apta a reformular suas ações e ampliar o rigor fiscal em prol da perpetuação do sistema.

A síntese das relações sociais e políticas do Colonialismo português bem poderiam ser apresentadas pelas palavras sábias de Gregório de Mattos, no poema Epigrama: "Que falta nesta cidade?... Verdade. Que mais por sua desonra?... Honra. Falta mais que se lhe ponha?... Vergonha" (GREGÓRIO..., 2013, p. 1). Seria um problema localizado no período colonial?

Seção 2 Economias complementares

A montagem da estrutura de engenho incluía necessariamente o cultivo de gêneros alimentícios, destacando-se a mandioca, incorporada da culinária indígena, que é a grande base alimentar do Brasil, conhecida por pão dos pobres, pela facilidade de plantio, número de variedades, facilidade de adaptação e abundância na produção. Também incorporados da culinária indígena, e fundamental para a estrutura alimentar, foi o milho.

Pela má administração, ou pela desorganização, foram comuns grandes períodos de fome, não só no nordeste açucareiro, mas também no sul. Como é o caso do Rio de Janeiro ao longo da segunda metade do século XVII, obrigando à Coroa a baixar leis determinando o plantio dos gêneros alimentícios. Atitude repetida pela administração de Nassau, quando das invasões holandesas ao nordeste brasileiro (1630/1654).

Além da necessidade de produção alimentícia, e do rico ouro branco do açúcar, existem economias que foram capazes de agregarem grandes valores. Entre elas merecem destaque as produções do tabaco e da pecuária.

2.1 O tabaco

Produto nativo da América que atendeu a três propósitos básicos no Brasil colônia: fumo e rapé para o mercado interno e externo; e cultivo destinado à obtenção de escravos na África, figurando como "moeda" "[...] o tabaco servirá para adquiri-los [peças das Índias] pelo escambo na costa da África, e será em grande parte em função deste negócio que se desenvolverá a cultura brasileira" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 39). Atendendo ao mercado externo de obtenção de almas o produto tem crescimento e oscilação pautados pelo desenvolvimento das economias principais (cana e ouro), até o final do século XVIII, para entrar em declínio com as restrições ao tráfico na metade do século XIX. "O centro principal da produção é na Bahia, e como a do açúcar desta região, no contorno do Recôncavo, particularmente na vila de Cachoeira. Outras zonas produtoras serão em Sergipe e Alagoas" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 39).

Entre as abordagens sedutoras para ampliar o consumo é comum atribuir-se valores medicinais, sendo conhecido como "erva santa" pelos supostos benefícios que traria. Os textos falam em facilidades no evacuar e no fortalecimento do vigor. "[...] bebido em jejum, disseca as umidades do estomago, ajuda para

a digestão e não menos para a evacuação ordinária, alivia ao peito que padece asmático e diminui a dor insuportável dos dentes" (ANTONIL, 1982, p. 72).

O principal papel do tabaco era figurar como moeda, a exemplo da aguardente, no escambo africano, no chamado Triangulo Mercantil. Em a *História da Riqueza do Homem*, Hubberman (1986) faz menção ao um lucro de 60 vezes o capital inicial empregado. Uma verdadeira fortuna a remunerar uma aventura cheia de perigos e desventuras, cujo fundamento econômico garantidor do lucro é a não caracterização do negro como produto mercantil na África, sim como relação de troca não monetária e depreciada.

A produção de tabaco, que ocupou muitas vezes, ao longo do Brasil Colônia e Império, o segundo posto de importância nacional, era feito basicamente em pequenas propriedades. Fato a exigir trabalho intensivo e qualificação da mão de obra, com predomínio de trabalho escravo. Embora não se excluam as participações de homens livres e da própria família do proprietário no processo de produção.

Para saber mais

Considerado um "subproduto" a produção de aguardente tinha grande mercado interno com exportação flutuando conforme as variações econômicas do mercado internacional e a demanda de navios realizando o transporte das exportações dos produtos principais; quanto maior a exportação, maior a concentração de navios dispostos a fazer um extra com a cachaça. Existiam no Brasil colonial, além das destilarias anexas aos engenhos, construções com plantio exclusivo para a produção do destilado.

2.2 A pecuária

Grande responsável pela interiorização do Brasil, principalmente com a expansão da cana, que necessitava de animais para transporte e moagem, o desenvolvimento do gado era incompatível na mesma área de plantio da cana, chegando a Coroa a proibir a sua criação na zona da mata. A solução foram sesmarias interioranas, próximas ao rio São Francisco, distante cerca de dez léguas do litoral, conhecidas por *currais*, construídas ao longo dos leitos dos rios afluentes do "Velho Chico" com abundância de água e vegetação; coisa rara no interior do sertão nordestino. "Uma fazenda se constitui em regra com três léguas dispostas ao longo de um curso d'água, por uma de largura, sendo meia

para cada margem. Daí, aliás, o nome genérico de "ribeira" que se dá às várias regiões do interior nordestino" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 45, grifo do autor).

Esses *currais* acabaram ampliando não só os limites geográficos do Brasil, mas também a produção econômica. A princípio voltada a abastecer os engenhos de gado com tração e transporte, transformaram-se em fornecedores de carne seca (carne de sol) e de couro, fomentando um braço econômico importante na pauta nordestina. "Havemos de observá-lo [...]: o seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-se às atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as contingências" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 44).

Basicamente o grande obstáculo à expansão pecuária foi a presença e reação indígena. A solução foi a contratação de homens armados, em sua maioria proveniente da província e São Paulo, para dar cabo do problema. É o bandeirantismo de contrato, uma modalidade — a mais cruel delas — da ação bandeirante. Diferindo de outras formas de produção do período, a pecuária organizou-se com mão de obra livre, basicamente com mestiços e índios, que exercia a função de vaqueiro, recebendo parte da produção. A '*paga*' — expressão nordestina para remuneração — era de 1/4 (quarta parte) do número de cabeças acrescidas ao longo do tempo. É bom frisar que nos primeiros anos não existia pagamento algum, sendo o período encarado como fase de aprendizagem.

Com o desenvolvimento da mineração na região das Minas Gerais há uma expansão da pecuária no sul do Brasil, com o desenvolvimento do Caminho do Viamão, que saindo da cidade homônima no Rio Grande do Sul transportava produtos e animais até a cidade de Sorocaba (SP); e deste grande centro comercial os produtos eram levados ao centro-oeste minerador. Uma nova dinâmica nasceu deste processo. "Nestas regiões as condições naturais são muito superiores às do Nordeste. A qualidade do gado é por isso melhor, sua densidade mais elevada. E em consequência as fazendas não se dispersaram tanto como no Nordeste" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 44).

Fora a criação de gado, sistematizada após as grandes descobertas auríferas que viabilizaram as novas aventuras da "Febre do Ouro", o processo dialético se fez naturalmente via demanda, com "[...] a criação de gado [produzindo] um efeito, que repercutiu longamente". A matriz estava no fato de que " [...] o problema da mineração não consistia em encontrar metais —, estes existiam não restava dúvida [...]; o problema verdadeiro consistia na dificuldade de alimentar os mineiros" (ABREU, 2000, p. 158). Para alimentação dos responsáveis

pelo extrativismo fáustico muitos *locais de pousos* floresceram, originando vilas e cidades. É na articulação entre as economias e regiões do país que o gado melhor cumpriu seu papel de integração nacional, sempre no vácuo das economias principais pautadas pela triste e febril característica de buscar as riquezas que afloravam do solo sem organizar o antes e o depois do processo produtor.

2.3 Diversificação agrícola

Após a fugaz explosão econômica fruto do extrativismo mineral na região das Gerais o contingente humano que não migrou empreendeu esforços na busca por garantir a sobrevivência e de seus familiares. Sem a opção *"fácil"* da riqueza que aflora do subsolo a região esgotada econômica e social acabou empreendendo olhares para o desenvolvimento agrícola, em movimento econômico-social que ficou conhecido por Renascimento Agrícola. Responsável por "discussões" acaloradas de onde é possível destacar "[...] o prestígio da agricultura, e crescente a descrença na mineração. O balanço entre ambas é quase unânime em favor da primeira. [...] O país acordara finalmente do seu longo sonho de metais e pedras preciosas [...]" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 85).

Com a força e resistência das populações que optaram por não abandonarem a decadente região extrativista após o "esgotamento dos veios auríferos" mais uma grande área, prevista no tratado de Tordesilhas como área pertencente à Espanha, será incorporada pelo Estado português. A pecuária, fruto do renascimento agrícola nas Minas Gerais, replica, a exemplo das regiões do rio são Francisco e do Rio Grande do Sul: o papel expansionista das fronteiras do Brasil. "Foram a mineração e a pecuária que tornaram possível e provocaram o avanço" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 96), expandindo as fronteira demarcadas pelo Tratado de Madri em 1750.

2.4 A metamorfose

O Brasil oficial da exploração portuguesa sempre foi bem diferente do "Brasil real", das campinas e invernadas interioranas. Arranhar o litoral, feito caranguejo, era com os portugueses apaniguados; privilegiados com os cargos e benesses do Estado. O homem comum, nascido em Portugal ou não, tinha que fazer valer o valor do trabalho e o suor de seu corpo para garantir sustento de si e dos seus. Metamorfoseando-se, construindo valores regionais, desenvolvendo capacidade de resiliência e, em especial, desenvolvendo meios de

sobrevivência fora da dependência do Estado português nasceu o brasileiro, diferente e fruto das diferenças.

Imagine como seria o país no modelo clientelista português?! Que tipo de sociedade teríamos caso tivemos seguido apenas o modelo do Estado Oficial português? Que dívidas existiriam como os homens que se aventuraram ao interior bravio? Que legado de destruição fora construído para aplacar a fome dos excluídos?

2.5 Preâmbulo

O reino Português esteve sobre o domínio espanhol entre os anos de 1580 e 1640, com a União Ibérica, que teve início com o fim da dinastia de Avis, após a morte de D. Sebastião em sua cruzada contra os infiéis no norte da África. Sem herdeiros legais na hierarquia de sucessão ao trono Portugal ficou acéfalo. A Casa d'Áustria (ou Habsburgos) que governava a Espanha reivindicou o trono português, obtendo apoio de boa parte da nobreza, da burguesia e do clero lusitano. Felipe II constituiu uma monarquia dual, por meio do Tratado de Tomar, que estabeleceu as bases do sistema de governo para Portugal e suas colônias, não existindo mais divisões entre os dois reinos e suas colônias, transformadas em território único.

A Espanha, que conduzia uma política externa cheia de problemas, com conflitos bélicos com metade das grandes potências, arrastou Portugal para centro das lutas e entraves em nome do poder hegemônico no mundo. "Foi um período sombrio da história portuguesa. Descuraram-se por completo seus interesses; e o reino teve de participar da desastrosa política guerreira dos Habsburgos na Europa" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 49).

"Quando a monarquia espanhola abarcou a península inteira e os inimigos de Castela passaram a ser os de Portugal" (ABREU, 2000, p. 104). O pequeno reino ibérico foi arrastado para os conflitos, com destaque para as guerras contra a independência dos Países Baixos, desencadeada pela burguesia protestante que buscava garantir as liberdades econômicas e mercantis perdidas com a ascensão de Felipe II (católico) ao trono ibérico. Em um erro de avaliação o novo monarca acabou com a tolerância religiosa, que vigorava a mais de meio século. A reação dos povos do mar do norte, liderados pela burguesia, foi uma aliança antiabsolutista e anticatólica contra a Espanha, com o nascimento da República da Holanda ou Províncias Unidas dos Países Baixos, que com o apoio da Inglaterra saiu-se vitoriosa junto aos ibéricos.

Para saber mais

A União Ibérica principia-se após a morte de D. Sebastião I, que tivera um fim trágico: desaparecera na batalha de Alcácer Quibir, no norte da África, quando combatia os infiéis. Do desaparecimento restou a lenda, conhecida como "*sebastianismo*", que diz que o rei voltará, a qualquer momento, para livrar o povo português de suas dificuldades. Crença muito difundida no Brasil, e conhecida como "*messianismo*".

2.6 Os reflexos

Em apoio ao movimento de independência, e em represália às ações luso-espanholas, que proibiram a presença dos barcos não ibéricos em seus portos, os holandeses "Homens sagazes anteviram o perigo; [...] por meio de concessões e privilégios conciliaram as pretensões divergentes, fundando a Companhia das Índias Orientais no começo de 1602" (ABREU, 2000, p. 104).

Seus objetivos eram dominar o rico comércio Atlântico-Índico, afastando os portugueses. Deu certo, obrigando a Espanha a aceitar uma trégua — conhecida como trégua dos doze anos (1609/1621) —, que possibilitava a continuidade das ações holandesas no comércio do açúcar, produzido no Brasil, e monopolizando seu transporte e comercialização pela burguesia flamenga. Em 1621, com o término da trégua, a burguesia holandesa fundou a Companhia das Índias Ocidentais, que obteve dos Estados Gerais (órgão supremo da administração holandesa) o monopólio comercial e marítimo, por vinte e quatro anos, da África e América.

A Companhia organizou uma poderosa esquadra, com algumas centenas de homens, que atacou e conquistou a Bahia, em 1624. "Vinte e três navios e três iates com quinhentas bocas de fogo, tripulados por mil e seiscentos marinheiros" (ABREU, 2000, p. 105).

A conquista foi efêmera: um ano aproximadamente. Problemas internos com a administração holandesa, assassinato do governador da Cia., mortes por questões de saúde — que vitimaram os comandantes sucessores do governador, fuga da população com destruição dos viveres, navios e suprimentos e, mormente, a formação do movimento de guerrilha no interior corroboram para o fracasso da ocupação na capital administrativa do Brasil Colonial.

> A 2 de abril [1625] travou-se o primeiro combate, seguido de outros. O cerco apertou-se por terra e por mar. Os sitiados foram obrigados a render-se. A 30 de abril assinava-se a capi-

> tulação. A 1 de maio abriram-se as portas e entrou o exército vencedor (ABREU, 2000, p. 107).

2.7 O Brasil holandês

O fracasso militar holandês não impediu que a burguesia holandesa preparasse um novo ataque às terras brasileiras, desta vez Pernambuco, capital econômica do Brasil açucareiro. Os holandeses, que estavam falidos após o fracasso dos ataques à Bahia, encontraram na pirataria o remédio para seus males, "[...] nos anos seguintes [a expulsão da Bahia] a Companhia mandou diversos navios que estiveram no Brasil e em outras partes da África e da América, devastando e saqueando" (ABREU, 2000, p. 108).

Sistematicamente organizados promoveram, com grande habilidade e estratégia, um ataque, em 1628, à Frota de Prata espanhola, comboio responsável por conduzir anualmente a Espanha às riquezas do novo mundo. "De uma só vez entraram-lhe para os cofres mais de quatorze milhões, o duplo do capital inicial [...]. Com as finanças restauradas, preparou nova expedição ao Brasil; agora preferiu Pernambuco" (ABREU, 2000, p. 108).

Atente para os cálculos: o lucro de tal ataque seria duas vezes maior que o capital inicial investido na Companhia das Índias, quando de sua constituição em 1622.

Ao promoverem o ataque a Pernambuco os holandeses se organizaram melhor, em comparação com o ataque à Bahia, formando um exército superior a sete mil homens, com apoio de algumas dezenas de navios. Após vários dias de combate, as cidades de Olinda e Recife foram ocupadas.

> A povoação de Recife, iluminada pelos clarões de incêndio, converteu-se um montão de ruínas. Mas a 2 de março o de S. Jorge, velho, capaz só de resistir a ataques de índios, capitulou, e o de São Francisco da barra seguiu lhe o exemplo (ABREU, 2000, p. 109).

Matias de Albuquerque, o governador, fugiu para o interior com seus homens organizando a resistência no arraial do Bom Jesus. "Com vinte pessoas começou a fortificação, plantando quatro peças. Deu à obra o nome de arraial do Bom-Jesus. Pouco a pouco foram chegando aderentes" (ABREU, 2000, p. 109).

> Foram sete longos anos de ações beligerantes, principalmente com táticas de guerrilhas, que coma a ajuda dos nativos, Matias de Albuquerque buscou resistir e expulsar os invasores; por fim

> os holandeses acabaram vitoriosos. "A Companhia das Índias Ocidentais achou a ocasião própria para nomear um governador geral. Escolheu João Maurício, conde de Nassau-Siegen, membro da família de Orange, e confiou-lhe interinamente o cargo por cinco anos" (ABREU, 2000, p. 115, grifo do autor).

O Brasil holandês, construído por um governo holandês no nordeste açucareiro brasileiro — salvo a capitania da Bahia — transferiu a capital de Olinda para Recife por questões de estratégias militares e buscou restabelecer a produção abalada pela longa guerra (1630/1635).

2.8 Um humanista nos trópicos

Nassau administrou o Brasil Holandês, ou Nova Holanda, entre os anos de 1637 e 1644 realizando uma das melhores administrações do Brasil Colonial. Transformou o palco que recebeu para governar: construiu ruas e pontes; determinou obras de saneamento e sanitárias; construiu observatório astronômico e teatro; edificou zoológico e jardim botânico; patrocinou a vinda de artistas e cientistas; conferiu liberdade religiosa e créditos; organizou as Câmaras dos Escabinos em substituição às Câmaras Municipais, incentivando a participação luso-brasileira.

> Deslumbrados com o viço e o vigor da natureza tropical, encarregou [...] de catalogar, pintar, estudar e preservar plantas e animais do Novo Mundo. Transformou o abacaxi e o caju em símbolo deste "belo país do Brasil, que não tem igual sob o céu" (BUENO, 2002, p. 93, grifo do autor).

2.9 Restauração portuguesa

Os anos finais da década de 1630 ficam marcados pelas revoltas e rebeliões que enfraqueceram o reino espanhol. As revoltas em Portugal, na Catalunha e Nápoles somaram-se aos conflitos da Guerra dos Trinta Anos, travada pela Espanha contra França e Holanda. Debilitada econômico, financeiro e militarmente o rei Felipe IV buscou ampliar as taxas, tributos e o rigor administrativo-fiscal; fator de multiplicação das reclamações e queixas dos portugueses que reivindicavam a manutenção das bases estabelecidas pelo acordo de Tomar, em 1581.

Nesse contexto as forças oposicionistas aos castelhanos aproveitaram o *boom* oposicionista para arregimentar novos partícipes ao longo de todo ano de 1640. No dia primeiro de dezembro, após boa parte dos funcionários e nobres espanholas terem retornados à terrinha para as festas de final de ano,

tem-se o início da Guerra de Reconquista, que se arrastou por vinte e oito anos, até 1668, quando finalmente Portugal obteve o reconhecimento de Dinastia de Bragança. A Espanha, na busca de manter Portugal e suas colônias sob seu domínio político, econômico e financeiro faz uso, em vão, das forças bélicas e diplomáticas, recorrendo ao papado em Roma.

No Brasil, a Restauração tem vínculo direto com a Guerra de Expulsão dos Holandeses, com a data de 1654 estabelecendo o marco do fim do jugo holandês e a supremacia do poderio português no país. Duas grandes instituições constituídas após 1640 foram fundamentais na organização do Império Português da América: a Companhia Geral do Comércio do Brasil, de 1649 e o Tribunal da Relação, em 1652.

A Companhia Geral do Comércio do Brasil foi realização nascida dos esforços do padre Antônio Vieira com o objetivo de promover as relações comerciais entre Brasil e Portugal, fortalecendo as relações ibéricas em detrimento das atividades realizadas pelos holandeses. Por ser empresa privada, beneficiada com os privilégios comerciais monopolistas da Coroa Portuguesa (escravos, vinhos, bacalhau, azeites, farinhas, entre outros a serem vendidos no Brasil), foi capaz de atrair vultosos capitais de diversas origens, incluindo capital judeu.

O Tribunal de Relação, que no período joanino ficou subordinado à Casa de Suplicação do Brasil, era a última instância de poder e julgamento no Brasil colonial. Sua existência fora precedida da Casa de Relação da Bahia de 1609, órgão primeiro e máximo de apelo no Brasil colonial. Entre suas funções está o ato de ser o intérprete máximo do direito português; com suas deliberações transformadas em jurisprudência, devendo ser seguida por todas as instâncias inferiores do poder judiciário.

Links

Na Restauração portuguesa boa parte da conta ficou com a comunidade judaica que, voluntariamente ou não, por temer as ações da Inquisição, colaborou; o temor era tamanho que as contribuições foram para os dois lados do movimento. Nas guerras contra os holandeses a conta foi amenizada pelo açúcar, que também colaborou na restauração portuguesa. A Espanha manteve seu padrão moeda, com os pagamentos custeados pela prata da América. O belo artigo "Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal", brilhantemente escrito por Stuart B. Schwartz, professor da Yale University, constitui leitura obrigatória sobre o tema: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a11v1224.pdf>.

2.10 A insurreição pernambucana

Um conjunto de fatores e valores influenciou na expulsão dos holandeses, são eles:

- a mudança na (e da) administração da Companhia das Índias, agravada com a saída de Nassau;
- o fim da União Ibérica, com a ascensão de D. João IV da dinastia de Bragança;
- mudanças no cenário político-econômico europeu, com aumento das rivalidades entre Inglaterra e Holanda.

A nova administração holandesa, sob a responsabilidade do Conselho Supremo que substituiu Nassau, partiu para a cobrança das dívidas atrasadas dos Senhores de Engenho. Estes, sempre soberbos, não gostaram das pressões e tentaram articular-se contra a administração, que partiu para o confisco das terras dos devedores.

Estava declarada a guerra — com apoio das diferentes camadas sociais, graças à ação da Igreja católica, insatisfeita com a tolerância religiosa. Há de se destacar um pequeno detalhe que teve muito peso na decisão da elite local: os senhores de engenho entenderam que libertar o Brasil, era liberta-se das pesadas dívidas.

Portugal que estava fragilizado pela União Ibérica, acabou recebendo ajuda da Inglaterra e da França, que impuseram contratos e acordos comerciais que acabaram por comprometer a independência buscada pelos lusitanos, principalmente nas relações econômicas com os ingleses.

> Portugal sairia arruinado da dominação espanhola [...], o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com que a Espanha estivera em luta quase permanente, ocuparão, para não mais a devolver, boa parte das possessões portuguesas (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 49).

No cenário interno o palco da guerra produziu o amálgama entre os diferentes para o nascimento de novos valores; valores construídos com base no amor pátrio, incipiência da nacionalidade.

> Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. [...] Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos. Vencedores dos flamengos [...] os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo, e um povo de heróis (ABREU, 2000, p. 124).

Para saber mais

Uma série de acordos, contendo sempre os privilégios econômicos e alfandegários aos ingleses nas relações comerciais com o reino e suas colônias, acabou por arruinar Portugal. Destaque especial para o tratado de Methuen, de 1703 (conhecido por "Panos e Vinhos"), que aboliu as restrições às importações de tecidos ingleses em troca de taxas alfandegárias preferências aos vinhos portugueses. Aparentemente uma troca justa, não fosse o vinho uma cultura de sobremesa.

2.11 As consequências da União Ibérica

Portugal, que ficou à beira da exaustão durante a União Ibérica, abalara mais ainda suas finanças nas guerras de independência contra a Espanha, descendo até o fundo do poço com as guerras de expulsão dos holandeses dos Brasil — embora oficialmente não tivesse qualquer participação, pois aparentemente fez honrar os acordos comerciais com os holandeses, seu parceiros na primazia açucareira brasileira. Comercialmente perdera o controle sobre o comércio oriental, preservando algumas de suas possessões africanas, principalmente no fornecimento de escravos, o mais lucrativo entre os produtos denominados especiarias. No Brasil recuperado dos holandeses a estrutura de produção estava abalada, com algumas regiões totalmente destruídas pela longa guerra; com a logística de distribuição, que era holandesa, deixando de existir. Para piorar os problemas a Holanda, ou Companhia das Índias Ocidentais, transferiu toda a técnica de produção do nordeste brasileiro para as Antilhas, abrindo forte concorrência, que rapidamente levou o rico sistema agroindustrial açucareira à decadência.

O Estado em crise e endividado resolveu apertar o torniquete sobre as colônias com aumento do rigor fiscal e instituição do Conselho Ultramarino, que rapidamente tornou-se o órgão supremo da administração colonial e responsável pela cessão de direitos exploratórios às Companhias de Comércio. Estas selecionadas pelo critério de proximidade e/ou alianças com o Estado Ibérico (ou com seus representantes), que nem sempre se pautava pela competência e condições de execução de forma proba dos direitos de exploração, abusavam de seu privilégio de monopólio sobre as regiões e/ou produtos. Em regras os preços eram altos e a qualidade baixa.

Um dos resultados dessa política foi o florescer da Revolta dos Beckman, 1684, no Maranhão. A revolta nasceu de um conjunto de fatores, cuja base está na falta de mão de obra. Originariamente os colonos faziam uso da exploração dos nativos "negros da terra" nas atividades econômicas e domésticas, sempre sob os protestos dos jesuítas. Em 1680, sob a influência do padre Vieira, o rei de Portugal D. Pedro proibiu a escravidão indígena, com cessão de terras aos nativos para proverem seus sustentos. Para solucionar a falta de mão de obra foi instituído o sistema de monopólio da Companhia de Comércio do Maranhão, que assumiu a responsabilidade de entregar 500 peças "negros da Guiné" por ano, durante vinte anos, ao comércio local. Fato que não se consolidou, praticamente conduzindo a economia local à inviabilidade pelos altos valores dos poucos escravos ofertados.

Desde os primeiros movimentos em prol da liberdade dos nativos os colonos foram contra a cessão de direitos aos mesmos, recorrendo junto à metrópole com envio de representantes a Lisboa para a defesa de seus ideais. Influenciados por Manuel Beckman os proprietários de terras e boa parte da população acabaram por depor o governador da capitania, expulsar os jesuítas, após extinguir a Companhia de Jesus, deportando para Portugal os jesuítas expulsos sob a guarda de Thomas Beckman, responsável por negociar um acordo com o rei.

A coroa não quis conversa, prendeu Thomas Beckman no desembarque em Lisboa devolvendo-o para ser enforcado e decapitado em São Luís do Maranhão.

2.12 A metamorfose pelas bandeiras

O ciclo das bandeiras ou bandeirantismo nasceu com as Invasões Holandesas, que impuseram escassez de mão de obra africana pelo isolamento da região em relação às áreas demandantes do produto. Da necessidade de mão de obra escrava "negros da Guiné" explodiram as práticas de captura e aprisionamento dos negros da terra, que sempre foram à mão de obra predominante nas regiões que não desenvolveram atividades exportadoras. Premidos os habitantes lusitanos — ou não — do "Novo Mundo português na América" acabaram por descobrir um complexo universo ao descortinar a verdade dos fatos de que "Entre o mar e o sertão, entre o mar e a serra, entre o mar e o indígena havia um mundo novo. Este será o capítulo original da história brasileira" (FAORO, 1989, p. 154).

Prevalecendo a lei da oferta e da procura, motivados pela escassez que provoca o aumento do preço dos nativos e valorização da mão de obra indí-

gena, os moradores da região pobre do planalto de Piratininga, na capitania de São Vicente, acostumados que eram a se embrenharem nas matas à captura de nativos, fizeram da atividade uma ação econômica rentável. "Enquanto o ouro e os diamantes não afloravam, o índio custeava as expedições, repetidas, com o tempo, para igual objetivo, capaz de remediar a pobreza da agricultura policultora e de subsistência do planalto paulista" (FAORO, 1989, p. 154-6).

Importante ter em mente que o processo sofreu o ciclo "natural" de substituição e/ou complementação ao processo de busca aurífero, este sim o foco primário das ações bandeirantes de buscar remédio aos males da pobreza nas aventuras interioranas.

2.13 Apresamento indígena

Primeiro ciclo organizado a partir da Capitania de São Vicente com objetivo de ataque às tribos interioranas e captura de mão de obra escrava — negros da terra. As dificuldades de ataque às tribos e facilidades de ataque às missões jesuíticas fez o ciclo mudar suas ações. É necessário esclarecer que as missões eram núcleos organizados pelos jesuítas espanhóis, com a autorização do rei, objetivando a expansão da fé católica, em conformidade com as determinações do Concílio de Trento. Basicamente praticava-se a agricultura, sendo a administração imposta pela Companhia de Jesus.

Cada uma das regiões desenvolveu atividade econômica compatível com as condições regionais, destacando a introdução do gado na região dos pampas gaúchos, com as missões de Tape (conhecidas hoje como missões gaúchas) que abrangem, além do Rio Grande do Sul, terras na Argentina e Uruguai. A extração dos mateiros (erva-mate) nas missões de Guairá, com abrangência nas terras do Paraná e do Paraguai, foi a alternativa econômica de sistematização da ocupação da região pelos padres. Na atual região do pantanal, denominadas, à época, de Itatim, desenvolveram-se atividades ligadas à pesca, com destaque para a produção de farinha de peixe.

Há de se frisar que como a catequese indígena (processo "aculturalizador") os índios perdiam a capacidade de resistir, e seguiam os ensinamentos cristãos, tornando-se presas fáceis aos bandeirantes, que se aproveitando disso dizimaram as missões, e os índios, das regiões missioneiras espanholas. "Os grandes perdedores foram os índios. Nas tribos visitadas pelos bandeirantes não ficava palha sobre palha. Muitos territórios viraram desertos humanos, ocupados, depois, por súditos portugueses" (TORAL; BASTOS, 2000, p. 27). Tal violência

desmedida dos bandeirantes, que praticamente dizimaram os índios das regiões das missões jesuíticas espanholas, foi benéfica a Portugal que pôde reivindicar a incorporação das terras das regiões abandonadas.

A consolidação do domínio na região alargada das fronteiras brasileiras, fruto das ações das bandeiras, do extrativismo e do avanço do gado ocorreu em 13 de janeiro de 1750, com a assinatura pelos reis de Portugal e Espanha, do Tratado de Madri.

Para anular as bases dos acordos anteriores à presença efetiva dos dois reinos na América, pautado principalmente pelo tratado de Tordesilhas, foi o princípio originário do Direito Civil Romano: *uti possidetis*, hoje consagrado pelo direito internacional, e brilhantemente explorado por Alexandre de Gusmão. Rico em detalhes e argumentações o tratado regulamentou a navegação com o intuito de proibir/coibir futuras ações exploratórias e/ou ocupacionais dos países nas áreas acordas.

Para saber mais

Uti possidetis: a base jurídica tem por tese o princípio de "como possuis (estar de posse de) continuais a possuir"; simples "uti possidetis juris" em que o direito à titularidade é garantido àquele que detém posse.

2.14 Ataque aos quilombolas

A mais nefasta das faces do bandeirantismo tinha por meta dificultar e/ou impedir a existência dos quilombos, com a contratação dos bandeirantes, na forma de exército de extermínio aos núcleos de resistência ao modelo colonialista escravista. "O quilombo era refúgio de muitos elementos marginalizados pela sociedade escravista, independentemente de sua cor. Era o exemplo da democracia racial de que tanto se fala, mas nunca existiu no Brasil, fora das unidades quilombolas" (MOURA, 1987, p. 32), sendo que alguns aldeamentos atingiram populações superiores a 10 mil habitantes — homens, mulheres e crianças de diferentes povos. Dois exemplos do desenvolvimento obtido pelos núcleos de resistência no período das invasões holandesas foram os quilombos de Palmares e de Cariri, que chegou a atingir a marca de aproximadamente 20 mil pessoas — maior que a capital Salvador. Um verdadeiro fenômeno a exigir repressão organizada e sistematizada, característica pouco comum ao Estado luso-bra-

sileiro, que se viu obrigado a fazer acordos múltiplos para a contratação dos bandeirantes. Estes recebiam pelo serviço de destruição, e pelo número de quilombolas mortos, facultando-se à venda de parte dos aprisionados, desde que longe da região, como forma de complementar o pagamento.

Para saber mais

O movimento das bandeiras abrangeu outros ciclos econômicos, com destaque para o bandeirantismo prospector e o comércio da monções. O bandeirantismo prospector tinha por meta a localização de metais preciosos, mormente ouro e prata; às monções desenvolveram-se a partir das descobertas auríferas e tinham como principal característica alimentar as minas gerais fornecendo os viveres necessários à sobrevivência e ao trabalho minerador.

Para concluir o estudo da unidade

Um importante debate poderá ser travado com o resgate da formação das forças que partiram para o enfrentamento das intempéries dos sertões; basicamente eram homens desprovidos de posses (não que não existissem os detentores de bens), em busca de "remédios para os males" provocados pela miséria e exclusão econômica e social. Foram estes excluídos, despossuídos e sem a proteção do Estado que, por meio da introdução de novos agentes políticos, produziram verdadeira transformação econômica, financeira e social.

Tema que merece atenção especial de um resgate complementar.

Resumo

As transformações coloniais foram o objeto de estudos nesta unidade, com ênfase na interiorização e integração nacional, desenvolvidas a partir das bandeiras. Sob pressão internacional o cenário nacional dá sinais de profunda metamorfose, que se aprofunda no século XVIII com o extrativismo aurífero, objeto de análise da próxima unidade.

Atividades de aprendizagem

1. Contextualize as causas da União Ibérica.
2. Aponte as principais consequências para o Brasil das Invasões Holandesas.
3. Quais foram as principais ações das bandeiras?
4. Comente as Batalhas dos Guararapes.
5. O que são quilombos? Comente.

Unidade 3

Secúlo XVIII e Família Real no Brasil

Objetivos de aprendizagem: A unidade aborda a o complexo universo do Brasil colonial transformado pelas descobertas auríferas que mudaram o eixo econômico, político, social, migratório e urbano do país. O cenário de construção de vilas e povoados, com muitas *currutelas* florescendo nas diferentes regiões extrativistas, foi alimentado pelo maior fluxo imigratório do período colonial. As imigrações, o encontro de diferentes povos e culturas, a miscigenação entre as diferentes representações continuará com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808.

- Seção 1: **O ouro**
  Aponta a corrida pelo ouro com sua febre e consequências.

- Seção 2: **Movimentos e revoltas contra a administração metropolitana**
  A unidade apresenta as principais manifestações revoltosas em ataque à administração da metrópole.

- Seção 3: **Família Real no Brasil**
  Trata dos primeiros movimentos de formação do Estado no Brasil, a partir da presença da família Real no Rio de Janeiro.

Introdução ao estudo

Certamente o século XVIII foi o grande período do Brasil Colonial. Florescido da interiorização, valorizado pela integração, construído pela migração, desenvolvido à margem do estado português o Brasil tem muitas faces; para confirmar tais características basta um *tour* pelas cidades nascidas durante o período de extração aurífero. Ou ainda pelas cidades que passaram a receber os frutos da riqueza produzida no interior, caso de Salvador e Rio de Janeiro.

O colonialismo português, em crise com as invasões holandesas, vivenciou seu canto do cisne em plena transformação do capitalismo, com a consolidação do poder do Estado e da burguesia por meio das revoluções industriais e liberais europeias. "A mineração do ouro no Brasil ocupará durante três quartos de século o centro das atenções de Portugal, e a maior parte do cenário econômico da colônia" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 56).

Questões para reflexão

O século, marcado pelas luzes do saber e desenvolvimento do conhecimento, viu ruir reis e rainhas para a consolidação de "nova ordem mundial". Quais foram as consequências dessas mudanças no Brasil? Que frutos floresceram? Que sementes não tiveram oportunidade de triunfo? Quais são os legados do século para a atualidade?

Seção 1 O ouro

1.1 A febre do ouro

As descobertas bandeirantes acabaram por mudar completamente o cenário do Brasil colônia. A começar pelas migrações internas e externas; internamente o fenômeno de migração foi tão intenso que alguns relatos chegavam a dizer que cidades brasileiras ficaram vazias, o que é um exagero.

As migrações externas foram muito superiores às internas; para se ter ideia, o pequeno reino de Portugal, só nas duas primeiras décadas do século XVIII,

exportou aproximadamente cem mil pessoas. Em sua maioria, homens em busca de riquezas. Em um século (1690/1790) a população brasileira saltou de aproximadamente trezentos mil para cerca de dois milhões e quinhentos mil habitantes. O fluxo imigratório foi tão intenso que levou a Coroa portuguesa a proibir a imigração para o Brasil, obrigando ao desenvolvimento de outros meios para se buscar a riqueza fácil do ouro. A forma legal de sair do reino era rumo à África e de lá para o Brasil, muitos faziam opção por meios mais rápidos, embora não legais.

O grande contingente imigratório motivou desentendimentos entre os descobridores das lavras — bandeirantes em regra — e os imigrantes, tipicamente urbanos, em busca de riqueza fácil. Os desentendimentos evoluíram com o número sempre crescente dos emboabas, referência aos forasteiros e suas botas; em contraponto aos bandeirantes mantiveram os pés descalços. O desentendimento evoluiu até provocar o primeiro grande conflito armado da região, a Guerra dos Emboabas, que veremos a seguir.

As cidades, praticamente inexistentes até a explosão febril do ouro, multiplicavam-se junto aos polos extrativistas e próximas umas das outras, sem planejamento ou ordenamento espacial, facilmente confirmado ao visitar qualquer uma das cidades históricas do ciclo aurífero. São exemplos da febre do ouro as cidades mineiras de Sabará, Caeté, Vila Rica, Mariana e São José Del Rei. O comércio tímido e restrito na estrutura açucareira dinamiza-se, impondo valores, e convertendo-se na fonte maior, e mais segura de lucro. O tráfico negreiro, principal fonte de acúmulo monetário, sofre uma verdadeira explosão em número de cativos e no preço individual de cada peça, que sofreram acréscimo médio de 30%; a maior transformação no complexo universo do tráfico negreiro ocorreu com a intensificação da demanda por mulheres; fator de forte influência no complexo social, com ampliação das miscigenações na região, justificada muitas vezes pela escassez de mulheres nas áreas de extrativismo e junto à currutelas de garimpo.

A febre aurífera produziu uma espécie de cegueira para outras possibilidades econômicas, abrindo espaço para que outras regiões desenvolvessem economias complementares ao ciclo. Como é o caso do gado no nordeste e no sul do país. Responsável pelo desenvolvimento de muitas cidades e pela integração econômica e política, pela primeira vez, no Brasil. No sul do Brasil desenvolveu o gado junto aos pampas gaúchos, que para serem transportados até as regiões auríferas obrigaram a abertura do caminho do Viamão — ligando

Viamão no Rio Grande do Sul a Sorocaba em São Paulo —, com a formação de algumas dezenas de vilas para o pouso das tropas em trânsito. Surgiram assim: Rio Negro, que era o posto fiscal, Lapa, Campo Largo, Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva etc. Curitiba, que nasceu no ciclo do ouro, muito se beneficiou com os tropeiros, que frequentemente realizavam *pousos* na região à procura de víveres, forçando o surgimento do comércio.

1.2 O conflito "nas lavras"

Os bandeirantes desbravadores do interior brasileiro e descobridores das fontes auríferas sonhavam explorar suas descobertas, modificando suas condições econômica e social a partir das ações de interiorização por matas desconhecidas, com enfrentamento de tribos indígenas. O desejo não se realizou. O Estado reservou aos reinóis o direito de extração, preterindo os desbravadores-descobridores. Portugal estava falido, à beira da miséria, após a União Ibérica, as invasões holandesas e as guerras para expulsar os invasores. Os portugueses estavam tão falidos quanto o Estado, em busca de um milagre capaz de retirá-los da situação financeira e econômica em que mergulharam. Quando a notícia das descobertas chegou ao reino foi um convite ao banquete para um faminto, que empurrado pela miséria e cobiça migrava ambicionando fama e fortuna.

Outros fatores contribuíram para surgir na região um movimento armado. A começar pelas formas preconceituosas de tratamento entre os grupos envolvidos nas disputas auríferas. Os paulistas (bandeirantes) de origem local, mestiços em sua maioria, eram discriminados por serem considerados de "sangue sujo" (mazombos), e pela situação econômica. Situação visível a olhos nu: descalços, muitas vezes esfarrapados, com o peso dos anos e das agruras das matas e das constantes lutas pela sobrevivência; situação agravada por um verdadeiro sacrilégio: comunicavam-se em tupi, muitas vezes desconhecendo o português. Era "o roto falando do esfarrapado", haja vista os reinóis estarem também quebrados em busca de fugir à crise que os abatera.

Os migrantes, ou forasteiros, eram conhecidos como emboabas, expressão que remeteria a um pássaro ou galinha de pés emplumados, pelo fato de usarem botas altas e amarradas próximo aos joelhos. Esses imigrantes, por serem reinóis provenientes de Portugal, acreditavam ter todo o direito legal de exploração das minas descobertas pelos bandeirantes. E acabavam tendo,

pelo fato da administração em mãos de portugueses, em regra nascidos no reino, um forte preconceito contra a população local, principalmente quando fruto das muitas miscigenações existentes em *terras brasilis*.

Em 1702 o Conselho Ultramarino, órgão português responsável pela administração das colônias, instituiu um órgão (Intendência das Minas) exclusivamente para cuidar das regiões auríferas, objetivando aumentar a fiscalização sobre a região, evitando contrabandos e controlando a arrecadação fiscal. Para fazer frente à demanda fiscalizadora e repressora da área mineradora, nova legislação foi instituída com o Regimento das Minas do Ouro, que trazia um aumento do rigor administrativo e fiscal, extinguindo o direito da livre exploração aurífera existente desde o início do século XVII.

Pela nova legislação a distribuição das datas auríferas passou a ser responsabilidade da Intendência das Minas, que reservava ao descobridor do veio aurífero os dois primeiros lotes. Os demais lotes eram distribuídos pelo chefe da Intendência a quem quisesse explorá-lo; o critério de seleção e destinação era com base no número de escravos pertencentes ao minerador/explorador. As novas medidas do Conselho Ultramarino atingiram aos paulistas, que em regra não tinham escravos ou o número era insuficiente para receber um lote, ficando apenas com os dois lotes determinados pela lei, nada mais. Dessa forma a maioria dos bandeirantes descobridores ficava excluída do processo de exploração das minas, ampliando a tensão entre os bandeirantes e os reinóis.

O caldeirão aurífero fervia na proporção das novas descobertas, que atraíam mais bandeirantes e reinóis para a região. O contrabando era regra na área, tanto de produtos para a região aurífera, como de ouro para fora das Minas Gerais. Visando combater o contrabando o Conselho Ultramarino proibiu o comércio entre a região das Minas e as demais províncias, com exceção do gado. Borba Gato cumprindo a lei determinou a expulsão da região de alguns contrabandistas, buscando o apoio nos emboabas para a expulsão dos bandeirantes. Os confrontos se arrastaram até que os emboabas atearam fogo na Vila de Sabará, expulsando os bandeirantes. Mais uma vez as vozes do arbítrio do poderio financeiro internacional somam forças ao Estado contra os que mais dele dependeriam.

Expulsos da região do atual estado de Minas Gerais, os sobreviventes dos confrontos buscaram novas terras auríferas em outras regiões, dando início às extrações dos atuais estados de Goiás e de Mato Grosso.

1.3 Administração das Minas

Desde os primeiros passos na América a Coroa portuguesa caracterizou-se pela rígida estrutura tributária, ampliada após as crises advindas da União Ibérica, que atingiu seu auge na administração da região das Minas Gerais. A estratégia foi separar política e juridicamente a região mineradora do resto da colônia, subordinando-a diretamente à Metrópole, instituindo a Intendência das Minas — uma para cada capitania — como responsável pela manutenção da ordem.

Subordinados à Intendência ficaram: as Casas de Fundição, responsáveis pela cobrança do quinto (20% de toda extração); os Dragões da Intendência, força repressora responsável diretamente pelo controle das constantes hostilidades; e toda a máquina administrativa criada para dar conta da explosão econômica e demográfica vivida pelo Brasil. Era atribuição da Intendência a distribuição dos lotes e abertura das novas lavras descobertas; zelar pela efetiva exploração dos lotes que tinham prazo máximo para início da lavra de quarenta dias, ou a devolução para nova distribuição (em caso de perda dos escravos, por morte ou fugas, o minerador poderia vender o lote); e garantir a não circulação de ouro em pó, que simbolizava metal não tributado, sem a cobrança do quinto.

Links

O grande senão era o fato de que o ouro era a moeda de troca na região; a exemplo da região açucareira que tudo tinha por referencial o produto de maior valor agregado. Em agravamento das condições de uso do ouro pó pesa o fato de inexistir moeda suficiente em circulação. Para aprofundar sobre o tema acesse:

<http://200anos.fazenda.gov.br/historia-do-dinheiro-no-brasil>.

1.4 Rigor fiscal

O rígido sistema tributário português também se caracterizou pela instabilidade, com diferentes legislações tributárias no curto espaço temporal do ouro. O imposto principal era o quinto, com arrecadação via Casa de Fundição; dificuldades de controle e de tributação do ouro levaram à alteração da lei (em 1719) determinando a proibição da posse do metal em pó, como o ouro transformado em barras que deveriam receber um timbre da Casa de Fundição. Podemos afirmar que "[...] todo o ouro extraído era necessariamente recolhido; aí se fundia,

e depois de deduzido o quinto e reduzido a barras marcadas com o selo real (chamava-se isto "quintar ouro") era devolvido ao proprietário" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 58). Detalhe: apenas tinham circulação livre as *barras quintadas*; "Quem fosse encontrado com ele sofria penas severas, que iam do confisco de todos os bens até o degredo perpétuo para as colônias portuguesas da África".

Para saber mais

Pequenas quantidades de ouro em pó, que não eram suficientes para completar uma barra, podiam ser trocadas por certificados nas Casas de Fundição.

O segundo tributo em importância fora a capitação, cobrada sobre o número de escravos de cada propriedade. Matriz para muitos problemas: os mineradores não achavam justo pagar por cada escravo, defendiam o pagamento apenas sobre o ouro encontrado; os fiscais da intendência responsáveis pela tributação nas minas tinham dificuldades em localizar as lavras (sic?); o Estado português desconfiado e descontente com a quantidade arrecadada fez várias modificações até a extinção em 1751.

A derrama, maior ponto de atrito do sistema tributário minerador, não deve ser caracterizada como um tributo, mas sim como uma medida extremada que visa garantir à Metrópole a quantia mínima de 100 arrobas (1.500 kg) de ouro ao ano, sem devolução caso a arrecadação fosse maior, ficando toda a população da região mineradora responsável por complementar a quantidade. É preciso deixar claro que a origem da derrama está no esgotamento das minas, fato não aceito pelo Estado, que entendia (e defendia) estar acontecendo um aumento da sonegação.

1.5 A guerra contra a administração nas gerais

A Revolta de Vila Rica ou de Felipe dos Santos foi organizada pelos grandes mineradores, com a ajuda do tropeiro Felipe dos Santos, que arregimentou outras camadas sociais. A presença deste, que passou para a história como líder do movimento, assombrou boa parte da população abastada, colaborando para o desfecho trágico: enforcamento, esquartejamento sumário, com sua cabeça exposta no pelourinho da cidade.

As causas do movimento vão além dos problemas tributários, com conexões ao movimento emboaba, e na exclusão das camadas baixas e médias.

Conjunturalmente há a extinção das Ordenanças, força militar local, composta e administrada por brasileiros, que foi extinta pela nova lei de 1719 com o objetivo de fortalecer o poder da Intendência e dos Dragões da Intendência. A determinação visava ao combate dos descaminhos do ouro, haja vista ser fato notório o envolvimento das Ordenanças no contrabando do ouro em pó.

O movimento chegou a cogitar o assassinato do Conde de Assumar com o intuito de ver garantidas suas reivindicações de diminuição dos impostos e anulação das medidas anunciadas. O governador simulou concordar com os rebeldes, organizando eficiente ação militar, que na madrugada de 14 de julho de 1720 acordou Vila Rica com as prisões efetuadas contra boa parte da população economicamente ativa, por aproximadamente mil e quinhentos homens. Em meio ao corre-corre descobriu-se que os articuladores do movimento (membros da elite) tinham desaparecidos misteriosamente horas antes da ação.

1.6 A guerra contra a administração fora das gerais

O conflito envolvendo senhores de Olinda e os comerciantes de Recife, em 1711/12, que passou para a história como Guerra dos Mascates, tem origem na crise provocada pela expulsão dos holandeses do nordeste açucareiro; fato que deixou muitos senhores de engenho endividado e sem crédito. "O Recife, graças à superioridade do porto, continuou a prosperar e adquiriu população numerosa e permanente; [...] gente que em geral procurava enriquecer depressa, para ir desfrutar a fortuna no além-mar" (ABREU, 2000, p. 176). Em regra eram portugueses fugindo da miséria de Portugal, nem sempre com grandes somas em dinheiro, transformou-se rapidamente em um centro econômico comercial dominado pelos *mascates*, homens que se dedicavam ao comércio como uma alternativa para fugir das misérias. Boa parte desses comerciantes dirigia suas atenções ao interior minerador como alternativa para fazer dinheiro rápido e poder estabelecer-se em definitivo no Brasil, especialmente em Recife, vivendo da exploração comercial. A opção mais acessível à época era aderir ao comércio ambulante, forma pela qual os "[...] forasteiros conseguiam, a troco de algum trabalho pessoal, adquirir quatro ou seis mil-réis; com este fundo, compravam cebolas, alhos etc., e carregados deste gênero saíam a vender pelas ruas e freguesias do interior" (MELLO, 1995, p. 64-9).

Por apelarem para praticamente todos os produtos (alho, cebolas, fumo, roupas etc.), sempre com seus pertences às costas, acabaram por receber o

nome de “mascates”; expressão pejorativa que busca descaracterizar a atividade e os homens a ela relacionados.

Logicamente que os credores que assumiram o controle de boa parte das contas e dívidas dos senhores de engenho, com a saída dos holandeses da região, não ficaram caracterizados por este tipo de atividade, embora tenham recebido a mesma designação por parte dos senhores proprietários de terras, endividados e que buscavam manter as aparências.

A crise provocada pela expulsão dos holandeses expôs a forma de dependência estabelecida, desde a implantação do modelo agroindustrial, em que o comerciante era responsável pelo fornecimento dos víveres necessários ao senhor e seus familiares e agregados, incluindo escravos, por meio da anotação dos débitos; ficando como garantir de quitação dos débitos com o controle da comercialização do açúcar. Com a concorrência antilhana os preços do açúcar não paravam de cair, não existindo por parte dos senhores de engenho uma redução, ou controle, dos gastos com os produtos adquiridos junto aos comerciantes. Estes para garantirem seus interesses aumentavam a margem de segurança entre os valores praticados na Europa e os valores pagos no Brasil, não tardando para o valor da safra, sempre decrescente, não ser suficiente para a cobertura das despesas, sempre crescente.

> Depois de enriquecer, alguns recifenses procuravam ter também parte no governo, obter hábitos e ganhar postos de milícia. [...] A 15 de fevereiro de 1710 levantou o pelourinho da vila nova, em honra sua chamada de S. Sebastião; a 3 de março levantou outro com maior solenidade [...] (ABREU, 2000, p. 177).

A guerra começou quando uma onda de boataria se espalhou pelas cidades irmãs sobre um possível movimento olindense contrário ao desfecho político, cuja pretensão era prender o governador Sebastião de Castro Caldas, deportando-o para Lisboa.

> Sob este pretexto, verdadeiro ou falso, começou ele [Castro Caldas] a prender pessoas importantes, e ameaçava ainda outras quando a 17 de outubro desfecharam-lhe um tiro às 4 horas da tarde, no meio da rua. [...] Caldas, ligeiramente ferido, proibiu que a dez léguas do Recife andasse alguém armado e mandou prender mais gente. [...] Levantou-se o povo; parte da tropa foi cercada, parte capitulou, parte fraternizou, e levas numerosas de populares puseram-se em marcha para o Recife (ABREU, 2000, p. 177).

Os senhores de Olinda com suas milícias invadiram Recife e destruíram o pelourinho. Os comerciantes recifenses não se deram por vencidos, e reagiram com violência generalizada.

O novo governador nomeado pelo rei, D. Manuel Álvares da Costa, ciente da necessidade de cumprir as ordens reais de emancipação de Recife, providenciou a prisão, como confisco dos bens dos principais líderes olindenses, e garantia da edificação do pelourinho recifense. É a supremacia do comércio sobre o campo. É preciso entender que "A luta dos comerciantes traduz anseio de integração social e não apenas a partilha de vantagens, evidente desde a primeira caravela que aportou no ultramar atlântico" (FAORO, 1989, p. 209).

1.7 Interiorização

Diferentemente do processo açucareiro, que ocupou o litoral nordestino, a mineração caracterizou-se pela interiorização e interligação das regiões brasileiras. Tal processo possibilitou o nascimento de um mercado interno vibrante e amplo de oportunidades, com praticamente todo um país buscando produzir para atender às necessidades da região das Minas Gerais, que mantinha seu foco prioritariamente no processo extrativista. Há de se destacar que a região com demanda aurífera tornou-se o coração do Brasil, principalmente o atual estado Minas Gerais, para onde, de todo canto do país e do exterior, chegavam produtos, em regra a peso de ouro.

1.8 Tratado de Madri

Considerado uma aula da eficiência diplomática lusitana, o tratado foi construído por um brasileiro a serviço da Coroa, Alexandre de Gusmão, que teve diferentes atuações a serviço do rei desde 1720: atuou juntamente com José de Carvajal e Lancaster na reconstrução dos processos desenvolvidos pelos países ibéricos nas regiões interioranas do atual Brasil, em áreas do Amazonas, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, mormente após o período de União Ibérica, quando foram intensas as movimentações e ações econômicas, particularmente das bandeiras nas regiões além Tordesilhas.

Pelo tratado as regiões foram garantidas a Portugal por um princípio estabelecido pelo direito romano conhecido pela expressão *uti possidetis*, ou seja tem direito a posse quem desenvolve atividade econômica. Foram fundamentais os estudos e mapas elaborados previamente pela diplomacia portuguesa,

com complexas fontes transformadas em informações acessíveis, capazes de sintetizarem visualmente as áreas ocupadas ou não por cada país.

Por sua vez a Espanha dispunha basicamente da defesa do Tratado de Tordesilhas, sem maiores estudos ou conhecimentos sobre o interior do continente, sendo obrigada a reconhecer, no calor das negociações, sua incapacidade e desconhecimento da vasta área em litígio, fato facilitador das ações diplomáticas portuguesas. Em rápida e inteligente negociação, Portugal cedeu a região dos Sete Povos das Missões, garantindo praticamente o contorno atual brasileiro. A exceção foi a permanência da Colônia de Sacramento, às margens do rio da Prata, fundada no intuito de estender as áreas lusitanas além dos domínios castelhanos do sul do Brasil. Para muitos uma manobra para ganhar tempo e garantir as regiões norte e centro-oeste pretendidas.

Os conflitos na região e a dificuldade de demarcação das fronteiras acabaram por anular o Tratado de Madri em 1761; embora oficialmente anulado, foram suas bases que nortearam as fronteiras brasileiras nos tratados de Santo Ildefonso, em 1777; do Pardo, em 1778; e de Badajoz, em 1801, que selou a paz entre os dois reinos sobre as fronteiras na América.

Para saber mais

Para ler na íntegra o Tratado de Madri, de 1761, acesse:

<http://stoa.usp.br/puntoni/files/1033/5869/05_Tratado_de_Madrid_1750.pdf>.

Seção 2 Movimentos e revoltas contra a administração metropolitana

2.1 Estertores do colonialismo mercantil

2.1.1 As pressões externas

Sem negar a importância das mudanças ocorridas nas entranhas da colônia, é fundamental o entendimento de que foram as influências externas, com a consolidação do poder burguês, a presença do pensamento iluminista, as ações das lojas maçônicas e, principalmente, as transformações econômicas, sociais e políticas do velho continente que produziram as condições políticas e ideológicas para os movimentos que colocaram em xeque a dominação colonial mercantil. Nas palavras de Raymundo Faoro (1989, p. 244): "Não que a colônia seja um reflexo passivo do jogo internacional. Século a século ela adquire consistência própria, fisionomia singular de cuja interação dinâmica se comporá o anseio de autonomia".

O Estado fruto da conjugação de forças entre poder econômico burguês, em ascensão, e as monarquias em crise, que possibilitou o acúmulo primitivo de capitais ao longo dos séculos XVI e XVII, passou a ser uma trava ao fortalecimento político burguês e a plena dominação capitalista, exigindo mudanças políticas e ideológicas capazes de expressarem as novas mentalidades, fruto do processo industrial. É o fortalecimento da burguesia, que promoverá a destruição do Antigo Regime; que permite a afirmação de que "[...] se a economia do mundo [...] foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa" (HOBSBAWM, 1986, p. 71).

2.1.2 O ocaso português

Portugal, que foi o centro do mundo durante a expansão marítima, estava à falência após três séculos de má administração, corrupção e guerras. O Brasil, a galinha dos ovos de ouro, não tinha melhor sorte; explorado à exaustão, desde o início do século XVIII, principalmente após a assinatura do Tratado de Methuen, em 1703, que motivou o rigor das ações fiscais sobre a economia como um todo, e em especial sobre o extrativismo aurífero. A questão é que Estado e sociedade falidos receberam as descobertas auríferas como salvação infinita

da seara; certos de que nunca mais haveria crise. "A hora do ajuste de contas chegou mais cedo do que esperava a embriaguez deslumbrada, coincidindo com o reinado de dom José I (1750-77), momento que marca o começo do declínio das minas e o fim da expansão bandeirante [...]" (FAORO, 1989, p. 227).

O final do século XVIII ficou marcado pela crise do extrativismo aurífero e pela queda das exportações do açúcar, ambas comprometendo a produção interna de tabaco, algodão e gado. A renda que atingira índices superiores a trinta e cinco libras durante a mineração estava reduzida valores inferiores a cinco libras, atingindo três libras na virado do século. A crise de produção somada ao endividamento deixou o reino — e o Brasil — à beira da miséria absoluta, com a maioria da população sem condições de prover suas necessidades básicas.

2.1.3 Administração pombalina

O Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo) não provém de família da alta nobreza, serviu ao exército e teve acesso ao seu primeiro cargo público em 1738 — já com 39 anos — ao ser nomeado delegado de negócios em Londres. Relatos dão conta que não teve vida fácil por lá e acabou por detestar os métodos ingleses. Após servir em Londres foi designado para Viena onde exerceu as mesmas funções diplomáticas entre 1745 e 1749. Nessa fase desenvolveu conhecimento e interesse pelos modelos administrativos, econômicos e políticos etc., principalmente em defesa dos valores culturais e do modelo despótico iluminista da Áustria.

Em 1750 assumiu as funções de ministro da Fazenda no reinado de D. José I (1750/1777) com ação caracterizada pelas muitas reformas empreendidas: educacional, administrativa, econômica, cultural e política. Nessa fase há uma maior concentração dos poderes do Estado, com grande rigor administrativo e ações controladoras sobre a nobreza e Companhia de Jesus — que mitigavam as ações do projeto de retomada do Estado Centralizado desenvolvidas pelo Marquês.

Poderíamos dizer que um dos principais alvos de Pombal foram os jesuítas, culminando com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal em 1759. A explicação é simples: os jesuítas transformaram-se pela ação catequética e educacional, a serviço da Contra Reforma, em uma poderosa ordem religiosa, com milhares de seguidores no mundo todo, distribuídos e divididos com base em hierarquia militar, e sob regime de obediência absoluta aos superiores. Fato que produzia temores em Pombal e em boa parte da administração e política do pequeno reino ibérico.

Para saber mais

O ato de expulsar a Companhia de Jesus de Portugal não foi uma atitude pessoal do rei D. José I ou isolada do marques de Pombal; nasceu de um conjunto de ações desencadeadas por diferentes reinos contra o poder político-temporal dos "soldados de cristo". Entre os Estados e Reinos que se uniram contra o poder dos jesuítas estavam Espanha, França, Nápoles e Sicília que pleitearam junto ao Papa, em Roma, a extinção da Companhia de Jesus nas décadas de 1750 e 1760.

Os atos do marquês não objetivavam reduzir o papel ou importância religiosa da Igreja Católica no Estado português, embora a redução de sua importância fosse inerente à expulsão dos jesuítas e à laicização da educação, projeto empreendido pelo marquês. O foco das ações do superministério de D. José I era reduzir o poder temporal em busca de facilitar as reformas educacionais necessárias, na visão da ilustração europeia de que o marquês era representante, e parte do processo de modernização do reino planejado por Pombal.

As reforma empreendidas pelo marquês eram fundamentais para tirar o Estado da situação crítica em que se encontrava: máquina administrativa emperrada, com rotina burocrática infrutífera e onerosa; baixa qualificação dos funcionários a serviço do Estado — reflexo da sociedade e do abandono educacional; grave crise tributária e fazendária, principalmente na administração das colônias; forte dependência externa, junto à Inglaterra em sua maioria, de produtos manufaturados e das colônias de produtos primários; e (forte) desconfiança quanto a lisura dos homens a serviço do Estado.

É regra afirmar que Sebastião José de Carvalho e Melo estava bem preparado para o desafio que assumiu, embora em boa parte das ações empreendidas não obtivesse êxito. Provavelmente pelo volume das modificações implantadas e a complexidades das ações. Afinal, buscou desenvolver a indústria nacional, restringindo a circulação dos produtos ingleses, em particular as indústrias de seda e lã; de laticínios; de produtos de limpeza, e pequenas fundições, que rapidamente responderam produzindo rápido, e fugaz, desenvolvimento; mudou drasticamente a administração e a educação com a expulsão dos jesuítas; modernizou o erário tendo em vista ampliar a arrecadação; libertou o negros do reino e proibiu a escravidão dos nativos nas colônias; proibiu o uso da língua tupi no Brasil, tornando obrigatório o português. Seu grande erro foi o descuido da produção agrícola, dificultando o fornecimento da matéria-prima necessária à indústria, que acabou comprometendo a qualidade da produção

e o desenvolvimento industrial, em um mercado exigente e acostumado com produtos ingleses; com isso, sinalizou a morte do projeto industrial. No plano administrativo-coercitivo do Brasil colonial buscou retomar a força do estado intervencionista e monopolista.

O grande foco de Pombal, tendo em vista à modernidade, e de acordo com as transformações políticas, econômicas e sociais, foi a Reforma Educacional. Buscou mecanismos capazes de atrair os jovens para a escola, principalmente via ensino profissionalizante, com aulas de comércio, por exemplo. Com a expulsão dos jesuítas o Estado assumiu a Universidade de Coimbra, em mãos dos jesuítas desde o século XVI, e o ensino público, que também estava em mãos da Companhia de Jesus. As ações contrárias ao modelo educacional dos jesuítas representaram uma ação de responsabilização dos "soldados de cristo" pelo processo de atraso educacional, cultural e social de Portugal. Criou-se em Portugal um embate ideológico, em torno do antijesuitismo, dividindo os súditos em dois grandes grupos, um favorável e outro contrário as reformas. Vedando qualquer outra ação em uma terceira via.

Poderíamos destacar entre as medidas tomadas pelo Estado pombalino a instituição das aulas de grego, gramática latina e retórica; introdução de mecanismos de fiscalização e orientação do ensino em Portugal e nas colônias; concurso público para a seleção de professores, visando abolir os métodos jesuíticos e empreender ação iluminista de uma pedagogia de escola pública e laica. Tais medidas são reflexo pleno das influências iluministas em solo português, colocando Pombal entre os déspotas esclarecidos, ou seja, administradores — reis ou não — que empreenderam ações modernizadoras do Estado e da sociedade visando ao novo mundo capitalista que estava nascendo na segunda metade do século XVIII. Finalizando, destacamos que muito mais que as pressões inglesas e de seus aliados no reino, o retrocesso provocado pelas ações pombalinas deveu-se muito mais pela falta de pessoas qualificadas ao desenvolvimento das ações, educacionais ou não, pretendidas. Havia uma enorme carência de mão de obra qualificada em todo império português.

2.1.4 Administração de D. Maria I

Com a morte do rei D. José I em 1777 o trono português foi parar nas mãos de sua filha D. Maria I, que promoveu profundas mudanças nos rumos do Estado, embora tenha preservado as tentativas de modernização da máquina

administrativa. Em seus primeiros atos demitiu todo o ministério, defenestrando o todo poderoso Marquês de Pombal.

As manobras políticas de D. Maria I, devolvendo parte do poder e benefícios aos nobres, ao clero, aos ingleses e grupos ligados às importações inglesas, ficou conhecida por "viradeira", graças às ações contrárias às medidas do Marquês de Pombal. Entre as medidas tomadas pela rainha é possível destacar a quebra do sistema de monopólio imposto sobre certas áreas econômicas, com o objetivo de ampliar a arrecadação e dar garantias ao Estado nas concessões exploratórias; permitiu o retorno da influência da Igreja Católica nos assuntos de Estado, restabelecendo inclusive o Tribunal de Santo Ofício em Portugal e nas colônias, com deslocamento de padres inquisidores para as áreas coloniais não assistidas diretamente pelo tribunal — procedimento conhecido por "*visitações da Inquisição*"; possibilitou a liberdade de muitos presos políticos, nobres em sua maioria que havia *sofrido perseguição* no período anterior, muitos deles com direito aos benefícios da Corte — incluindo cobertura de parte das despesas.

Para saber mais

Entre as medidas impostas por Portugal no governo de D. Maria I, cognominada de "*a louca*", está a proibição da existência de fábricas e manufaturas no Brasil (em 1785) a pretexto de evitar desvio das atividades fundamentais e primeiras do projeto colonizador que era a agricultura. Um absurdo que condenou a economia à dependência externa em momento de expansão industrial mundial e de nascimento das primeiras indústrias no país. Para se aprofundar no assunto verifique a análise desenvolvida a seguir com o documento expedido pela Rainha em nome do Estado.

2.1.5 A Inconfidência Mineira

O movimento é fruto da crise provocada pelo esgotamento das extrações auríferas, somado ao rigor tributário e administrativo da metrópole portuguesa, principalmente após a instituição da derrama. Para início de conversa é preciso entender que há um forte teor preconceituoso, imposto pelos colonizadores portugueses, a partir do termo Inconfidência, cujo significado é falta de lealdade, infidelidade ou abuso de confiança. Trata-se do movimento mais popular entre as revoltas anticolonialistas do Brasil colonial e um dos mais destacados em toda nossa história, seu reducionismo só é do interesse da história oficial portuguesa. Os revoltosos eram em sua maioria homens letrados, alguns com

passagens pela Europa e Universidade de Coimbra, influenciados pelos ideais iluministas e pela independência dos EUA.

Em comum com os movimentos liberais mundo afora tinham a pressão política, econômica e social por mudança do *status* de subordinação colonial. Na região das Gerais "[...] trabalhavam no horizonte de uma República de reduzidas dimensões, [que] pouco avançavam na discussão do tema da participação política ou da tripartição de poderes, elementos fundamentais da república representativa" (FURTADO, 2006, p. 57). Pouco existe dos grandes debates ou leituras mais profundas sobre o pensamento ou pensadores liberais nos documentos encontrados em Minas Gerais, sendo possível identificar entre os documentos os valores republicanos dos vizinhos da América do Norte e os valores industriais dos ingleses; defendiam propostas conservadoras de sistema eleitoral, com base no Barão de Montesquieu, e de propriedade privada, sem excluir a manutenção da escravidão; em J. J. Rousseau, nas teorias liberais pautadas por valores de educação e sociedade, fundamentou a crença na educação enquanto fator de transformação social e econômico, defendendo a fundação de uma universidade em Minas Gerais.

Para saber mais

Na derrama, motivação final para o desencadear da Inconfidência, não existia devolução caso fosse maior o arrecado. A senha "tal dia será o batizado", menção, segundo consta, do batizado do filho de Alvarenga Peixoto, realizado pelo padre Roma, provavelmente na casa deste, onde todos envolvidos diretamente na organização do movimento em Minas Gerais estiveram presente. Dizem que no batizado o tema era um só: "*a revolução contra Portugal*".

2.1.5.1 Devassando o movimento

O ouro transformou Minas Gerais com a forte imigração e as aparentes riquezas fáceis em uma sociedade complexa, com hábitos de consumo diferenciados do ciclo da cana, favorecendo as integrações regionais com o nordeste e sul da colônia para o atendimento da demanda sempre crescente de escravos, carnes, pólvora, armas e demais víveres. Muitos homens enriquecidos e incultos enviaram seus filhos para estudar na Europa, destacadamente em Coimbra; trazendo em seus retornos as novidades culturais, políticas e ideológicas, com destaque para os ideais burgueses de liberdade e independência.

O movimento que não evoluiu à revolta armada contra o modelo opressor português apresentou várias propostas que foram além da separação política da Metrópole. Traídos por Joaquim Silvério dos Reis, que recebeu certa quantia em dinheiro e perdão de suas dívidas, o governador abriu um ato de devassa determinando a prisão dos envolvidos, que chegaram a trinta homens. Entre eles estavam os poetas Cláudio Manoel da Costa (encontrado morto na cela) e Tomás Antonio Gonzaga; os militares Francisco de Paula Freire de Andrade — comandante militar da capitania — e Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier), muitas vezes apontado como líder do movimento; os clérigos Luís Vieira da Silva, José Álvares Maciel e Carlos Correia de Toledo. Dentre os presos, que negaram peremptoriamente toda e qualquer participação, sete foram desterrados para a África e onze foram condenados à forca pelo crime de lesa-majestade. Após a longa leitura da sentença dez presos beneficiaram-se do indulto que transformou a pena capital em degredo. Tiradentes (descrito pelos demais como falastrão e imprudente) teria assumido a autoria intelectual e liderança do movimento, sendo enforcado, decapitado e esquartejado em 1791, no Rio de Janeiro.

Links

Desconhecendo ou querendo rever a tela "Tiradentes esquartejado", de Pedro Américo, realize uma busca na internet. Existe farto material disponível sobre o tema, destaque para o texto da professora Maraliz de Castro Vieira Christo, na Revista de História da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/heroi-em-pedacos>.

2.1.6 Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates

É relativamente comum na construção didática das crises coloniais fazer uma análise sobre as similaridades e diferenças entre os principais movimentos de contestação à administração portuguesa na América. A escolha do título "Revolta dos Alfaiates", para o movimento soteropolitano, traz em si os indícios das diferenças presentes no movimento baiano, com envolvimento de diferentes camadas, em sua maioria de origem popular, mestiça e afrodescendente — enquanto em Minas Gerais prevaleceu a elite econômica.

Na Bahia temos um movimento com influências diretas da Loja Maçônica Cavaleiros da Luz, que há muito tempo representava as forças liberais e o meio de difusão do pensamento iluminista. O elo entre as camadas humildes e a

elite maçônica se dá, entre outros fatores, graças ao médico Cipriano Barata, formado na Universidade de Coimbra, que mantinha o juramento de Hipócrates entre os textos de Rousseau, Voltaire e Robespierre, atender a todas as camadas sociais sem distinção de credo, cor ou sexo, independente da capacidade de pagamento, transformando-o em referência para as camadas mais humildes.

A maioria da população, em especial as massas populares, estava revoltada com a crise econômica, que ampliava a carestia dos produtos e inviabilizava as compras de alimentos à maioria da população, ampliando a fome em meio à miséria social e econômica; fator facilitador das pregações revolucionárias, contrárias ao domínio metropolitano, responsabilizado pelas mazelas sociais e econômicas. A elite política, sem respaldo social e em grave crise econômica, agarra-se as poucas prerrogativas ainda existentes na manutenção das aparências; um exemplo é a perda total do poder local onde a Câmara Municipal apenas cumpre "ordens de Lisboa".

O encontro entre os diferentes grupos em torno do mesmo ideal fez esquentar o clima de insatisfação e as tensões políticas na ex-capital administrativa do Brasil Colônia. Influenciados pela ampla participação popular na Revolução Francesa os revoltosos pregavam abertamente o fim da escravidão; uma república com base na igualdade, sem distinção de origem; o fim dos privilégios do clero e da elite, incluindo a mudança do sistema tributário.

2.1.6.1 Os panfletos

O inverno soteropolitano esteve quente neste ano de 1798, principalmente com a produção e divulgação de diversos manifestos (manuscritos) no mês de agosto, mais exatamente no dia doze o centro da cidade amanheceu coberto de dizeres contrários à dominação metrópole portuguesa e exploração humana, com características dos valores defendidos pelos filósofos iluministas. É bem verdade que a panfletagem só veio a produzir algum eleito após a repercussão de boca em boca, tendo em vista que a maioria da população não sabia ler.

Foi com base no diz que me diz que o governador, Fernando José de Portugal, resolveu mandar averiguar o que estava acontecendo. Tarefa relativamente fácil tendo em vista dois fatores: o volume de pessoas letradas e dispostas a escrever, de próprio punho, não era muito grande na Salvador do final do século XVIII; o soldado Luís Gonzaga das Virgens havia enviado carta ao comando queixando-se de vários problemas, com expressões semelhantes às dos panfletos.

A prisão do soldado e a busca em sua residência revelaram praticamente toda a trama, com farta anotação sobre o provável movimento, incluindo os dias das reuniões e os participantes. O farto material levou à prisão de aproximadamente cinquenta pessoas; destas, seis foram condenadas à forca pelo crime de lesa-majestade; duas não foram executados, uma porque fugiu e outra obteve transferência de penalidade para degredo.

Seção 3 Família Real no Brasil

3.1 Família Real portuguesa no Brasil

O tema "Família Imperial Portuguesa no Brasil" produziu muitos dividendos nos últimos anos: foram livros, filmes, programas de TV, exposições presenciais e virtuais etc. que passaram a impressão, muito além da aparente overdose, de que o país tem maior apreço pela história, valoriza suas origens e respeita suas tradições.

Questões para reflexão

Será isto? Poderíamos nos pautar pelo exposto em mídias visuais? Alguns livros, verdadeiras febres, fundamentaram as bases históricas do período em questão?

Acertadamente podemos dizer que não existe possibilidade de esgotamento de um tema; as abordagens pautadas por valores mercadológicas, que são a maioria, não atenderam à demanda escassa do tema, oportunizando um ampliar do debate/tema; as condições sociais, históricas etc. que antecederam ao processo de fuga da família receberam atenção parcial, espaço ainda a ser contemplado; as condições posteriores à transformação do Brasil em sede da Família Real, com forte influência sobre as décadas do século do Império no Brasil, que respingaram após a queda da Monarquia, com certeza foram as que menor atenção receberam.

Não há pretensão de responder a todas as demandas; infindas, com certeza.

3.2 O bloqueio continental

> O bloqueio imposto por Napoleão determinava a proibição do comércio com a Inglaterra, sob a ameaça de invasão do país que desrespeitasse a determinação de Napoleão. Portugal, que há muito dependia do sistema financeiro e industrial inglês, fez de tudo para manter-se distante do ultimato (FORMAÇÃO..., 2013, p. 1).

As várias manobras da diplomacia portuguesa objetivando ganhar tempo acabaram por esgotar a paciência do supremo comandante francês que determinou, em agosto de 1807, a invasão de Portugal. "As negociações com a Inglaterra, conduzidas brilhantemente por *lord Strangford,* diplomata inglês, conduziram o frágil reino ibérico a buscar proteção da marinha inglesa para a fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil" (FORMAÇÃO..., 2013, p. 1, grifo nosso). É o acordo secreto de outubro de 1807, fundamentação do modelo econômico a ser implementado no Brasil após a chegada da Família Real e seu incomensurável séquito.

Questões para reflexão

Caro estudante, D. João não foi o único a fugir com sua corte de Napoleão Bonaparte e/ou da efervescente onda avassaladora do pensamento burguês, liberal e industrializante que questionava os poderes constituídos, colocando em xeque toda antiga ordem estabelecida; D. João foi **o único** a migrar para uma de "suas colônias".

3.3 Bahia salvadora

Foi na Bahia que o monarca e a parcela de comitiva que o acompanha recuperaram suas forças; e olha que foram dias marcados por festas que faziam crer que o projeto de instalar-se no Rio de Janeiro havia ficando para trás.

Para saber mais

Lembre-se de que Salvador fora a primeira capital do Brasil Colonial; o Rio de Janeiro tornou-se capital a partir de 1753 após a expansão aurífera.

Por um mês a primeira capital colonial assumiu a condição de sede do governo português; seus aproximadamente cinquenta mil habitantes, destes aproximadamente quinze mil brancos, enxergavam na presença da corte uma oportunidade de ouro para os negócios e para a política. Muito antes da determinação do Príncipe Regente de aportar na Bahia a elite, sob o comando dos representantes do Reino Português na cidade, pôs-se a organizar a cidade

para sua presença e de sua enorme Corte. A iluminação foi melhorada, mantimentos estocados, acomodações providenciadas e cerimonial ensaiado. Tudo com o intuito de fazer bonito aos olhos do monarca, quiçá conquistar um benefício régio. Petições, solicitações e pedidos não faltaram; destaque para as que sinalizavam para os potenciais da boa terra em sediar em definitivo a Família Real e a solicitação de instauração da Escola de Cirurgia. Corroboravam com os apelos soteropolitanos a poma e circunstância das cerimônias de beija mão, sempre concorridas.

Foi em Salvador, em 28 de janeiro, apenas uma semana depois da chegada, que o príncipe regente assinou o famoso ato que pôs fim ao Pacto Colonial: a carta de abertura dos portos a todas as nações amigas.

Links

Para uma análise e aprofundamento sobre o tema leia o artigo "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808":

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010>.

3.4 A abertura dos portos às nações amigas

Em meio às organizações, correrias, festividades, assombros e cerimônias D. João decretou a abertura dos Portos do Brasil às nações amigas; feito em observância ao acordo secreto estabelecido entre Portugal e Inglaterra para a fuga da Família Real.

A abertura dos portos determinada pelo príncipe regente D. João simbolizava o fim do sistema de monopólio exercido pelo Rei sobre o Brasil, conhecido como Pacto Colonial, desde o início da exploração do pau-brasil. Fato que não sinaliza a liberdade econômica e industrial brasileira; na prática a extinção do monopólio teve o objetivo que garantir mercado consumidor à Inglaterra, que buscava expandir suas áreas de atuação após o bloqueio continental napoleônico.

É preciso entender que para a monarquia residente na colônia transformada em sede do governo a abertura dos portos era inevitável; mormente frente à quase impossibilidade de manutenção das bases do antigo sistema colonial. Para Faoro, "O desembarque na Bahia traz a primeira consequência da trans-

migração: fechados os portos da metrópole, a monarquia não podia exportar sua produção e adquirir os bens necessários à sua sobrevivência" (FAORO, 1989, p. 249). Fora uma medida na busca de garantir a estabilidade do reino, e a própria monarquia, frente aos defensores dos valores econômicos pautados por princípios liberais. Sem perder o apoio dos conservadores, escravocratas e latifundiários em especial; afinal estes só conheciam o inviabilizado sistema de monopólio exercido pela metrópole via sistema de Pacto Colonial. Como dizem: perdido, o que vier é lucro.

Fora a partir da abertura dos portos, com habilidade política ímpar, que D. João forjou as bases e alianças com os proprietários locais em fase que todas as bases do poder monárquico absolutista estava ruindo. Importante também ressaltar que as práticas de burlar o sistema de monopólio imposto pela Metrópole são tão velhas quanto o sistema. A ilicitude era comum prática de norte a sul de nosso litoral, e continuou a existir. Primeiramente como forma de não pagamento das taxas e impostos sobre os produtos importados; também pelo fato de que a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 não incluir todos os principais portos brasileiros. O porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, ficou de fora; fato que não produziu ao fechamento de suas atividades comerciais de exportação e importação, principalmente graças à sua importância para a Bacia Platina.

Para saber mais

Importante atentar para o fato de que o fim do Pacto Colonial, uma das consequências da abertura dos portos às nações amigas, faz parte de um conjunto macroeconômico (político e social) que deve ser entendido como um reflexo do liberalismo econômico e das novas posturas de Estado em prol do industrialismo.

3.5 A Cidade Maravilhosa

Após a rápida passagem ou escala técnica em Salvador Bahia por pura necessidade a Família Real Portuguesa veio juntar-se à maioria que imigrara no final de novembro de 1807 diretamente para a capital colonial escolhida previamente para ser a sede do Reino Português no Brasil: a cidade maravilhosa do Rio de Janeiro. Maravilhosa em seus encantos naturais, deficiente em todas as infraestruturas mínimas necessárias; apesar de ser o porto mais importante do

país, com conexões bem diversificadas que incluía a bacia do rio da Prata, os portos do nordeste do Brasil, das costas africanas e asiáticas e figurando como o principal porto de saída e chegada dos produtos da Metrópole.

Para saber mais

Nascida da necessidade de rechaçar os invasores franceses do sul do Brasil em 1565, a cidade do Rio de Janeiro foi elevada à condição de sede do governo colonial, em 1763, pela necessidade de escoamento das riquezas do extrativismo. O comércio entre a cidade, a Metrópole e os portos africanos situavam o Rio de Janeiro entre os mais rentáveis do Reino e um dos mais importantes em todo o mundo, particularmente do comércio de escravos.

A cidade maravilhosa não diferenciava em nada das demais cidades coloniais, com ruas estreitas e tortuosas, construções irregulares, inseguras e sem condições de conforto. Luxo era ter uma construção com cobertura regular capaz de dar proteção em tempos de chuva. Os odores fétidos, fruto entre outros do esgoto a céu aberto e da putrefação de animais mortos em diferentes pontos, incluindo as praias, eram agravados com o forte calor e umidade. Restos de comida, incluindo animais domésticos e caças regulares eram descartadas em rios e no mar para que a maré os levasse. O mesmo acontecia com os excrementos. Realidade que piorou com a chegada "dos milhares de novos habitantes".

A população de aproximadamente 50 mil habitantes, a exemplo de Salvador, era majoritariamente de africanos — escravos ou não.

Para saber mais

Ao final da primeira década da Família Real no Brasil a população total do Rio de Janeiro superou os 150 mil habitantes.

A precariedade das residências ficou patente com a forma de acomodação encontrada pela Família Real e seus séquitos. O Paço Imperial, sede do governo do Rio de Janeiro até então, que precisou passar por profundas adaptações visando alojar a administração pública do reino, não fora suficiente exigindo o recrutar de outras duas edificações: a da Câmara, que dividia seu espaço de funcionamento como a Cadeia, e o Convento do Carmo. Você deve estar

se perguntando: e os ocupantes? Foram desalojados, logicamente. Vivendo a contingência de serem transferidos ou de se transferirem às pressas. O Príncipe Regente D. João foi agraciado com a residência da Quinta da Boa Vista; um mimo do comerciante Elias Antônio Lopes. Não precisamos listar os benefícios que D. João concedeu em nome do Estado português no Brasil ao rico comerciante para garantir que foi um dos melhores *negócios* realizados por Elias Antônio Lopes.

Detalhe: o exemplo foi seguido por outros membros da elite local, que também cederam residências na cidade e nos arredores para os nobres da Corte portuguesa.

Em resposta à necessidade das vias de acesso, com alguma qualidade, capaz de garantirem o deslocamento do Príncipe Regente e sua corte, foram abertas ruas, ampliadas as existentes, aterrados e/ou drenados as áreas baixas e sujeitas a alagamentos. Áreas completamente isoladas, São Cristóvão, Botafogo e Laranjeiras são exemplos, foram rapidamente incorporadas ao cenário urbano da capital, com grandes veículos, puxados por duas ou três duplas de cavalos, importados diretamente da Europa, desfilando rapidamente pelas novas paisagens urbanas.

O progresso visível, encantador e sedutor, impôs nova ordem social-policial, fato que obrigou a criação da Intendência Geral da Polícia, que seguindo o exemplo da existente em Lisboa, assumiu a função de Polícia da Cidade, devendo controlar o fluxo de urbanização, regulamentar os festejos públicos, controlar os distúrbios — incluindo os conjugais.

3.6 Os tratados de 1810

Em 19 de fevereiro de 1810, após negociações e pressões diplomáticas e comerciais inglesas de quase dois anos, D. João assinou os Tratados de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação. Os termos dos tratados, em sua maioria, figuravam entre as proposições apresentadas no segundo semestre de 1807 e expostas parcialmente no "acordo secreto" assinado em troca da garantia de segurança para a fuga da família imperial portuguesa, refletindo o apogeu da dominação econômica e financeira inglesa sob Portugal e fruto de longa história de dependência e subordinação portuguesa, cuja origem está ligada às invasões holandesas na segunda metade do século XVII, e consequente assinatura do Tratado de Methuen.

A imposição dos tratados em 1810 foi precedida de algumas mudanças nas relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, após a chegada da Corte ao Brasil e abertura dos portos às nações amigas; principalmente na regulamentação/proibição da navegação de cabotagem aos estrangeiros e liberação total à navegação e comércio inglês *apenas* dos portos da Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará e Maranhão.

Dentre os artigos dos tratados assinados, entre decretos e artigos foram 58 regulamentações, destacamos três, por sua importância, do Tratado de Comércio e Navegação, os 10, 12 e 19; este "[...] estipulava taxas 15% *ad valorem* para os produtos ingleses; 24%para as demais nações. Os produtos portugueses deveriam pagar 16%, também ad valorem" (FAORO, 1989, p. 256, grifo nosso).

No Tratado de Aliança e Amizade merecem destaque os artigos 6º, 9º e 10º. O artigo 6º liberou aos ingleses o corte e comercialização de madeira extraída das matas brasileiras para a construção de navios de guerra; no 9º previa o não estabelecimento e funcionamento do Tribunal de Santo Ofício no Brasil; já o 10º previa o fim do escravismo, com extinção gradual até 1831. Letra morta, como bem sabes, de sobejo.

Entre os aspectos mais visíveis desses tratados está a maciça entrada de produtos ingleses, superiores à crescente demanda, porém longe da fúria comercial inglesa. Muitos dos produtos ofertados eram no mínimo exóticos; entre eles roupas de lã e patins para gelo.

Façamos uma reflexão rápida: O que acontece com uma economia que gasta mais que arrecada? Que tem importações maiores que as exportações? Simples: produz dívidas. A balança comercial amarga *déficits* constantes, que impulsionavam o crescimento das dívidas externas e internas, alimentando a dependência e a inflação. Triste herança de alto custo para a frágil economia nacional.

Embora tenha favorecido os produtores agrícolas ao longo das décadas, o preço final dos produtos primários sofreu queda frente ao crescimento dos bens manufaturados, comprometendo, ainda mais, ano a ano a balança comercial. Os demais grupos, entre eles os importadores que sucumbiram diante da liberdade de importação com baixas taxas aduaneiras, formaram oposição às medidas administrativo-aduaneiras com fermentação de sentimento antibritânico, agravado pela presença de ministros plenipotenciários ingleses à frente do governo em Portugal e com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815; forças que catalisaram a Revolução do Porto em 1820 alimentando o *processo de independência* do Brasil em 1822.

3.7 As finanças Reais

Quando D. João assumiu a administração após o impedimento de D. Maria I, em 1799, a produção brasileira estava em crise: "Ao colapso da produção do ouro se associa a baixa das exportações do açúcar, atingindo o ponto mais baixo dos dois séculos anteriores. [...] A renda per capita teria caído de 30 libras ouro em 1600 para 3 em 1800" (FAORO, 1989, p. 244), obrigando a máquina administrativa a lançar mão de vários expedientes capazes de minimizarem os constantes déficits orçamentários; entre eles, a péssima prática de aumento dos impostos e uma novação: a emissão de papel moeda — sem lastro ouro — objetivando fazer frente aos pesados gastos da Coroa Ibérica na manutenção de seus privilégios e dos privilégios de seus fujões súditos. Colaboravam para os constantes déficits orçamentários e aduaneiros, com crescimento das dívidas internas e externas e a manutenção na pauta de importações de centenas de produtos de alto valor agregado e acessíveis aos pequenos grupos em condições de custeá-los; a *"solução"* de tentar minimizar os déficits pela emissão monetária alimentou a inflação, encareceu o custo da vida e dificultou todo setor produtivo; a dívida externa foi "solucionada" com a obtenção de empréstimos.

Apesar de toda crise há um setor que não tem reclamações: o rico comércio de escravos. "Durante os treze anos da permanência de D. João no Brasil cerca de 250 mil escravos desembarcaram no Rio de Janeiro. Para se ter uma ideia do que isto significa, os EUA importaram da África, nos 250 anos de sua história escravista, perto de 400 mil escravos" (AMARAL, 2008, p. 60-3).

Vejamos o *contraditório:* em meio a uma das maiores crises de nossa história o consumo tem crescimento? Sim, afinal há uma elite nada preocupada com a crise e interessada em manter padrões de consumo europeu — com pequenas adaptações nos trópicos. O saldo não poderia ser outro: os negociantes de escravos dominaram o crédito, as instituições seguradoras, o tráfico de escravos, a importação e a exportação dos produtos (AMARAL, 2008). Sabe por quê? Porque segundo dados a população total da cidade maravilhosa, capital do Brasil, era pouco superior a 200 mil almas, destas 40% (80 mil) eram escravos.

3.8 Transformações econômicas

A presença da família portuguesa será marcada pelo processo construído ao longo do breve período de permanência (treze anos), e de seus reflexos pelas décadas seguintes. Devemos destacar a renúncia ao modelo mercantil mono-

polista — implantado desde os primórdios da colonização — com adoção, em obediência à Convenção Secreta assinada junto aos ingleses, da Abertura dos Portos. A Inglaterra garantia mercado consumidor aos seus produtos fugindo do bloqueio continental napoleônico enquanto o Brasil mergulhava em um ciclo de dependência econômica e financeira. É o denominado liberalismo econômico chegando às terras brasileiras via imposição da política externa. "A metrópole (portuguesa) saiu do circuito, mas a economia interna não se desorganizou pelo simples motivo de que sua organização já não dependia da economia portuguesa" (CALDEIRA, 1999, p. 325).

Para saber mais

A revolução gastronômica imposta pela Família Real catapultou novos valores sociais. Produtos de pouco valor, muitas vezes depreciados, caso do frango, da manga e da goiaba, ganharam ares de nobreza, com construção de cardápios requintados, com tempero e condimentos importados, o que muito contribuiu para valorizar e enriquecer a gastronomia nacional.

3.9 Transformações estruturais na política

Com a derrota de Napoleão Bonaparte, a política europeia passou por profundas transformações. Há uma tentativa de retorno ao Absolutismo com a formação da Santa Aliança — força militar formada pelas monarquias, de caráter absolutista, para garantir a ordem no continente e nas colônias — às potências atingidas pelo efeito faraônico de Napoleão.

As mudanças no velho continente impuseram a Portugal regulamentar a situação do Reino; desta forma novo *status* político fora imposto ao Brasil com a Constituição em 1815 do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (região sul de Portugal, berço da expansão marítima). Pelo arranjo buscou-se legitimar a presença e manutenção da Família Real portuguesa no Brasil. Foi resposta às pressões para a resolução do problema jurídico criado com a permanência da Família Real no Brasil, após a queda de Napoleão Bonaparte, quando Portugal não estava invadido (sob jugo de tropas estrangeiras) e seu Rei estava evadido. Na prática pouco ou nada mudou, (apenas) Portugal garantiu jurídico-diplomaticamente sua permanência no Brasil, com o direito de participar do Congresso de Viena. Melhor dizendo, foi "uma dádiva aos que ampararam" a "Corte imigrada [que] precisou de recursos financeiros, providos pelos nego-

ciantes imigrados ou nativos da província do Rio de Janeiro" (OLIVEIRA, 2005, p. 1, grifo nosso).

Para a maioria dos brasileiros e portugueses que aqui estavam a Carta de Elevação do país à condição de Reino Unido deu a boa sensação de fazer parte de algo, pertencer ao grande império em formação, pertencer ao reino português, não mais estar na parte sul equatoriana, perdido nos trópicos a abandonado à própria sorte. Fato traduzido em manifestações de apoio a D. João e à Família Real, com diferentes cerimônias por vários dias, transformando o "beija mão" em evento social fundamental a todos que tivessem pretensão de garantir interesses e/ou perpetuar privilégio. A ausência da monarquia ou de representante direto não impediu diferentes manifestações em apoio à decisão do Príncipe Regente, com algumas cidades nordestinas organizando cerimônias cívicas e religiosas, com o envio de representantes ao Rio de Janeiro para apresentarem seu apoio à medida.

3.10 A Revolução Pernambucana

Desde as invasões holandesas no século XVII a situação geral da política e economia em Pernambuco, e nas demais capitanias do nordeste, só teve declínios, com queda das exportações e ampliação das dívidas e dependências junto aos grupos exportadores e credores internacionais, transformando a antiga sede da administração holandesa e outrora centro econômico-açucareiro em pálida sobra.

> Em Pernambuco há indicações de que, entre 1810 e 1815, os ingleses passaram a controlar cerca de um terço das exportações e fornecer metade das importações [ARRUDA, 1980]. No Maranhão, cujas exportações restringiam-se quase exclusivamente ao algodão, os ingleses tornaram-se quase únicos compradores do produto nos anos das guerras napoleônicas [...] (CALDEIRA, 1999, p. 328).

A causa imediata da aglutinação de diferentes correntes em torno dos mesmos ideais fora o aumento dos impostos, em especial para custear a campanha militar na Província Cisplatina. Com um agravante: o ano de 1816 ficou marcado por uma das piores secas de todos os tempos, complicando a difícil tarefa de viver e produzir do homem da região.

A revolta iniciou quando o capitão José de Barros Lima, conhecido por Leão Coroado, reagiu à voz de prisão de seu superior, o brigadeiro Barbosa de Castro, matando-o. O governador Caetano Montenegro refugiou-se, aceitou o termo de rendição e partiu para o Rio de Janeiro. Parcela da elite "[...] pela primeira

vez na história do Brasil, [...] os pernambucanos, em 1817, proclamaram uma República, prometeram uma constituição, articularam o embrião do que seria um governo nacional independente" (CALDEIRA, 1999, p. 354).

Os rebeldes davam exemplo raro de liberalismo nos trópicos; fortemente inspirada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, a lei continha liberdade de opinião e expressão, com tolerância religiosa, embora o catolicismo fosse oficial. Como medida popular, foram abolidos os impostos sobre os gêneros de primeira necessidade. Garantida a mesma nódoa histórica da inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade, ou seja, garantida a manutenção do Escravismo (NABUCO, 2000). A Lei Orgânica deveria vigorar até a elaboração de uma constituição, cujo prazo previsto seria de um ano.

O ato de devassa não deixava dúvida: rigorosa repressão era a determinação por parte das autoridades constituídas. O conde dos Arcos comandou pessoalmente os preparativos dos ataques a Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba. Pernambuco foi sitiado por terra e mar. A Revolução Pernambucana é demonstração da inabilidade estatal, típica do antigo regime, que não foi capaz de manter canais de diálogo com os descontentes com a política nacional centrada no Rio de Janeiro, legando aos excluídos o canal único da violência. "[...] 1817 não sugere um movimento malogrado, mas a mostra de uma tendência possível, como possível foi o processo de independência e de fragmentação do mundo americano espanhol" (FAORO, 1989, p. 261).

3.11 As cortes em Portugal

Uma revolta de caráter conservador eclodiu em Portugal, na cidade do Porto, em 1820, com o objetivo de dar rumo à nação abandonada em 1807 pela Família Real, e governada por diplomatas ingleses desde a queda de Napoleão. A elite ao assumir o poder convocou as Cortes Gerais (Assembleia Parlamentar de Nobres).

Com a instalação das cortes o movimento foi se revelando, sempre na busca de garantir privilégios a alguns, e logicamente expurgar alguns privilegiados e seus privilégios. Desde o início dos trabalhos das cortes em Portugal ficaram claros seus objetivos: afastamento da influência inglesa sobre os negócios do reino e anulação da autonomia administrativa do Brasil objetivando a recolonização.

Foram anulados decretos de D. João que garantiram a autonomia brasileira até então, as províncias deixaram de se subordinarem ao Rio de Janeiro e passaram a responder diretamente às cortes; órgãos administrativos do Rio

de Janeiro foram fechados e transferidos para Lisboa, entre eles o Conselho da Fazenda, da Junta Comercial e a Casa de Suplicação — instância máxima do poder judiciário. Descontentes com o andamento, alguns deputados pediram para não jurar a Constituição a ser elaborada. Temendo represálias, alguns fugiram para Londres e outros acabaram expulsos.

A exemplo de sua fuga de Portugal, D. João não teve vida fácil na saída do Brasil. O governo convocou uma manifestação em favor de D. João, no dia 21 de abril de 1821, na Praça do Comércio centro do Rio de Janeiro. Populares reuniram-se e aos gritos de Aqui governa o povo! transformaram a manifestação para a Família Real em protestos violentos contra as Cortes e pela manutenção da ordem vigente, inclusive defendendo a permanência de D. João e de toda a Família Real, provavelmente imaginando ser a garantia dos privilégios conquistados e demonstrando pouco entender do grave momento vivenciado.

3.12 Biênio 1821-1822: "Independência do Brasil"?

Com o retorno da Família Real em abril de 1821 abriu-se o debate sobre os destinos do Brasil dentro de uma elite com privilégios políticos e econômicos — este em regra originado do primeiro — capaz de temer pelo fim do *status* de Reino Unido de Portugal, conquistado em 1815. O temor era fruto das manifestações das Cortes Portuguesas que exigiam a volta de D. João, facilitador dos interesses portugueses de recolonização do país.

Com a saída dos membros da Família Portuguesa, e de seus acompanhantes, outro problema sentido rapidamente por quem do Estado necessitava, foi o buraco deixado pela falta de funcionários públicos em condições de cumprirem funções burocráticas básicas ao bom andamento da máquina do Estado. Houve a princípio uma desordem na ordem público-burocrática da administração geral do Brasil, motivando protestos de moradores comuns e principalmente dos membros da elite que buscavam respostas e andamentos a documentos (necessários às atividades econômicas e financeiras) parados na máquina administrativa.

O cenário do Rio de Janeiro, sede do governo do Reino Unido de Portugal e Algarves, que não era nada promissor, ficou ainda pior quando em nove de dezembro de 1821 chegaram notícias de que os líderes da revolta no Porto tinham *anuladas* as designações da permanência de D. Pedro e da manutenção do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, exigindo o imediato retorno do herdeiro ao trono português, D. Pedro de Alcântara, a Portugal. As reações foram as mais diversas e de praticamente todos os diferentes agentes políticos e

sociais partiram manifestações contrárias aos propósitos emanados diretamente de Lisboa. A Câmara do Rio de Janeiro convocou reunião, que culminou em manifesto ao Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara; ao receber o manifesto e os representantes da Câmara no Paço, sede do governo, em 9 de janeiro de 1822, aderiu ao movimento de oposição as forças portuguesas. “O príncipe sente que atrás dos agitadores das ruas do Rio há uma nação em nascimento” (FAORO, 1989, p. 272). “Negou” sua origem e família, declarando que ficaria no Brasil para “a felicidade geral da nação e bem do povo” — difícil saber qual seria, neste momento, o significado da palavra “povo”!

É nesse contexto que ocorrem os episódios de 7 de setembro de 1822.

3.13 O sete de setembro

Uma reação à presença e ao trabalho de José Bonifácio na província de São Paulo teria motivado a viagem de D. Pedro. Enquanto esteve fora, chegaram ao Rio de Janeiro novas deliberações das cortes: fim do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias e formação de Juntas de Governo nas Províncias diretamente subordinadas às Cortes; transformação de D. Pedro em representante das Cortes e ordem de processar quem se opusesse às ações de Lisboa. Essas notícias chegaram via mensageiro as mãos de Pedro de Alcântara, quando este estava às margens do rio Ipiranga, próximo a São Paulo, quando retornava de Santos. Seguiu-se o polêmico enredo que ficou consagrado pela tela de Pedro Américo, “O Grito do Ipiranga”.

Para os homens do 1822 qual foi a importância do grito? Para os contemporâneos tal ação não teve grande importância. A ruptura fora construída desde a partida da Família Real e consolidada com a convocação da Assembleia Constituinte. Para o processo real de independência, pouco peso teve o ato simbólico, afinal toda estrutura foi mantida, o latifúndio e o trabalho escravo, preservados (VAINFAS, 2002). Uma elite aristocrática, agrária e conservadora garantiu seus interesses e o afastamento das camadas populares (a Independência do Brasil não tem povo). Uma elite letrada formada pelos filhos de uma elite abastada, que tiveram o privilégio de estudar na Europa, deu imagem de modernidade ao modelo conservador brasileiro.

Importante destacar que *a Independência do Brasil não tem povo*. Fora resultado das ações de uma elite letrada, privilegiada no acesso econômico, financeiro, educacional etc.

Para concluir o estudo da unidade

As transformações originalmente fruto do avanço ao interior das bandeiras tiveram nova fase com a Família Real no Brasil. É da presença dos migrantes fujões que acontece a estruturação do aparelho de Estado no Brasil.

Vale destacar que o Estado Brasileiro praticamente não tinha equipamentos técnicos, humanos e administrativos antes desse momento; que as modificações estruturais — no aparelho empreendido por D. João — só ocorreram com intensidade e potencialidade na era Vargas.

Resumo

A unidade abordou as grandes transformações do Brasil Colonial, incluindo as bases de formação do Estado português no Brasil, fruto da presença da Família Real no Rio de Janeiro, em fuga de Napoleão Bonaparte.

Atividades de aprendizagem

1. Faça uma análise das transformações sociais promovidas a partir do extrativismo aurífero na região das Minas Gerais.
2. Descreva o sistema tributário controlado pela Intendência da Minas.
3. Comente a Guerra dos Emboabas.
4. O que foi a Guerra dos Mascates?
5. Comente a administração do Marques de Pombal.
6. O que foi a "política viradeira"? Comente
7. Estabeleça uma análise crítica acerca da constituição do aparelho de Estado no período joanino.

Unidade 4

Estado e crise no século XIX

Objetivos de aprendizagem: A unidade aborda a construção do exógeno império brasileiro, suas disputas políticas, crises regionais, guerras de valores liberais, federalistas, separatistas etc., que marcaram a primeira metade do século XIX.

- Seção 1: **Primeiro reinado (1822-1831)**

  O Primeiro Reinado, suas crises e movimentos que impuseram a abdicação de D. Pedro I estão apresentados nesta primeira seção da unidade.

- Seção 2: **Período regencial (1831-1840)**

  Um dos mais importantes e complicados momentos do Império brasileiro, lembrado em regra pelas revoltas e crises que abalaram as regências, durante a menoridade de D. Pedro II, são pautas nesta seção.

Introdução ao estudo

A formação do Estado português no Brasil, base da máquina administrativa pelas décadas e séculos, fruto da necessidade da fuga da Família Real portuguesa para *as terras do* Novo Mundo, constitui a pauta principal da Unidade. Da acomodação da corte e seus séquitos constrói-se pesada estrutura administrativa, em regra não qualificada pela eficiência, não raro disposta a desvios e corrupções, que inviabilizaram a existência do aparelho estatal em sua mais importante função: representar o membros da comunidade de direito, sem distinção. Quiçá produzir o efeito desejado de melhor a condição de vida da maioria da população.

Logicamente que estamos construindo análise pautada pelos valores do século XXI; é importante deixar claro que no início do século XIX — e por praticamente todo ele — o país era uma monarquia hereditária, com todos os seus valores e a população súditos submetidos às ordens de monarca com valores autoritários — mormente no Primeiro Reinado.

Seção 1 Primeiro reinado (1822-1831)

Sabe aquela pergunta clássica: o que fazer, agora? Provavelmente, de forma positiva, isso tenha ocorrido aos homens que acompanhavam D. Pedro, na volta de Santos, após o episódio pouco esclarecido para a maioria da população e muito comentado de 7 de setembro; o mesmo deve ter ocorrido com os membros da corte com a chegada da notícia do simbólico gesto, intitulado tempos depois, do "Grito do Ipiranga".

Quais eram as condições sociais, políticas e econômico-financeiras do Brasil no último trimestre de 1822? Quais as representações disponíveis, que poderiam ser recrutadas, para a construção das necessidades legais e reais do aparelho de Estado Brasileiro? Que recursos econômicos e financeiros estavam disponíveis para a materialização dos projetos?

Primeiramente é preciso lembrar que na partida da Família Real os cofres públicos sofreram "profundo abalo". "As moedas de ouro e prata reduziram-se, de um golpe, de 1.315:439$000 para 200:000$000. [...] Raspado o Tesouro, quase insolvente o Banco do Brasil, a bancarrota estava às portas" (FAORO, 1989, p. 267). Prejuízo maior foi a fuga de cérebros capacitados. Sem um

levantamento estatístico elaborado durante o período 1808/21 existem muitos relatos que buscam quantificar a população portuguesa que imigrou para o Brasil com D. João e quantos teriam regressado com o Rei. Cerca de três mil pessoas no universo de 15-20 mil, que teriam vindo, representa menos de 20% do total, aproximadamente. Sabemos que grande número de portugueses, em regra funcionários públicos, imigrou para o Brasil em atendimento à demanda de "homens com capacidade administrativa e intelectual capazes de fazerem a máquina administrativa funcionar [sic.]".

O país em construção, carente de organização, que tinha sonhos de grandeza, incluindo libertar-se das dependências econômicas, financeiras, tecnológicas etc. "era quase um continente a parte" melhor: é um continente, com 8 milhões de km^2, duas vezes o continente europeu, quase cem vezes o território português — centralizado no litoral e ignorante de seu interior e potencialidades. Com um grande detalhe: quase 9 mil quilômetros de litoral com centralização populacional em alguns pontos. Absolutamente inexistiam "estradas"; comparativamente mais rápidas eram as notícias da Europa, em comparação com os comunicados das províncias. O mesmo pode ser dito sobre uma viagem entre as regiões brasileiras. Para o transporte prevaleciam os muares, vide a viagem de D. Pedro de Alcântara a Santos, São Paulo, quando do episódio de 7 de setembro. Distantes do centro administrativo, do poder político e das negociações travadas na Corte muitas províncias mantinham elos mais fortes com os países vizinhos; ou estavam completamente isoladas. A capital (Rio de Janeiro) representava — em regra — o inimigo fiscal a ser combatido; a regra vale para as províncias no tocante, além dos tributos, para as disputas políticas e territoriais. Fato que muitas vezes manteve acessa a chama dos conflitos armadas. As distâncias físicas alimentavam as diferenças regionais, prevalecendo o regionalismo frente a qualquer valor de nacionalidade. As rivalidades e disputas regionais inviabilizaram o discurso da nacionalidade, com a língua portuguesa, herdada do colonizador-explorador-opressor carecendo de universalidade. A pretensão de nacionalidade precisou ser construída ao longo das décadas e século.

O esforço hercúleo da formação da "nação inexistente" precisou superar a preponderância da herança africana na colonização; muito além do temor dos valores culturais daqueles que foram forçados a imigrar para atender aos interesses econômicos e financeiros de poucos — não apenas dos poucos brancos, que eram aproximadamente 1/3 da população. Existia forte temor de uma revolta africana, originada muito provavelmente pelas manifestações,

questionamentos e revoltas dos oprimidos ao longo da exploração colonial. Fato que, por décadas e séculos, não impediu ou modificou a política excludente, cuja base fundamenta-se — *a priori* — no não acesso educacional. Importante anotar que em São Paulo, na noite de 7 de setembro, D. Pedro fora aclamado entusiasticamente ao chegar ao teatro da cidade. "Poesia recitada em seu louvor na mesma ocasião saudava-o como o 'primeiro imperador do Brasil'" (MELLO, 2008, p. 25, grifo do autor). O ato oficial e cerimonioso de Aclamação de D. Pedro Imperador do Brasil, antes da construção das leis que deveriam reger os destinos da nação ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no mês seguinte ao ato simbólico de 7 de setembro. Tudo indica existir "certa pressa" em garantir D. Pedro os interesses da elite econômica e os privilégios constituídos pelos séculos coloniais. Preteriram-se as divergências, sonhos, pretensões e particularidade dos diferentes grupos e da classe hegemônica.

Poderíamos dizer que muito antes do enfrentamento das realidades prevaleceu o credo de que as mudanças trariam melhorias; a não confirmação dos caminhos felizes, acrescido de ações arbitrárias e autoritárias de D. Pedro afastou os entusiastas, sem atrair os ausentes e indiferentes, produzindo crise de popularidade que acompanhou o imperador mesmo após sua partida em 1831. Conclusivamente o simbolismo de 7 de setembro foi apenas um passo rumo à difícil jornada de incluir a maioria na potencialidade do "país dos visionários entusiastas". País forjado ao longo dos oitocentos a partir da resistência tribal, somado às determinações talentosas dos imigrantes, fermentado pela capacidade de inovar nascida do encontro, onde prevaleceu o "bom humor", mesmo na adversidade; a tolerância em meio ao hiato do ódio de alguns. A nação e seus valores foram construídos pelos operários, pelo homem comum, sem acesso aos bens e serviços, sem grandes — ou nenhuma — interferência do Estado.

1.1 Guerra pela independência

O primeiro grande desafio às fragilizadas contas públicas foram as guerras em busca de consolidar o ato simbólico de 7 de setembro de 1822. *A priori*, apoio só existiria no Rio de Janeiro, sede de governo e responsável por engendrar o movimento; parcialmente sinalizaram apoio algumas regiões de Minas Gerais e São Paulo; este berço político dos irmãos Andradas — grandes líderes do movimento, em especial José Bonifácio de Andrada e Silva. A tarefa era nada fácil tendo em vista as diferentes reações contrárias nas províncias da região Nordestina: Pernambuco, Bahia, Maranhão e Piauí; na região Sudeste: Minas

Gerais e São Paulo; na região Sul: Rio Grande do Sul e Cisplatina e o Pará na região Norte. "A hostilidade ao Rio de Janeiro aproximava-os, por um imperativo liberal que os fazia ver na corte, o Rio corte e não o Rio província, o ninho de burocratas e parasitas trazidos pela transmigração [...]" (FAORO, 1989, p. 231).

Fatores de agravamento à multiplicação das atividades em oposição ao modelo — e liderança — do movimento em torno da Independência não faltavam, com diferentes camadas sociais, representações ideológicas ou não, grupos étnicos e sociais etc. que, em conflito com o governo central, entre as lideranças locais, e com forças portuguesas em solo brasileiro contribuíram para as tensões e estado beligerante pós o simbolismo às margens do Ipiranga. Fator que impôs o recrutamento de forças militares — ligadas ao Estado nas condições de corpo militar ou na condição de serviço mercenário — para fazerem frente às ações contrárias ao modelo organizado a partir do Rio de Janeiro. "Inoperantes os elementos institucionais para deter a maré, desencadeada a partir do 7 de setembro [...], dom Pedro só podia contar com a força nua, entregue ao exército e aos mercenários recrutados na Europa" (FAORO, 1989, p. 297).

Importante expor que as realidades eram — bem — diferentes entre as regiões e províncias no momento de afirmação do 7 de setembro. Minas Gerais recebera atenção especial de D. Pedro antes mesmo do ato simbólico, com o Príncipe Regente viajando para região de Vila Rica (Ouro Preto, hoje) no final de março para "*debelar*" forças militares comandadas pelo tenente-coronel Pinto Peixoto; informações davam conta de que José Maria Pinto Peixoto e Cassiano Esperidião de Melo Matos, juiz da Comarca, estavam organizando movimento separatista na província. Temerário do movimento na mais populosa província acabasse por insuflar outras regiões o futuro imperador, com apoio de conselho de José Bonifácio de Andrada e Silva, buscou agir rápido, enfrentando todo tipo de intempérie do período mais chuvoso do ano nos trópicos. Fora bem recebido, com sua pequena comitiva, inferior a uma dúzia de pessoas, aclamada em diferentes povoados e currutelas. Tudo indica que foi o bastante para converter os possíveis opositores mineiros às propostas autonomistas do Rio de Janeiro.

Para saber mais

Em sua viagem à Vila Rica, D. Pedro encantou-se pela fazenda do Córrego Seco, localizada no alto das serras fluminenses. Comprou a propriedade que, mais tarde, fora transformada em residência oficial de verão do império, origem da cidade de Petrópolis.

Na província de São Paulo os perrengues tinham sua matriz na disputa política entre os grupos familiares de Francisco Inácio e José Bonifácio de Andrada e Silva. Percorreu o Vale do Paraíba, com atividades nas cidades de Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes, Taubaté entre outras; recebido de forma calorosa, demonstrando liberdade e desapego, realizou o papel a que fora designado: pacificar os ânimos entre os grupos opositores locais, destinando-os ao foco principal da independência. Pela atenção, dedicação e maneira com que conduziu os trabalhos em São Paulo, em especial no respeito às liberdades políticas na eleição do presidente de província, quando foi eleito um desafeto de José Bonifácio. Pedro de Alcântara convidado a presidir a mesa eleitoral acatou o retorno do presidente da junta governativa de São Paulo, João Carlos Oeynhause, destituído dias antes por José Bonifácio, com sua anuência. Para muitos o respeito às liberdade de manifestação, opinião e voto o credenciavam para ser líder nacional na construção de um grande país imperial; saiu de São Paulo "consagrado" eminente líder liberal.

Na viagem D. Pedro conheceu Domitila Castro Canto e Melo, futura Marquesa de Santos.

1.2 Assembleia Nacional Constituinte

Desde a partida de D. João VI, em abril de 1821, as opiniões sobre os destinos do Brasil, sem a presença da Família Real Portuguesa, eram bem distintas. Grupos próximos ao Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara acreditavam plenamente na manutenção da ordem monárquica do Reino Unido de Portugal e Alvares; opositores de D. Pedro e da Monarquia — por diferentes razões e motivos — defendiam outras possibilidades, com algum credo na proclamação da República.

Independente das facções favoráveis à monarquia ou república, enquanto forma de governo, a aristocracia rural, dominante, temia os possíveis avanços do grupo urbano, com propostas liberais capazes de questionar os privilégios "construídos historicamente" — leia-se perda da propriedade — incluindo aquilo que eram entendidos como os dois maiores bens: o sistema agrário e o escravismo. Em comum os grupos tinham a preocupação com o retorno do modelo colonialista exploratório português e, era premente às elites econômicas e sociais, muito além de debates ideológicos, preocupações sociais ou morais, garantir o *status quo*.

O lançamento de uma Assembleia Constituinte, em maio de 1822, eleita pelo *voto censitário*, com base na propriedade rural e na produção de mandioca, dará o tom do modelo de Estado a ser *legalizado* pelo único Império da América. "A Constituinte será convocada e instalada, sob reserva de dissolução. O príncipe e José Bonifácio não abrem mão dos seus poderes de dirigir, controlar e retificar os caminhos populares" (FAORO, 1989, p. 282).

O clima que antecede aos trabalhos em nada lembraria a proposta de formação de uma nação; prevaleceu o arbítrio das forças absolutistas e centristas temerária da fragmentação do país e da presença das classes médias e populares no desdobrar do 7 de setembro. "Com a imprensa amordaçada, as prisões repletas, os aliados de ontem emigrados, chegou o dia da abertura da Assembleia Constituinte, [...] Dom Pedro na fala de abertura da Constituinte, ao prometer guardar a Constituição, *se fosse digna do Brasil e dele"* (FAORO, 1989, p. 284).

Alheia a todo movimento e pressão dos centristas e absolutistas a população fez festa. Estendeu tapetes, fez "caminhos de flores", colocou seu melhor traje: vestiram-se de cetim e seda, enfeitaram as janelas com damascos e cetim. Havia grande credo na construção de uma grande nação com ampla participação das diferentes camadas; embora a maioria estivesse excluída pela forma de seleção dos eleitores e — possíveis — elegíveis com a implantação do sistema eleitoral pautado pelo voto censitário. O clima fora do recinto dos debates em nada lembrava o clima tenso dos inflamados políticos e suas defesas valoradas por interesses pessoais e/ou oligárquicos.

Abordado anteriormente o Poder e o Estado foram entregues a D. Pedro — defensor perpétuo do Brasil. Pedro de Alcântara, primeiro imperador do único país com Monarquia longeva da América, impôs às leis a sua imagem; o Poder pessoal do Imperador constituído maior que o Estado e a Monarquia só poderia sustentar-se pelo império da força; e assim foi feito. O anteprojeto constitucional elaborado por Antônio Carlos de Andrada, que refletia as características do direito burguês à época, principalmente garantindo as liberdades individuais, "mal fora analisado". Sucumbiu em meio a tensão que dominou os debates sobre forma e sistema de governo — República, Monarquia Absoluta ou Parlamentar. Ronaldo Vainfas (2002, p. 58) afirma que dos 272 artigos que compunham o Anteprojeto de Antônio Carlos Andrada apenas vinte e quatro chegaram a ser aprovados: "[...] acreditamos que sem estranhamento foram aprovados os artigos onde houve consenso; entre eles a inviolabilidade da propriedade privada".

Os radicais que haviam se unido pela presença de D. Pedro em prol da Independência voltaram a tomar posição mais à esquerda pregando mudanças estruturais na economia e sociedade, com extensão do voto à maioria da população e, com pregação de uma possível República, assustavam os conservadores latifundiários, que defendiam, antes de tudo, a manutenção de seus interesses e privilégios, pregando o oposto dos radicais com restrição do voto pela adoção do modelo censitário. O único ponto de acordo era quanto à necessidade de manutenção do trabalho escravo (SODRÉ, 1983).

Muito além da proposta de subordinar a monarquia ao parlamento, a elite buscou minimizar os poderes do Defensor Perpétuo do Brasil com proibições de D. Pedro governar os dois reinos, comandar as forças armadas ou destituir o Parlamento. Pelo proposto pela Assembleia Constituinte, leia José Bonifácio de Andrada e Silva, as leis aprovadas pela Assembleia não tinham que receber aprovação do Imperador, entrando em vigor em sua publicação. O debate alongado, com meses sem aprovação dos artigos que deveriam constar da constituição, ampliou as incertezas; a tensão tomou conta da Assembleia Geral. A possibilidade de um acordo entre os "blocos partidários" ficava cada dia mais distante; os portugueses defensores de maiores poderes a D. Pedro não arredavam o pé; e os brasileiros, que eram a maioria numérica entre os constituintes, defendiam uma constituição forte, com restrição dos poderes do Imperador, sem darem sinal de flexibilizarem suas posições. Um clima de "*guerra não declarada*", com acusações e ameaças de ambos os lados, sepultou a Assembleia; faltava a "pá de cal". Esta ocorreu com a tentativa dos irmãos em buscarem a aprovação da lei dispensando ao Imperador a sanção das leis da Assembleia Constituinte. Pressionado, o Imperador, não muito aberto ao diálogo, usou de seus poderes: demitiu os irmãos Andrada do ministério (José Bonifácio, ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, e Martim Francisco, ministro da Fazenda). Vale lembrar que José Bonifácio também havia apresentado à Assembleia Constituinte trinta e dois artigos pregando abolição gradual da escravidão (BONIFÁCIO, 1884).

Demitidos, os irmãos Andradas partiram ao ataque direto ao Imperador, via imprensa. O clima, já tenso, chegou ao limite. Havia corre-corre e quebra-quebra pelas ruas do Rio de Janeiro todas as noites. D. Pedro outorgado defensor do povo preparou o fechamento da Assembleia Geral, com poderes constitucionais; em suas palavras "[...] para salvar o Brasil dos perigos iminentes" (VAINFAS, 2002, p. 59).

O Imperador D. Pedro I sentindo-se ferido em "seus direitos" determinou que as tropas cercassem o prédio em que estavam reunidos os responsáveis pela elaboração da que seria a primeira constituição do país. Após a longa noite/madrugada de 11 para 12 de novembro o país, digo os poucos que ainda acreditavam no caminho democrático, acordaram com a ressaca da noite sem dormir, sem o benefício da aprovação das leis limitantes dos poderes executivos em mãos do monarca e com a maioria dos opositores ao regime absolutista de D. Pedro presos; alguns deportados para a Europa, caso dos irmãos Andrada: José Bonifácio, Martim Francisco e Antônio Carlos. Anos mais tarde o episódio ficou conhecido como a Noite da Agonia, em honra à madrugada tensa experienciada por deputados e parcela da população da cidade do Rio de Janeiro.

Links

Noite da agonia

A Assembleia Geral Constituinte em 11 de novembro proclamou-se em sessão permanente, assim permaneceu toda a noite. No meio do dia 12, cercado pelas tropas, a Assembleia encerrou suas atividades. Para se aprofundar sobre o tema acesse:

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/a-longa-noite-da-agonia>.

1.3 A Constituição do Império

Fechada a Assembleia Constituinte sob o abuso das armas autoritárias o imperador impôs a Constituição ao país em março de 1824 (BRASIL, 1824), com a instituição do Poder Moderador (quarto poder) como "chave do sistema", com força para controlar os demais poderes e gestão total sobre a frágil estrutura político-administrativa, além de poderes para nomear e demitir em todos os níveis (VAINFAS, 2002). Na verdade o "[...] poder moderador, descrito no texto constitucional, detém o poder de dissolução da Câmara de deputados, pode afastar juízes suspeitos, intervir nos atos das Assembleias das Províncias" (OLIVEIRA, 2005, p. 59).

É o Absolutismo-Constitucional em substituição ao Constitucional-Parlamentar, da Monarquia-hereditária, com voto masculino censitário-aberto com eleitores divididos conforme a renda em dinheiro; legislativo bicameral formado por Câmara dos Deputados com mandato de três anos e Senado Imperial vitalício, escolhidos pelo Imperador. Há uma exclusão expressa no texto sobre os libertos (negros com carta de alforria); estes, mesmo que atendessem

ao critério de renda não poderiam ser eleitores. Poder judiciário representado pelos magistrados do Supremo Tribunal nomeado pelo Imperador. O catolicismo era religião oficial do Estado, com o monarca nomeando livremente padres e bispos, e com o poder de restrição e veto às bulas papais por meio do mecanismo do beneplácito.

O absolutismo centrista que caracterizou a Constituição preservou as representações políticas provinciais na Assembleia Geral — representação máxima do Poder Legislativo — e também representações locais via constituição do Conselho de Província. Muito provavelmente herança do anteprojeto de Antônio Carlos de Andrada, que previa autonomia e atividade política nas províncias. Tal sistema esteve em vigor até o Ato Adicional de 1834, que transformou o Conselho de Província em Assembleia Provincial, base para as Assembleias Legislativas existentes.

Importante atentar para o fato de que era muito amplo o debate entre os poucos membros da elite em condições de participação. Toda matriz conceitual tem por princípio básico os valores do liberalismo e seus desdobramentos pelos cinco continentes nas décadas e séculos que seguiram a Revolução Francesa e o governo de Napoleão Bonaparte. Um dos mais interessantes e importantes debates dos primeiros anos da década de 1820 era sobre a lei, a partir das teses do barão de Montesquieu, e sua preponderância nas relações de poder e regulamentação das ações em sociedade. Embora estivesse distante, por diferentes fatores, a concepção de justiça pautada pelo reconhecimento da importância da construção da cidadania, o questionar das leis e do papel da autoridade na construção do Estado era profícuo e de exemplar valor na construção histórica do aparelho legal nacional.

Para saber mais

A Constituição estabeleceu que "brasileiros" eram apenas os homens livres nascidos no Brasil.

Sob o império das leis o absolutismo monárquico, distante da monarquia civil, das representações populares ou de classe, estabelece-se pelo arbítrio das armas. Favorecido pelo amordaçar da imprensa, pelas leis de exceção que protegem o estafe absolutista e a pessoa de D. Pedro I, o defensor perpétuo do Brasil e da legalidade constituída. O imperador do Brasil resgata as velhas tradições monárquicas europeias reeditando o direito divino.

Para saber mais

A Constituição de 1824 tem caráter liberal (no plano econômico) e cidadania excludente; absolutamente dentro dos padrões há época, que pautava o conceito de liberdade individual ao direito de posse de bens materiais. Excluindo, por meio da classificação de Cidadãos Ativos (com posses) e Cidadãos Passivos (sem posses), a imensa maioria da população.

Só poderiam ter vida política ativa (votar e ser votado), um dos critérios para a formação da cidadania, os cidadãos com renda auferida em alqueires de mandioca. É o voto censitário "da mandioca".

Apesar de toda oposição desde sua elaboração, com reverberação após a promulgação graças às revoltas no norte e nordeste, a Constituição do Império vigorou até a proclamação da República, em 1889, praticamente *sem grandes modificações* constitucionais.

Links

Para aprofundar, refletir e/ou conhecer a Constituição do Império, acesse: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituiçao24.htm>.

1.4 A Confederação do Equador

Você já teve a impressão de ter sido enganado? Qual foi a reação? Revolta? Foi exatamente esta a reação com o fechamento da Assembleia Geral Constituinte, no episódio da "Noite da Agonia"; a sensação de que "todos tinham sido enganados", com a perda da oportunidade de construção dos sonhos de nacionalidade e cidadania, tomou conta da parcela da população com acesso à informação e minimamente engajada politicamente. O clima de frustação absoluta que predominou na maioria da população no final do ano de 1823 fora agravado com a outorga por D. Pedro I, em fevereiro, da Constituição de 1824.

Para muitos o domínio de Lisboa foi substituído pelo Rio de Janeiro, sem mudança estrutural capaz de justificar a expressão *emancipação colonial*. Em nome da unidade territorial as liberdades e autonomias político-administrativas eram inexistentes; as províncias, particularmente das regiões norte e nordeste, continuavam a depender economicamente e financeiramente da Europa; raramente tinha contato com a sede do reino na cidade do Rio de Janeiro. Grupos

que deram apoio à Revolução do Porto, à permanência de D. Pedro de Alcântara e à Assembleia Geral Constituinte, embora contrários ao modelo centrista desenvolvido pelos homens a frente do poder no Rio de Janeiro, mudaram de lado. Alguns descontentes simplesmente calaram, outros resmungavam "feito corpo carcomido pelo tempo", outras aderiram às movimentos contrários ao absolutismo. "O Brasil mudara apenas para continuar o mesmo, comandado com mão de ferro a partir do Rio de Janeiro" (CARVALHO, 1998, p. 1).

O clima tenso que caracterizou os dias da convocação, eleição e constituição da Assembleia Geral Constituinte, em meio ao "Processo de Independência" acabou por incendiar o nordeste brasileiro, especialmente a província de Pernambuco, com chagas abertas da recente Revolta Pernambucana, movimento federalista-republicana.

O movimento iniciado em 2 de julho de 1824 defendia o fim do absolutismo e a autonomia das províncias, com a implantação de um modelo federativo — influenciados pela Constituição norte-americana. Dessa forma a "Confederação do Equador pode ser entendida como uma radicalização tardia de uma proposta federalista moderada" (CARVALHO, 1998, p. 1).

O movimento que contou com a participação de comerciantes, produtores rurais e camadas urbanas, pretendia a unificação das províncias nordestinas em torno de uma bandeira única, republicana e federalista. Outra característica, muito responsável pelas unificações de diferentes grupos, fora a existência de forte sentimento antilusitano, motivado pelas ações do português D. Pedro I, fato que influenciou as pregações federalistas e separatistas.

A violenta repressão, preparada no Rio de Janeiro e comandada por Francisco Alves de Lima e Silva, com execução sumária de alguns envolvidos (entre eles Frei Caneca), contou com o apoio dos dissidentes pernambucanos e de mercenários ingleses; à oposição de parcela da população e de membros da elite econômica e política acabou por "facilitar a vitória" do projeto centrista. Recife, a capitular em setembro de 1824, e o Ceará, que aderira ao movimento, em novembro de 1824. Passada a refrega e a execução dos líderes capturados, "[...] Os irmãos Cavalcanti pouco a pouco tomavam a frente desse grupo político que iria governar a província até a queda de Pedro em 1831" (CARVALHO, 1998, p. 1).

O tema revolução, com valores liberais, voltará à pauta convulsionando Pernambuco em 1848; a família Cavalcanti estará no centro dos acontecimentos.

1.5 Crise e abdicação

As oscilações dos grupos políticos frente às possibilidades nascidas a partir da partida da Família Real e os embates, alianças, desentendimento e confrontos entre os partidos políticos que davam apoio e sustentação ao imperador D. Pedro I nos meses que sucederam ao ato simbólico não permite dizer que existiu estabilidade durante o Primeiro Reinado. É correto observar que foi a crise, não a estabilidade, o tom a colorir o cenário após o festivo final de ano de 1822. Muitos foram os fatores corroborativos, vamos destacar alguns:

- adoção de modelo centrista-absolutista em confronto com os propósitos federalistas e liberais da maioria das representações políticas provinciais;
- embate eivado pela xenofobia entre brasileiros e portugueses apoiadores de D. Pedro I que em regra foi sensível às reivindicações de seus pares portugueses;
- desentendimento político e pessoal entre o Imperador e o principal articulador das ações em prol da Independência. José Bonifácio de Andrada e Silva, centrista e favorável à limitação dos poderes do monarca via parlamentarismo;
- recrutamento forçado, contração de mercenários e endividamento público para a manutenção do modelo centrista frente às propostas federalistas e separatistas das províncias;
- questões pessoas-familiares em duas ordens e continentes: 1. as afrontas à D. Leopoldina, aos valores e padrões morais sociais dos casos extraconjugais do imperador; em especial a complicada presença pessoal e política de Domitila de Castro Canto e Melo; 2. a questão de sucessão ao trono português após a morte de D. João VI em 10 de março de 1826;
- a péssima situação financeira do Estado e da máquina pública, com os constantes golpes na arrecadação alfandegária promovidos pelas renúncias fiscais destinadas aos "países amigos" em troca do reconhecimento.
- a Guerra Cisplatina, que resultou em derrota brasileira e Independência do Uruguai, com perda do território, do prestígio e dinheiro.

Enfim, o suceder dos anos não trouxeram ao Império, nem ao imperador, a tranquilidade desejada. Passadas as pressões de 1821/22 para a Independência

do Brasil, vieram as guerras e com elas as despesas de armamentos, suprimentos e contratação de mercenários. Findadas as guerras de independência persistiam os trabalhos na busca do reconhecimento internacional de nossa independência. Sem base política sólida, desfigurando administrativamente e financeiramente o Império dava sinais de exaustão no final da década de 1820. O ostracismo do imperador, sempre tão efusivo, sinalizava o ocaso do Primeiro Reinado.

A última sessão da Assembleia Geral (Câmara dos Deputados e Senado do Império) trouxe uma desagradável surpresa à Monarquia: o corte orçamentário, para o biênio 1831/32, de 1/3 dos gastos gerais do governo e de 1/4 nos gastos militares. A lei apresentada na Câmara fora rejeitada no Senado. Os deputados em manobra política espetacular obrigaram a uma sessão conjunta da casa para apreciação da matéria, que acabou aprovada.

Um dado interessante, em resposta ao predomínio do analfabetismo e da ignorância no período, é a forte presença do clero (membros da Igreja Católica) no Parlamento Brasileiro. A Câmara dos Deputados teve médias sempre superiores aos 22% (1826: 22,5%; 1830: 22%). Em 1834, na terceira legislatura, primeira após a abdicação, foi de 24%. No dizeres de Raymundo Faoro (1989, p. 372) "[...] seriam apenas a magistratura e o clero as únicas categorias cultas do país". A partir desta entra em decadência, provavelmente pela melhoria da alfabetização.

O imperador, que ficava cada dia mais isolado, buscou apoio em Minas Gerais em uma viagem com sua segunda esposa, D. Amélia. Não poderia ter sido pior: frieza e descaso marcaram a rápida passagem imperial. De volta ao Rio a crise política havia piorado. Manifestações eclodiam em toda a cidade. Os portugueses preparam uma recepção à comitiva imperial, conhecido por "Ode ao Imperador", com fogueiras e luminárias espalhadas pelo centro do Rio. Os brasileiros em reação às manifestações organizaram-se em grupos para apagar as fogueiras e destruir as luminárias, não raro com ataque a casas e moradores que haviam preparado demonstração de afeto. O clima era de guerra. Houve vários óbitos nas manifestações que ficaram conhecidas como "As Noites das Garrafadas" (primeira quinzena do mês de março de 1831).

Em 7 de abril de 1831, D. Pedro, sem apoio popular, isolado em seu grupo, sofrendo forte oposição das ruas e dos quartéis renunciou em prol de seu único filho do sexo masculino, D. Pedro, que recebera o título de D. Pedro II. Era o fim do Primeiro Reinado que, para muitos historiadores, marcou o real início da história do Brasil independente.

Seção 2 Período regencial (1831-1840)

2.1 Acomodação política

Com a saída de D. Pedro I e a menoridade de D. Pedro II o Brasil vivenciou fase decisiva em sua história. Com um imperador impossibilitado de governar, em respeito à Constituição que exigia idade mínima de 18 anos, o país durante as regências passou por grande fase transformadora na política, na sociedade e na economia. Politicamente há a consolidação da monarquia-única longeva da América, com a unidade territorial preservada e a construção das bases políticas que predominaram por todo o século XIX e primeira fase do século seguinte (até a Revolução de 1930). O cenário nacional das condições sociais, em regra péssimo, sofreu agravamento com diferentes regiões do país em busca de novas condições de vida e de trabalho, fator que contribuiu para o fortalecimento das regionalidades, particularmente no sul, como São Pedro do Rio Grande do Sul, entre outros, definindo os valores de nacionalidade, afirmação regional e cidadania, com reflexos nos dias atuais.

Pode-se dizer que “os regentes” das regências foram escolhidos pela Assembleia Geral; particularmente pelo grupo majoritário conhecido por Liberais Moderados, que tinham como opositores os liberais exaltados e os restauradores.

O grande desafio dos políticos catapultados ao poder era manter um país dentro dos trilhos, até a posse definitiva de D. Pedro II. Missão hercúlea dentro das condições em que ficou o Império quando da saída de D. Pedro I. O recurso da presença militar constante foi empregada na ausência — ou melhor, inexistência — dos canais de diálogo Estado-sociedade. Destacadamente personificada em Lima e Silva.

Para saber mais

Francisco de Lima e Silva, em tese lembrado por ser pai do futuro Duque de Caxias, descende de família de militares: seu pai José Joaquim de Lima e Silva era Marechal. Francisco tem longa carreira prestada ao país, entre outras atividades comandou o fuzilamento de Frei Caneca, após a Confederação do Equador, assumiu o comando das tropas na deposição/abdicação de D. Pedro I etc.

Foram nove anos da abdicação de D. Pedro I, em abril de 1831, ao golpe da maioridade em julho de 1840. Divididos politicamente em duas fases: o avanço liberal de 1831 a 1837, e o retrocesso conservador até 1840. É possível dizer que os moderados agruparam-se a partir do projeto de resistência ao absolutismo de D. Pedro I; entre as teses defendidas pelo grupo estava a manutenção da monarquia centralizada e da ordem vigente — latifundiária e escravista. Os Exaltados tinham como maior característica reunir diversas tendências antiabsolutistas, pregando a limitação do poder monárquico com a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Alguns membros mais exaltados — daí o nome — pregavam o fim da monarquia e a proclamação da República.

Moderados e exaltados tinham uma bandeira em comum: o federalismo. "O federalismo, como se sabe, aparecia como contraponto a uma organização centralizadora que, herdada do Estado português, permanecia e se rearticulava após a independência [...]" (MOREL, 2003, p. 28). Entre suas defesas estava a maior autonomia provincial, característica que ganhou força e amparo legal à Primeira República (1889/1930).

Os restauradores eram monarquistas nos moldes absolutistas da Constituição de 1824, defendendo a manutenção do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado vitalício. Os membros mais extremados pregaram a união com Portugal ou a volta de D. Pedro, tendo grande poder harmônico em suas defesas, apenas sem grande capacidade de interferência por ter reduzido número de membros. Após a morte de D. Pedro I agruparam-se aos regressistas, em oposição aos progressistas, contribuindo para a formação do Partido Conservador no Segundo Reinado.

A inusitada monarquia brasileira levantava dúvidas e questionamentos externos sobre os reais interesses da jovem nação e a constituição de um "império", desde o simbólico 7 de setembro; estariam entre os planos brasileiros conquistar territórios? Poderia ser confiável e longeva a monarquia brasileira? O regime instaurado apresentava solidez sustentável? Estas dúvidas e outras, herdadas do Primeiro Reinado, não obtiveram resposta ponderada capaz de produzir êxito nas relações com os demais países latino-americanos. Alguns conflitos adiados e a tensão permanente, que acompanharam todo império brasileiro, não produziram conflitos bélicos; sem que houvesse trégua nas desconfianças e instabilidades da política externa brasileira. Há um obsequioso acomodar silencioso, imposto basicamente pelos conflitos internos, que arras-

taram as diferentes regiões do país para à guerra civil. O tema voltara à pauta no Segundo Reinado, com conflitos platinos recuperando, em parte, alguns dos temas e feridas abertas e/ou resgatadas pelos portugueses da dinastia de Bragança — D. João e D. Pedro.

O ouro, grande riqueza do século XVIII, desapareceu por completo. Após a Casa da Moeda reduzir a participação do metal, substituído pela prata, que foi sucedido pelo cobre que conduziu a emissão sem lastro e falência da Casa da Moeda em 1828. A arrecadação resumida aos 15% sobre a exportação, entre outros fatores pela enorme dificuldade de cobrar impostos com tantos conflitos bélicos e não pagamento dos salários aos funcionários públicos, não dava suporte orçamentário ao Estado — "pobre e endividado". A livre concorrência sufocava a produção nacional em diferente setores, sem produção não há arrecadação. Em síntese a máquina estatal estava falida; com dívidas internas e eternas nas alturas — obrigando a crescentes aumento das taxas de juros; sem sistema financeiro funcionando; sem capacidade de produzir, gerar renda, trabalho e riqueza. Neste cenário despontará o café (PRADO JÚNIOR, 1985a).

Bem diferente da política externa, que entrou em letargia no Período Regencial, a economia (leia-se produção agrícola) renascerá gloriosamente, em efeito fênix, graças à expansão contínua do plantio da rubiácea, transformando o café em produto "rei", grande responsável pela acomodação política do império a partir da década de 1840. Para muitos foi a desenvolvimento agrícola na metade do século XIX que salvou o Império, colaborando na preservação de suas bases territoriais, políticas, sociais, financeiras etc.

Os latifundiários temerosos dos conflitos que colocavam em xeque os privilégios estabelecidos historicamente pelos séculos mobilizaram-se contra os excluídos econômico-socialmente, que sinalizavam de norte a sul do país a existência de movimentação — com maior organização ou não — contra a ordem estabelecida apresentando a solução mágica para os conflitos locais: a militarização dos coronéis. O temor das elites latifundiárias mobilizará as representações políticas a buscar uma solução rápida para o problema; a resposta rápida foi instituir a Guarda Nacional, que motivou a perpetuação do poder.

2.2 O Ato Adicional

Com a saída abrupta do Imperador e a orfandade político-administrativa predominando no ano de 1831 surgiram muitas propostas de modificação do sistema e forma de governo. Basicamente o tema tinha por pauta o retorno das

bases locais, a partir do Federalismo, em oposição ao centralismo forjado em consequência da presença da Família Real no Brasil e imposto por D. Pedro e José Bonifácio nos primeiros anos do Império. Em pauta estava, além da monarquia federalista com preservação do Império, a extinção do Quarto Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do cargo de senador. Todos aprovados pela Câmara dos Deputados e reprovados pelo Senado do Império — lembre-se de que a Assembleia Geral era formada por "duas casas independentes", sistema que vigora até hoje no Brasil e muitos outros países. A não aprovação das leis que sinalizavam avanços liberais não sepultou o debate sobre o tema; prova disso foi a aprovação do Código de Processo Criminal, em novembro de 1832. Para muitos um passo federalista e democrático importante por ampliar os poderes do Juiz de Paz e instituir o *habeas corpus*.

Links

Você pode acessar ao Código de Processo Criminal, de 1832, disponível no endereço: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm>.

Para saber mais

O **Juiz de Paz** estava previsto no artigo 161 da Constituição do Império; era eleito, a exemplo dos vereadores para mandatos de 4 anos, e tinha o dever de mediar pequenos conflitos, poupando a complexa, onerosa e burocrática máquina judiciária. O conceito jurídico de "conciliação" era antigo; previsto nas Ordenações Afonsinas (1446) e presente na "Constituição Francesa de 1791 que deu contornos modernos a essa prática".

A força das bases liberais em diferentes províncias manteve acessa a chama dos temas federalistas e democráticos, que no ritmo das legislaturas parlamentares brasileiras acabou por influenciar a primeira — e maior — reforma constitucional: o Ato Adicional, de 1834. Sua aprovação ampliou o poder federativo ao transformar os Conselhos Gerais das Províncias — com poder consultivo — em Assembleias Legislativas, com amplos poderes.

O Ato Adicional também instituiu o município neutro do Rio de Janeiro e transformou a Regência Trina em Una, com previsão da eleição do Regente pelo voto direto dos cidadãos ativos. Pela mesma lei o Conselho de Estado, que foi responsável pela elaboração da Constituição, foi abolido. Juridicamente

o Ato é considerado um grande avanço no poder de negociação dos diferentes grupos em disputa pelo poder e em relação à Constituição de 1824.

Uma característica centralizadora mantida foi de que os Presidentes de Província continuaram a ser escolhidos e nomeados pela Regência. Outro tema sempre atual no embate poder central *versus* poder local — províncias e municípios — também mereceu crítica severa: a distribuição da arrecadação tributária. Pelo fato de que os "[...] recursos permanece[ram] nas mãos do governo imperial graças à Lei de Responsabilidade Fiscal, de 1832, que classificava as rendas em provinciais e gerais, cabendo à administração central a partilha dos recursos" (MOREL, 2003, p. 30).

Para saber mais

A regulamentação das funções do Juiz de Paz ocorreu em "outubro de 1827, após a abertura da primeira legislatura em 1826. Deputados e senadores se dividiram em duas grandes tendências: os juízes de paz deveriam estar limitados aos termos constitucionais, ou seja, eles deveriam ser simples conciliadores ou deveriam receber amplas atribuições judiciárias, policiais e administrativas. A segunda tendência saiu vitoriosa; fato confirmado e amplificado depois da promulgação do Código de Processo Criminal em 1832.

2.3 A Regência Una

Padre Feijó, que comandara o golpe fracassado dos moderados, em 1832, contra a Assembleia Geral na tentativa de transformar os próximos deputados eleitos em deputados constituintes, foi eleito primeiro Regente Uno, em 1835. Sua eleição marcou o divisor político das regências, com novas acomodações políticas: os moderados passaram a ser denominados Progressistas (Liberais) e, em oposição, nasceram os Regressistas (Conservadores). Em base simples a origem da divisão tem ligação com a crença na ampliação ou redução do poder político centralizado para resolução dos graves problemas econômicos, sociais e políticos. Em 1835 houve várias revoltas sociais e políticas em todos os cantos do país: na Bahia tivemos o Malês; no Rio Grande do Sul, os Farrapos; no Grão-Pará, a Cabanagem. O Regente Feijó entrou em choque com a Assembleia Geral exigindo mudanças que lhe dessem maior poder e autonomia. As eleições de 1836 trouxeram profundas mudanças políticas, com a eleição de novos deputados que representavam os anseios de uma elite poderosa e com capacidade de organização para defender e garantir seus interesses, pregando a necessidade de revisão do Ato Adicional de 1834, ampliando o poder centralizado.

Feijó, um progressista, não foi capaz de entender as mudanças e acabou isolado politicamente, principalmente ao deixar dúvida sobre sua posição com relação à escravidão, contribuindo para tal isolamento suas brigas com a Igreja Católica por pregar o fim do celibato clerical. Padre Feijó pressionado recorreu a uma medida radical: um golpe. "Tudo foi tramado na Chácara da Floresta, residência do padre José Custódio Dias. A José Bento coube a edição da constituição [...]. O golpe não foi vitorioso, embora estivesse próximo de ser" (PASCOAL, 2007, p. 1, grifo do autor).

Sufocado pelas revoltas e revoluções, sem apoio das elites, dos políticos e da Igreja, em descrédito pela tentativa golpista, "Imprensado por crises políticas, disputas entre os grupos dirigentes e rebeliões que se alastravam, o padre Feijó renuncia à Regência, sendo sucedido em 1837 pelo pernambucano (e partidário do centralismo) Pedro de Araújo Lima" (MOREL, 2003, p. 30-1).

Araújo Lima cercou-se de políticos que representavam a nova composição político-econômica para formar a estrutura de governo necessária àquele momento histórico. O grupo *regressista* deu maior atenção ao ordenamento jurídico, político e administrativo, com a força majoritária destinada a "dar cara de estabilidade", e sob "[...] o temor do "abismo da revolução" [produzindo] uma aproximação destes com os moderados, isolando os exaltados" (FELDMAN, 2006, p. 1).

Em consonância com as medidas de caráter conservador, Pedro de Araújo Lima buscou concentrar poderes em mãos militares; não havia confiança e as revoltas crescentes sinalizavam a necessidade de um aparato militar disciplinado, minimamente preparado e sob ordem de comando de homens preparados para as atividades bélicas. Para o comando do Ministério da Guerra, cargo fundamental para os planos dos conservadores contrários aos modelo descentralizado instituído anteriormente, foi nomeado o "[...] Tenente-Coronel Sebastião do Rego Barros. Uma das primeiras medidas daquele gabinete foi promulgar um decreto que trazia muitos oficiais de volta à ativa, restabelecendo, portanto, as tropas de terra [...]" (RODRIGUES, 2006, p. 1).

Para saber mais

Nascido em 18 de agosto de 1803, no Estado de Pernambuco, Sebastião do Rego Barros concluiu o bacharelado em ciências matemáticas na Alemanha pela Universidade de Gottingen. No retorno ao Brasil, ingressou no corpo de Engenheiros do Exército, onde atingiu o posto de tenente-coronel. Faleceu a 7 de março de 1863.

Paralelamente ao fortalecimento das bases militares, preservando-se a Guarda Municipal, com os coronéis da Guarda Nacional passando a serem nomeados e não mais eleitos, o novo governo, presidido por Pedro de Araújo Lima, fez valer a força da maioria na Assembleia Geral. Apresentou propostas de modificações, que foram aceitas, no Ato Adicional de 1834; que foi *"preservado e mutilado"* em seu fundamento básico de descentralização, via aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional. Pela nova interpretação da lei foram devolvidos os poderes de comando e gerenciamento ao governo central e reduzindo o poder das Assembleias Provinciais. "Os aspectos considerados mais democráticos ou descentralizadores do Código de Processo Criminal e do Ato Adicional seriam reinterpretados (eufemismo para sua anulação) por leis mais conservadoras" (MOREL, 2003, p. 31).

> Hermes Lima, no prefácio que escreveu para a obra *A Queda do Império* de Rui Barbosa, traduziu o Regresso como um mecanismo político e estratégico dos grupos que se destacaram do bloco liberal-moderado no exato momento (1835-37) em que a expansão do café no Vale do Paraíba demandava maior ingresso de africanos. A propriedade escrava e, no seu bojo, o tráfico, passavam a ser, efetivamente, o eixo de uma economia. [...] Os cafeicultores almejavam um Estado forte, uma administração coesa capaz de manter, a todo custo, a unidade nacional (BOSI, 1988, p. 201).

Após o Golpe da Maioridade houve amplo avanço conservador sobre os órgãos e aparelhos administrativos representativos do poder liberal; os principais alvos foram o Conselho de Estado e o Código de Processo Criminal.

2.4 As revoltas regenciais

O império herdou mazelas estruturais que só se agravaram com as décadas, como a manutenção da escravidão, a consolidação da terra como um bem político e não econômico, a exclusão da maioria pelo sistema de voto censitário, abandono das populações interioranas, além de profundas diferenças econômicas motivadas pela má distribuição da renda. Agravando-se os problemas estruturais, temos a piora do quadro econômico-financeiro após a falência do Banco do Brasil em 1828. Os militares de carreira abandonaram quase por completo a hierarquia militar e passaram a atuar diretamente nos movimentos para a deposição de D. Pedro I; após a abdicação as revoltas e insubordinações militares, sempre identificadas com ações e fomento dos exaltados, não

cessaram. Fator preponderante da instituição da Guarda Nacional, com redução drástica do efetivo das tropas regulares terrestres e "quebra do monopólio estatal" sobre o aparelho militar com poder de força e violência legitimada, em nome da manutenção da ordem — uma grave fissura dos conceitos e das estruturas do Estado Moderno.

Se, em parte, a redução dos efetivos do exército em 1831 e 1837 diminuiu os custos militares e mitigou a importância dos efetivos terrestres, também reduziu a capacidade de ação contras os revoltosos civis. Nesse momento vários movimentos e revoltas, com profundas diferenças ideológicas, sociais e políticas, colocaram em xeque o poder central e a unidade territorial. Não há possibilidade de quantificação dos movimentos que sacudiram o período, com alguns deles antecipando as datas simbólicas de 7 de abril de 1831 e 23 de junho de 1840. Muito além dos atos de insurgência com recurso bélico existe grande onda de boatos sobre revoltas e organizações contra vida, incluindo ações contra o Presidente Regencial e o Imperador D. Pedro II. Entre os mais estudados considera-se as revoltas em Pernambuco: Setembrada e Novembrada, em 1831; a Abrilada, em 1832; a Carneiradas, em 1834. Na Corte do Rio de Janeiro temos quase uma dezena de movimento nos primeiros 30 meses das Regências. Paz, com certeza, não era um dos adjetivos possíveis ao período, embora sempre sonhado. Entre os muitos movimentos é possível destacar um dos maiores movimentos civis da história brasileira, a Guerra dos Farrapos.

Links

Para conhecer na íntegra o texto tratado do Ponche Verde, que selou a paz na Guerra dos Farrapos, acesse ao site <http://www.pampalivre.info/tratado_ponche_verde.htm>.

2.5 As revoltas na Bahia

A Bahia vivenciou situações extremas no século XIX: decadente, acolheu a Família Real antes de sua instalação definitiva no Rio de Janeiro e observou o crescimento econômico e político do sul, em especial de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ocupando espaço de outrora nordestino. A crise econômica após invasões holandesas no século XVII foi minimizada com o renascimento agrícola do final do século XVIII, mas incapaz de resgatar a tradição, a renda e o poder político. O Nordeste, e em especial Salvador, experimentaram pro-

funda crise de produção e renda, agravada pela escassez constante. Some ao descontentamento econômico e financeiro, com muitas famílias na ruína, o descontentamento político que se arrastava desde as Guerras de Independência. Muitos dos *vitoriosos* nos conflitos pós 1822 estavam descontentes — fato agravado entre os *derrotados*. Um clima de insatisfação, com forte divergência e, não raro atrito, predominava em meio às diferentes camadas sociais e nas relações de poder; com as disputas entre *portugueses* e *brasileiros*, escravistas e escravos, privilegiados e excluídos economicamente, politicamente e socialmente. A autoridade estava constantemente em xeque.

No plano social há a particularidade de ser Salvador — e a Bahia por extensão — a região brasileira com o maior recebimento de africanos, na condição de escravos, por um período mais dilatado, fato que a transformou na "*cidade mais afro do Brasil*" com influências culturais que a distinguem das demais capitais brasileiras, nascidas ou não no período colonial. Em agravante ao contexto histórico e social o início do século XIX ficou marcado pelo crescimento dos movimentos quilombolas, revolucionários e abolicionistas do período. Fermento para uma das revoltas a ser estudada neste livro, o levante Malê.

2.6 O movimento Malê

Na língua ioruba (ou nagô), *imale* significa islamita ou muçulmano, origem da expressão *malê*. Eram africanos alfabetizados e com fama de bons comerciantes originários da baía de Benin. Responsabilizados pelo aumento das rebeliões afrodescendentes na primeira metade do século XIX, protagonizaram um movimento africano objetivando a construção de uma nação livre com a ocupação do Recôncavo Baiano e de Salvador.

A organização da revolta teve seu início quando da proibição da celebração islâmica *Lailatal-Miraj* e destruição de uma mesquita em novembro de 1834. A data para o levante foi marcada para 25 de janeiro, um domingo, dia de Nossa Senhora da Guia, com festa religiosa e tradicionalmente relaxamento da vigilância. Era data, também, do fim do Ramadã.

Para saber mais

Lailatal Miraj é um dos festivais mais importantes do islamismo, quando se celebra a viagem noturna do profeta Maomé.

A feliz coincidência da data não deve dar margem para traduzir o movimento como "islâmico", ou guerra santa — *jihad* — como poderia parecer a princípio. A influência do islamismo está no sincretismo religioso e na alfabetização de seus membros. Fator de diferenciação sociocultural. A participação das diferentes etnias na organização do movimento nasceu do livre contato entre escravos de ganho e forros no cotidiano urbano comercial da cidade de Salvador, em especial na região do Pelourinho e do adro da igreja matriz.

O movimento não chegou a ter ação efetiva, graças — tudo indica — às denúncias anônimas, que motivaram poucas horas antes de seu início (marcado para às cinco horas) a movimentação das tropas governamentais que desencadearam o processo repressor, com invasão de várias casas. As ações conduziram à descoberta de um grupo formado por aproximadamente setenta africanos que ultimavam os preparativos para o movimento. Antes da invasão pelas forças repressoras, os rebeldes romperam o cerco aos gritos de "mata soldado" e tentaram invadir a delegacia e alguns quartéis, sendo contidos pelos soldados. Derrotados em seu intento e em liberdade muitos dos sobreviventes fugiram para o interior do Estado e para outras províncias. Na capital baiana o número de mortos pelo conflito aproximou-se de oitenta. Cerca de quinhentos foram presos, dezesseis deles condenados à morte (VAINFAS, 2002). O temor de um levante negro tomou conta de boa parte das províncias e da Corte; especialmente nas regiões com maior fluxo migratório africano em atendimento à demanda econômica.

Importante observar que o medo não fez mudar a forma de tratamento escravista ou providenciar mudanças que contribuíssem para minimização dos danos causados pelo escravismo; não há relatos de movimentos humanitários ou político em prol de políticas públicas de proteção aos escravos, seus descendentes e demais mazelados pela exclusão econômica e social. A resposta do governo federal, preocupado com a crescente onda de boatos e possíveis ações/reações revolucionárias, de parte dos africanos radicados em sua maioria à revelia de sua vontade no país, foi baixar nova legislação punitiva aos negros rebeldes. Em 10 junho de 1835, a Lei número 04 ampliou as penalidades, em especial facilitando a aplicação da pena de morte, via rito sumário, contra negros e afrodescendentes rebeldes (VAINFAS, 2002). O agravamento das penalidades fez ampliar as ações contra os movimentos negros e suspeitos de movimentação antiescravista; a dura repressão ao levante, no primeiro momento, não sinalizou arrefecimento dos ânimos rebeldes — as motivações eram maiores. Quilombos e revoltas multiplicaram-se na segunda metade do século XIX.

O emprego da lei, celeremente aprovada e disponibilizada à execução, não trouxe os resultados esperados. Em sua maioria os carrascos a serviço do Estado eram negros, que em solidariedade com os irmãos de cor e, principalmente, com as condições de exclusão de que eram/estavam submetidos descumpriam as ordens de pena capital. Resultado: “[...] faltava carrasco para a execução da pena máxima” (SOARES, 2001, p. 1).

2.7 A Sabinada

A Sabinada não foi uma revolução popular, nem propositora de mudanças estruturais, mas sim uma revolta de proprietários e classe média contra os moldes e decisões políticas do governo situado no Rio de Janeiro. As propositivas e causas do movimento encontram-se expostas no texto de abertura do tema “**As revoltas na Bahia**”. O movimento foi deflagrado em 7 de novembro de 1837, data da apresentação da proposta de separação da província à Câmara Municipal, com convocação de uma Assembleia Constituinte, pelo médico e líder do movimento Francisco Sabino e da revolta militar no Forte de São Pedro (VAINFAS, 2002). O registro de recebimento do documento que registrava a proposta, assinado por 104 pessoas, foi objeto de revisão inclusiva dois dias depois (09/11/1837); a alteração estabelecia que a República teria caráter provisório: até a maioridade do Imperador D. Pedro II.

Basicamente suas defesas tinham por pauta o federalismo e a convocação de uma Assembleia Constituinte, declarando-se republicanos e constituindo um governo autônomo até a maioridade de D. Pedro II.

O isolamento típico da classe média e de seus movimentos acabou sendo a maior característica do movimento, com a fuga em massa da população, a começar pelos comerciantes portugueses e pessoas ricas (que carregavam todos os bens possíveis), seguidos pelos funcionários públicos, sem nenhuma ação do movimento revolucionário para conter a debandada.

A ação do governo foi bloquear Salvador, fragilizar o movimento internamente, aproveitando-se de suas fissuras políticas, sociais e ideológicas. O bloqueio marítimo começou a dar sinais de eficiência na segunda quinzena de dezembro: faltou farinha de trigo e mandioca. A resposta dos revoltosos foi aumentar os salários dos ministros e do presidente da República Bahiense em defesa da dignidade dos mesmos.

Isolados, com escassez de alimentos, sem apoio fora de Salvador e perdidos nas decisões, fizeram opção por oferecer alforria aos escravos nascidos

no Brasil que se alistassem para atuar contra o governo federal. O decreto previa a indenização aos proprietários dos escravos, demonstração do caráter conservador (contrário ao abolicionismo) da revolta, preocupação em manter a noção de propriedade atribuída ao escravo. O ato não agradou a todos, mormente os escravistas que tinham vivo na memória os episódios da revolta Malê, acentuando a divisão interna entre os revoltosos.

Mais uma vez o império desencadeou violenta repressão, resultando em atos de barbárie de ambos os lados, fator primordial para o elevado número de mortos. A Revolta só foi controlada após três dias de pesados bombardeios a Salvador e de a fome minar a revolta (RIBEIRO, 2011). As ações repressoras foram absolutamente imoderadas. Marco Morel, em "O Período das Regências", fala em uso excessivo de forças "desmedida" com cálculos de cinco mil o número de mortos em combates (MOREL, 2003). Por sua vez José Iran Ribeiro (2011, p. 63) destaca que "[...] a luta resultou num saldo de 594 legalistas e 1.091 rebeldes mortos, e 2.989 prisioneiros".

2.8 Revolta dos Cabanos ou Cabanagem

A matriz geradora da revolta popular na região norte do país reside na exclusão social e econômica que caracterizou o século XIX, com resistência em muitas localidades do Brasil atual. A tensão histórica, ora velada ou encapsulada, alimentou a revolta. Pela primeira vez a população indígena assumiu o papel de protagonista, colocando em pauta suas reivindicações e divergências políticas. "Os discursos e as bandeiras das lideranças que se pronunciaram [...] eram marcados por críticas à centralização do governo imperial e pela defesa do combate aos privilégios dos grupos locais" (MOREL, 2003, p. 62).

As origens históricas são profundas, remetem ao confronto das Guerras de Independência, quando violenta repressão desencadeada por mercenários comandados por John Grenfell sufocou os sonhos autonomistas federativos da Província do Grão-Pará. Os sobreviventes remanescentes se rearticularam formando uma facção liberal radical que continuou buscando seus ideais sempre em oposição ao governo e às elites comerciais, defensora do projeto imperial luso-brasileiro, com apoio das camadas populares excluídas e miseráveis da região norte do Brasil: "[...] pequenos lavradores, militares e grande quantidade de Índios e caboclos, além de escravos" (MOREL, 2003, p. 61).

A guerra tem seu início em janeiro de 1835 após tropas governamentais matarem o líder oposicionista membro da facção liberal radical, Manuel Vinagre.

O que se seguiu foi uma sucessão de "brigas" e desentendimentos que resultou na ruptura entre os revolucionários, fator de facilitação das ações — sempre violentas — do Governo Federal.

"Desafiando e impondo derrotas ao governo das Regências, os cabanos ficaram no poder por mais de um ano. Declararam-se separados do Rio de Janeiro [...]" (MOREL, 2003, p. 62), fato que contribuiu para exacerbar o rigor da repressão. "A Cabanagem no Pará foi a rebelião mais violenta. [...] as lutas que se sucederam foram marcadas por um número incalculável de mortes, destruição generalizada e atrocidades até 1839" (RICCI, 2003 apud RIBEIRO, 2011, p. 1).

2.9 Golpe da Maioridade

O constante clima de tensão alimentado pelas revoltas sociais, políticas e militares do Período Regencial produziram nas elites políticas e econômicas, mormente na elite latifundiária do Rio de Janeiro, ligada ao renascimento agrícola do sistema *plantation* pelos braços fortes do Rei Café, a percepção da necessidade de intervir no cenário político-administrativo.

Tendo em vista que as Regências não demonstraram capacidade de conter as agitações e/ou revoluções, separatistas ou não, o grupo de políticos conservadores que formavam ala política conhecida por "progressistas" buscou caminhos para o retorno ao poder político nacional. A base do projeto residiu na antecipação da maioridade de D. Pedro II, visando solucionar a *anarquia reinante*. Coube a dois experientes políticos (Antônio Carlos de Andrada e Padre Feijó) a construção do caminho seguro até o poder.

Após conchavos políticos formou-se uma comitiva com o objetivo de *garimpar* junto ao imperador D. Pedro II, em sua residência, as condições e possibilidades de sua participação no projeto de antecipação de sua maioridade, condição política capaz de lhe garantir a posse imediata. O imperador prontamente aceitou, aderindo ao movimento da Maioridade, que anulou o artigo constitucional (Art. 121 da Constituição de 1824) que exigia dezoito anos completos.

A Assembleia Geral no dia 23 de junho de 1840 reconheceu a maioridade de Pedro II, então com 15 anos incompletos, o que dará início ao mais longo período de um governante à frente do Estado brasileiro (49 anos).

Comumente se diz que o Golpe Liberal da Maioridade evitou a República, o que seria, para muitos, uma evolução lógica da fase regencial. O golpe garantiu as estruturas e privilégios defendidos pela elite latifundiária, em especial dos novos agentes econômicos e sociais vinculados à expansão cafeeira. O ato maiorista

veio construir divisor importante entre as crises políticas, econômicas, financeiras, sociais etc., que a elite em ascensão gostaria de esquecer, e o desenvolvimento do sistema cafeeiro, sinalizando uma possibilidade de luz no fim do túnel.

Para concluir o estudo da unidade

A unidade territorial, o escravismo, o latifúndio etc. foram preservados à custa das exclusões econômicas, sociais e políticas — entre outras. Uma ideia que acreditamos estar presente no texto é a de que quando somos herança dessa lamentável fase histórica, a sugestão é se aprofundar no tema com resgates dos autores utilizados nesta atividade.

Resumo

O texto da unidade abordou, em síntese, as crises sociais, econômicas e políticas do Primeiro Reinado e Período Regencial.

Atividades de aprendizagem

1. Qual era o clima político predominante no país logo após o ato simbólico de 7 de setembro?
2. O império nascido em 1822, fruto de longa construção histórica e da herança imediata da presença da Família Real portuguesa no Brasil foi atípico. Comente.
3. Quais eram os grupos políticos majoritários na Assembleia Geral em 1823 e suas principais defesas políticas?
4. Aponte os quatro principais itens da Constituição de 1824.
5. Faça uma síntese da Confederação do Equador.
6. Aponte três razões para a crise do Primeiro Reinado.
7. Quais as principais características do Regresso Conservador?
8. Faça uma síntese da cabanagem no Pará.
9. Quais são os fatores motivacionais da Guerra dos Farrapos?
10. Caracterize o Golpe da Maioridade.

Unidade 5

O segundo reinado

Objetivos de aprendizagem: Na unidade final deste livro temos as grandes transformações do país a partir do crescimento econômico, que impulsionou as imigrações — internas e externas — que resultaram em urbanização e novos valores culturais. O principal objetivo é construir um juízo de valor sobre o poder econômico nascido a partir da expansão cafeeira, que motivou as migrações e transformou o cenário brasileiro.

Seção 1: **O café**

Nesta primeira seção há uma ênfase no café, logicamente sem preterir outras economias que contribuíram para a construção da diversidade agrícola brasileira, com povoamento das diferentes regiões, fortalecimento do regionalismo e consolidação dos valores culturais pautados pela multiplicidade.

Seção 2: **A política interna**

Será apresentado o teatro da política partidária, mitigada pelo sistema eleitoral de voto censitário, controlada pelas bases locais, sem a valorização das diferenças ou ideologias. Na mesma seção temos a política externa e seus conflitos, com ênfase na Guerra do Paraguai.

Seção 3: **O caso do Império**

Abordamos a crise do Império, com destaque para o abolicionismo e republicanismo; este sem capilaridade, entre outros fatores pelo sistema eleitoral. O construir ímpar da República em 15 de novembro de 1889 dá tons finais ao livro.

Introdução ao estudo

A unidade aborda a economia do Segundo Reinado, com ênfase no café, sem preterir as demais economias que construíram os valores do regionalismo nacional. Na explosão do "rei café" temos a construção dos valores da política partidária, caracterizada pela ausência das ideologias.

No final da Unidade destacamos a política externa (com seus conflitos) e a crise do Império e os movimentos Abolicionista e Republica.

Seção 1 O café

O "rei café" tornou possível ao Império construir (minimamente) um ideal de nação, mormente na segunda metade do século XIX. Sem temor é possível afirmar que antes das transformações nascidas da expansão cafeeira o Brasil pouco — ou nada — diferenciava das demais economias latino-americanas; dependente, subserviente, agrícola e fragmentado regionalmente. Sem romper com a estrutura fundiária e exportadora (*sistema plantation*), o café, que se tornou bebida pelas mãos dos árabes, construiu valores de nacionalidades ligando as diferentes regiões brasileiras pelo telégrafo e pela ferrovia aos centros de comercialização e exportação da produção, mormente ao Rio de Janeiro.

Para saber mais

A expressão "rei café" nasceu dos "barões do café" e teria sido pronunciada pela primeira vez na Assembleia Geral, tornando-se representação da verdade, lamentavelmente. O foco sobre o "rei café", que transcende ao período do Império, acabou por comprometer o amplo desenvolvimento econômico do país com algum descaso de administradores, agentes públicos e do Estado para as demais produções. Que sem políticas públicas de incentivo — fiscais ou não — sem restrições à livre entrada de produto concorrente e, principalmente, sem acesso a créditos pouco se desenvolveu no período imperial. É a reedição da "doença holandesa"

A história do café no Brasil tem enredo pouco provável, com o sargento Francisco de Mello Palheta recebendo mudas da mulher do governado da Guiana Francesa, quando de sua rápida partida, precipitada por rumores e boatos. "A cultura do café não representa nada de apreciável até os primeiros

anos do século passado [XIX]. [...] O Brasil entrará muito tarde para a lista dos grandes produtores" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 158-9).

Sabemos de sobejo que o café, a exemplo de toda e qualquer economia em um país, dependente financeiramente das exportações, como é o caso brasileiro, expande-se para atender à demanda crescente do produto no mercado internacional, favorecido por fatores como o longo período de grande crise econômica, solo e clima adequados. A expansão foi tão rápida, de impacto não visto antes, que o vale do rio Paraíba do Sul tornou-se rapidamente o vale do ouro verde, com alguns exagerados chegando a dizer que "[...] o Brasil é o Vale" (VAINFAS, 2002, p. 107).

A febril expansão, dentro das condições sociais e históricas expostas, possibilitou ao empreendimento cafeeiro sobrepor grandes barreiras intrínsecas ao cultivo da rubiácea e preterir oposições logísticas de transporte do produto para a exportação e de importação dos insumos para a produção; valorizar condições escravistas superadas em outras localidades do mundo, em especial nos grandes centros econômicos e financeiros; expandir fronteiras para terras não agricultáveis, com valores de implantação majorados pelo tempo de abertura das áreas de cultivo e pela demora de amadurecimento do arbusto da rubiácea — próximo de cinco anos — e, fundamentalmente, adaptar-se às diferentes condições geoclimáticas das áreas de expansão.

O café expandiu-se das regiões com proximidade dos portos, em áreas aberta para outras culturas, para os rincões mais distantes em poucas décadas, com enorme diferença geotérmica e geológica. Sempre exigente de bons solos e clima equilibrado, sem excessos na temperatura e extremos pluviométricos, o café fez sua marcha intrépida, sem grandes interrupções, por mais de dois séculos, até atingir áreas dantes inimagináveis no norte/nordeste do Brasil no final do século XX. Em verdade um retorno, como novos modelos agrícolas e cultivares. "Haverá sempre no Norte uma pequena produção de café: no Pará, no Ceará, em Pernambuco; na Bahia também, não em sua velha região açucareira, no Recôncavo, mas no Extremo-Sul da província: Ilhéus e Porto Seguro" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 161).

Sempre pautado pela trilogia derrubar a mata, plantar, esgotar o solo; com o solo esgotado, pelo não investimento em sua recuperação, novas matas e plantios até o esgotamento. Ciclo vicioso de atraso e insustentabilidade que não desapareceu por completo nas bases agrícolas de boa parte dos agricultores do país. Desta feita as regiões nobres e prósperas tornavam-se, com o abuso

do método, esgotadas e mortas. Foi esse modelo de exploração intensiva da rubiácea, apenas a título de exemplo, que conduziu as ricas regiões produtoras do Vale do rio Paraíba — divisa de São Paulo com Rio de Janeiro — à crise no final do século XIX, transformando o Vale do Ouro Verde em Vale da Banana. O café rapidamente migrou; sobraram perdas sociais, pessoais, econômicas etc. que arrastaram a região para a decadência ano a ano, década a década, até o golpe final provocado pelo episódio de decretação da lei João Alfredo em 13 de maio de 1888.

Note que o processo de decadência tem vários fatores que se conjugaram ao longo das décadas de 1880, com a lei simbolizando uma "pá de cal" na ineficiência administrativa, financeira, econômica e política dos barões cafeeiros da região; sempre presos mais às ações políticas, com *lobbies* e pressões, que atento às mudanças no mundo do trabalho e suas relações político-sociais.

Deixando o vale do rio Paraíba do Sul, a marcha do café ganhou organização e investimento. Primeiramente ocupando a região de Campinas, para rapidamente atingir o oeste do atual estado [província durante o Império] de São Paulo — região de São José do Ribeirão Preto. Em sua jornada triunfante o produto, pautado pela exportação, foi superando lentamente uma de suas mazelas sociais, fruto da herança colonial portuguesa mercantil, o sistema escravista. Ficou por décadas o estigma de ter reforçado a estrutura tradicional da economia brasileira, baseada no *plantation*: trabalho escravo, latifúndio, monocultura destinada para o mercado externo. Dependente do capital externo, preso aos grandes vultos emprestados que só produzem fertilidade aos bancos e sistema financeiro.

Fato que abre espaço para a afirmação de que "o café foi a riqueza para os negócios ingleses e a pobreza do povo brasileiro"; excluído da renda produzida, por repetir o tradicional "produzir para exportar" e não exportar a partir produção excedente, com as necessidades internas atendidas, com o agravante de ser gênero agrícola e cultura de sobremesa.

1.1 Extrativismo dependente

A borracha que pouco representou na pauta de exportação brasileira até a metade do século XIX, assumindo a terceira posição na pauta de exportação ao final do império brasileiro, merece atenção ímpar pelo sistema empreendido em sua extração-exploração. Utilizada pelos povos da floresta desde épocas remotas, o látex passou ter significado expressivo, pautado pela exportação,

a partir da década de 1840. "Em Belém, desde o início do séc. XIX, pequenas fábricas produziam e exportavam artigos variados para Portugal e Estados Unidos" (BENTES, 2004).

A região amazônica era a única fornecedora até a década de 1860, fazendo com a exportação do produto bruto, o látex, saltasse de quilos para centenas de toneladas em nas duas primeiras décadas do extrativismo. Inevitavelmente o *boom* modificou por completo a região.

Financiamentos externos, ingleses e estadunidenses impulsionaram os negócios lucrativos atraindo novos grupos de investidores; vapores buscavam garantir o escoamento da produção para os grandes centros consumidores. "Em 1868 a borracha já liderava a pauta das exportações [amazônicas], apesar dos seringalistas serem uma fração capitalista secundária. [...] Em 1890 a Amazônia produzia 84% da borracha mundial" (BENTES, 2004). Com demanda crescente por látex motivada pela expansão da indústria automobilística, a região será palco de grandes fluxos migratórios, principalmente da região nordeste em crise açucareira de produção e, "[...] em consequência da grande seca no interior nordestino que durou de 1877 a 1880" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 236).

Com o crescimento imigratório há o multiplicar da demanda por produtos básicos — alimentação e vestuário — que passaram a ser importados, com elevados valores agregados inviabilizando o acesso da maioria da população. A região repetiu as velhas práticas de focar sua produção voltada para o mercado externo em detrimento da economia interna. O Estado brasileiro, que entendia que floresta em pé era atraso, deixava que os princípios básicos da **oferta** *versus* **procura** fizesse a lei da sobrevivência na floresta amazônica, incentivando o processo via concessões de terras para exploração do produto. Com as plantações pelo mundo multiplicando-se na primeira metade do século XX a região entrará em profunda crise, mais isso é história a ser analisada em outro livro.

A grande particularidade do extrativismo do látex empreendido comercialmente para atender a demanda internacional é de que não fora capaz de romper com os valores culturais e tradições sociais e históricas da região pautada pela sustentabilidade dos povos da floresta. O debate sobre a ocupação, fixação e valorização dos povos da floresta com preservação de seu *habitat* está longe, assim acreditamos e defendemos, de apresentar sinais de acordo ou ter fim pelo esgotamento ao longo do tempo; exatamente o tempo tem sido o grande aliado das bases humanitárias, socialmente sustentáveis e ecológicas defendidas para a região amazônica. Cada vez que cai uma árvore, destruindo outras tantas,

parte do conhecimento necessário ao homem se perde. O mesmo acontece com cada povo-cultura que perece.

1.2 Industrialização e modernidade

Neste foco há de destacar as ações em prol da industrialização nascida de duas mudanças na estrutura econômica e fiscal brasileira. A primeira delas, e grande alavanca para a indústria, fora a mudança das tarifas alfandegárias com o decreto do Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, que elevou o valor dos impostos sobre os importados com a revogação dos Tratados Comerciais do Primeiro Reinado. A segunda mudança estrutural foi a liberação de capitais em consequência da proibição do tráfico negreiro; boa parte dos recursos destinados ao comércio de escravos foi empregado em novos projetos, com destaque para a indústria. Nenhuma delas pautada por políticas públicas e/ou projetos de substituição das importações, industrialização, trabalho e renda. "Característica da época será a Ponta da Areia, ampliada por Mauá. Convencido da necessidade de indústrias para o Brasil voltou-se o empresário, até então dedicado ao comércio de importações, para a indústria do ferro" (FAORO, 1985, p. 424).

Com a liberação dos "capitais especulativos do tráfico negreiro", após a lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibiu o tráfico negreiro, muitos espaços industriais, de serviço e comércio tiveram a oportunidade de florescer, principalmente por estar o café desfrutando de ótimas safras em mercado de demanda crescente. Somando-se leis restritivas às importações e, com o "[...] clímax cafeeiro, [o país] vê-se inundado, repentinamente, pelos recursos, agora disponíveis, do tráfico de escravos" (FAORO, 1985, p. 424).

O espírito pouco empreendedor, sem bases liberais sólidas pautadas pelos valores da livre iniciativa, associado às bases latifundiárias e conservadoras de nossos líderes políticos e econômicos, que têm na terra o bem político mais importante, embalou a concentração das atividades empresariais.

Mauá (Irineu Evangelista de Souza), "[...] um dos homens mais capazes e empreendedores que o Brasil jamais produziu" (PRADO JÚNIOR, 1985a), símbolo de toda uma época, beneficiou-se não apenas da proteção aduaneira, mas também das leis proibitivas do tráfico negreiro. Fez história e legou exemplo aos muitos que diziam ser impossível industrializar o Brasil, por falta de vocação. Foram 200 empresas abertas após 1850, com destaque para companhias de navegação, de comunicação e de transporte. Irineu, digo visconde de Mauá,

comprou estaleiro e construiu navios, fundou companhias de navegação e transporte, bancos e companhias de seguro e foi o responsável pela fundação da primeira estrada de ferro do país.

Com dificuldades após mudanças tributárias, que devolveram isenções fiscais aos produtos importados, acabou solicitando moratória. Os inimigos poderosos — e por que não dizer invejosos — das ideias de modernização contidas nas ações de Mauá fizeram o possível para levá-lo à falência, que acabou por ser decretada pelo governo do império.

Importante atentar para o fato de que nossas elites latifundiárias não temiam a industrialização, temiam os valores liberais contidos nas ações industriais, com liberdade aos escravos, valoração da mão de obra, ampliação da participação político-partidária por meio de uma reforma eleitoral, entre outros. Mauá foi a personificação da ameaça, por isso foi veementemente combatido.

Mauá é a prova de que apesar da existência do Estado a sociedade, via iniciativa privada, é capaz de triunfar. O longo debate sobre o papel do Estado, suas políticas públicas e sociais, continua aberto; necessitando de maior organização da sociedade civil, empoderamento para o enfrentamento capaz de diminuir o hiato entre aparelho de Estado e sociedade.

Para saber mais

O progresso era destaque nas cidades envolvidas com a expansão cafeeira. Água e gás canalizados; a eletricidade chegava aos lares e às ruas dos homens com poder econômico e político. Um cabo telegráfico submarino ligou o Brasil à Europa, em 1873. Itens importados eram comprados em pontos comerciais por preços pouco maiores que nas cidades de origem; havia uma euforia sensibilizando parte da população com acesso aos bens produzidos. Oxalá fosse possível dizer o mesmo sobre a maioria da população! O escravismo persistia, escravos vendiam de tudo um pouco; não raro o corpo. Projetos industriais muitas vezes eram construídos com braços escravos. Os cortiços, conhecidos como "cabeça de porco", multiplicavam-se na capital e nas grandes cidades. Embelezamento para os grandes centros urbanos em expansão, para a periferia a exclusão.

1.3 A sociedade

A princípio expressão "o Brasil é o café" vem sendo mitigada pelos anos de pesquisas, que constroem novos horizontes fora dos cafeeiros que se multiplicavam por boa parte do território brasileiro; o mesmo ocorre com os moldes

básicos que buscam padronizar os valores da sociedade do Segundo Reinado, com forte influência no final do século XIX e no século XX, até a Revolução de 1930, sem excluir sua importância. "Social e politicamente [...] o café deu origem à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira" (FAORO, 1985, p. 167).

Preservaram as bases herdadas do colonialismo português, incrementando-os em seu benefício. Valorizando o cargo público, durante séculos em mãos portuguesas, em benefício próprio e de sua classe. Os valores de acesso capazes de garantir base cidadã, com inclusão gradual da maioria, não aconteceu durante todo o período de amplo crescimento econômico, financeiro, industrial, cultural etc., fazendo com que "[...] o cidadão só percebe, no poder público, o bacamarte, no dia da eleição; o voraz cobrador de impostos, na vida diária" (FAORO, 1985, p. 388). É interessante observar que a expressão "cidadão" não está dentro dos valores básicos mínimos esperados para os padrões da sociedade ocidental à época, quem dera hoje.

A nova aristocracia, que com a expansão cafeeira ganhara valores liberais de política e sociedade preservará o conservadorismo econômico, pautado pelo valor da terra em quilates políticos, não em relação à função social da terra e à necessidade básica de produzir para suprir a sociedade em expansão e carente de renda e trabalho. Valores conservadores, que muito influem na relação simbiótica entre os pares sociais, que tem no poder público o caminho de acesso e garantia das benesses que só o Estado pode promover, cujo caminho natural capaz de garantir o acesso da casta sem disputas híbridas era, à época, a educação.

"O gosto pelo diploma de bacharel" — nota Gilberto Freyre — "[...] pelo título de mestre, criaram-no bem cedo os jesuítas no rapaz brasileiro [...]" (FAORO, 1985, p. 389). Multiplicam-se os bacharéis, doutores em leis, pautados pela positivação do Estado que se impõe sobre a sociedade, sem a reflexão mínima necessária às transformações. É a aparente modernidade política sem sinais de modernização social; sem acesso ou sinalização da possibilidade de construir mecanismos capazes de mitigarem a situação herdada. Perpetua-se o culto ao "doutor", de anelão ao dedo e empáfia infinda; olhados a distância terão o ar ridículo dos velhos retratos (FAORO, 1985).

Propala-se o falso conceito de que "Assim é porque assim sempre foi", partilhando a ideia — equivocada — de que "as coisas são imutáveis", em silêncio

duplo: obsequioso dos beneficiários e tumular dos temerários. Muito corroborou o alto índice de analfabetismo da população; segundo o primeiro censo demográfico, realizado em 1872, o país teria 66% da população analfabeta.

> [...] 66,4% da população era analfabeta: 99,9% eram escravos, 80% homens livres e 86% mulheres. Na zona urbana do Rio de Janeiro, 230 mil habitantes não sabiam ler. 16,85% da população entre seis e 15 anos estava na escola, e 8 mil habitantes possuíam instrução superior (OS PERIÓDICOS..., 2013, p. 1).

Em oposição ao *status quo* — oposição não deliberada ou pautada por *rancor* — os grupos excluídos não sucumbiram ao oficialismo do Estado. Permearam novos espaços e construíram as principais bases econômicas e sociais do país. Destaque para o grande contingente africano, base econômica desde o colonialismo, e para os imigrantes europeus, particularmente italianos e alemães, que formaram as novas bases obreiras da economia em expansão. Esses "novos agentes sociais" responderam fortemente, voluntariamente ou não, aos apelos de formação da nacionalidade brasileira, mesmo desconhecendo os reais propósitos, por não terem acesso às informações e debates das elites econômicas, políticas e sociais, as levas contingenciais ampliaram e embasaram temas como o branqueamento do Brasil e a construção do trabalho assalariado. Fruto do processo de parceria adotado pelos senhores barões do café para o empreendimento cafeeiro em boa parte das regiões produtoras.

Links

Para um olhar sobre o diálogo entre as economias e o *empoderamento* social, econômico e financeiro, leia "Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII – séc. XX)". Leia o artigo em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000100004>.

1.4 As imigrações

A metamorfose social que floresceu da expansão cafeeira seguiu os moldes da expansão da rubiácea, incorporando rapidamente diferentes áreas, povos e culturas ao fenômeno econômico. A rapidez com que as primeiras mudas, que deram origem às grandes plantações, abandonaram as encostas inclinadas dos morros próximos à cidade do Rio de Janeiro ocupando enormes áreas nas regiões de Campinas/São José do Ribeirão Preto, interior de São Paulo, impuseram a

necessidade de métodos racionais de produção e emprego do trabalho livre. "O declínio da escravidão, em meados do século XIX, era evidente no império brasileiro e os interessados na manutenção dessas forças produtivas tinham que se preocupar com a continuidade do trabalho" (PETRI, 2009, p. 1). O recurso à demanda crescente por mão de obra foi buscar os imigrantes italianos e alemães, entre outros. Em particular o italiano que melhor adaptação apresentou.

Diferentes questões (religiosas, políticas e econômicas) podem ser destacadas entre os fatores que impõem ao sujeito tomar a decisão de deixar família, parentes, amigos, valores culturais etc. na busca de melhoria da condição de vida, muitas vezes com prejuízos das relações familiares e sociais.

No caso do Segundo Reinado, pesaram além das questões econômicas e financeiras, os processos de unificação política, com o nascimento do Estado Moderno e com os dois países (Itália e Alemanha) enfrentando guerras civis nas décadas de 1850-60. Esse contexto muito corroborou na escolha da América sob o credo de disponibilidade de terras.

Importante destacar que os muitos problemas apresentados pelo sistema de parceria, análogo ao trabalho escravo, fez com que o governo prussiano (a Alemanha), que só se unificou após 1870, proibisse via decreto a migração para o Brasil. A situação só se regulamentou após a unificação alemã, com o novo país demonstrando interesse em retomar o fluxo imigratório para o Brasil.

Nessa fase o Brasil mergulhará em nova etapa imigratória, com duas novidades: 1 — o abandono do sistema de parceira, que remunerava via divisão do produto auferido entre o dono da terra e os imigrantes responsáveis pela produção, com os trabalhadores passando a receber salários; 2 — o incremento das ações imigratórias, por meio de políticas públicas, que passaram a ser subsidiadas com dinheiro público, ora do Governo Federal ora do Estado de São Paulo. Com algumas particularidades, entre elas a forma escolhida para o desenvolvimento do recrutamento dos grupos imigratórios formados por famílias, preferencialmente numerosas, sem incentivo a vinda de imigrantes solteiros (PETRI, 2009).

Logicamente que a primeira busca por atender a demanda do café foi uma solução imediatista, digamos doméstica: importar escravos das regiões em crise. A demanda maior que a oferta colocou a alternativa em xeque impondo mudanças; afinal a baixa oferta fez com que os preços das peças subissem — lei da oferta e da procura — o que "Torna excessivamente oneroso o escravo, atingindo o valor de, entre 1876 e 1880, um a dois contos e quinhentos, valor imenso se comparado com o máximo de setecentos mil-réis da década anterior"

(FAORO, 1985, p. 455). Em resposta à demanda crescente e aos altos custos da manutenção do escravismo fez-se opção por trazer migrantes das regiões pobres da Europa, com excesso de mão de obra barata disposta à aventura de fazer a vida no novo mundo. A primeira iniciativa de imigrantes em sistema de parceria foi do senador Nicolau de Campos Vergueiro, que promoveu a vinda de famílias alemãs e suíças, no final da década de 1840. A iniciativa resultou em fracasso pelo trato destinado ao imigrante ser o mesmo destinado aos escravos, com feitores a espreitar o trabalho e a vida dos imigrantes em tempo integral.

A proibição do tráfico negreiro pela lei Eusébio de Queiroz ampliou a pressão por uma solução não escravista à demanda crescente de mão de obra para a expansão cafeeira, obrigando o governo de São Paulo, com apoio do Ministério da Agricultura, a constituir a Sociedade Promotora da Imigração para facilitar a vinda de migrantes atraídos pelo sonho de acesso a terra.

Importante deixar claro que vários fatores contribuíram para o aparente sucesso na substituição do modelo escravista, de lamentável longevidade — desde os primórdios do colonialismo mercantil — de triste memória, que comprometeu toda história da relação trabalho *versus* renda, em praticamente todos os países que experienciaram o modelo. Destaque para as forças de repressão ao tráfico negreiro, para a repressão ao trabalho escravo por diferentes países, em especial a Inglaterra (tema abordado na próxima Unidade); para as restrições impostas pelos EUA às imigrações após a Guerra de Secessão; as pressões internas dos diferentes grupos humanitários e abolicionistas; as leis emanadas do amplo debate sobre o tema, no parlamento brasileiro e em parte da sociedade, durante a segunda metade do século que, a partir de Lei Eusébio de Queiroz, ampliaram as restrições ao escravismo e à "rápida adaptação" do imigrante — e dos agentes responsáveis pela imigração — às condições históricas típicas da transição da mão de obra, legando às gerações futuras o dilema sobre a importância do trabalho servil e o debate sobre cidadania, políticas públicas e sociais inclusivo-afirmativas.

Questões para reflexão

Caso o problema tivesse solução completa existiriam no século XXI o debate sobre inclusão, exclusão, políticas públicas afirmativas, salário, renda etc.? Acreditamos que não.

Para saber mais

Quais são as razões e fatores que motivaram os grandes fluxos imigratórios europeus durante todo o século XIX? A primeira resposta é simples: questões econômicas e financeiras. Mas não é "tão simples"; melhor dizendo, as coisas não podem ser simplificadas sob o risco do prejuízo da compreensão, afinal o processo imigratório está entre os grandes debates históricos e sociais.

1.5 A modernidade conservadora

Para Raymundo Faoro (1985) *a* modernidade constitui um processo de inclusão de toda sociedade, produzido pela coletividade dessa sociedade organizada, em busca de valores de dignidade e cidadania, capaz de produzir mudanças reais nos papéis desempenhados pelas diferentes classes sociais. *A modernização* resulta da ação de um pequeno grupo, uma elite buscando garantir seus interesses e que transfere para a sociedade aparência de modernidade, maquiando o processo de exclusão social. Fruto da ação política orientadora da economia sem que esta reflita acerca do processo da sociedade civil. O fragmento do discurso de Nabuco no Senado, quando do debate sobre a questão religiosa, sintetizando a máxima que acabastes de ler: "a política exige muitas vezes aquillo que é menos perfeito". Entre tantos o debate sobre os avanços liberais na política e sociedade, sem colocar em xeque as bases estruturais, deixa sempre o lamento da modernidade inconclusa, dominada pela maquiagem da modernização que atende parcela da polução. Sem negar os avanços, reconhecendo a importância do embate-diálogo, que embasa o debate e fomenta transformações, a sociedade durante todo o Segundo Reinado brasileiro foi conservadora.

A estrutura econômica "revolucionada" pelo triunfo do café deu estabilidade ao Estado e condições aos detentores do poder político de organizarem um projeto de perpetuação no poder. Destaque para o projeto de branquear a população brasileira, por meio da ação imigratória europeia e exclusão das camadas populares mestiças, africanas e indígenas, que construíram a economia brasileira e constituíam a maioria da população brasileira.

O processo de poupança e indústria resultante da aprovação da lei Eusébio de Queiroz em 1850 não tem ação direta do Estado; nasce da estrutura paralela à máquina estatal, muitas vezes excluído pelo grupo político de posse do

Estado. Homens cujas bases de acúmulo de capitais econômicos e financeiros seguiram os moldes do período colonial, mormente na exploração do comércio de seres humanos; e que por isso entendiam os novos agentes sociais como inimigos capazes de alijá-los do Estado e de suas benesses.

No curto período de duas décadas foram abertas empresas de diferentes setores econômicos, com destaque para companhia de navegação (incluindo estaleiros); de comunicação e de transporte; financeiras, bancos e seguradoras. Fornecimento canalizado de água e gás era comum nas grandes cidades. A eletricidade chegou aos lares e às ruas.

Nessa fase, graças à poupança possibilitada pelo café, ocorreu a febre dos trilhos, fenômeno inglês de liberação das exportações de locomotivas e seus conteúdos assessórios, que se viabilizou como uma das maiores expansões ferroviárias de todos os tempos em solo pátrio. Fato que tornou possível ao país possuir malha ferroviária maior em 1880 que em 1980. Com a integração da malha ferroviária e da navegação fluvial há ampla interligação das regiões produtoras aos portos exportadores, principalmente ao Porto de Santos.

Graças à estrutura econômica "revolucionada" pelo triunfo do café o Estado vivenciou estabilidade econômica e financeira, que tornou possível as condições para que os detentores do controle político organizassem um projeto de poder e de perpetuação do grupo junto às regalias estatais. Um exemplo foi a ação do Estado na organização de um projeto imigratório capaz de garantir a mão de obra necessária para a expansão cafeeira. Boa parte dos representantes políticos via na migração algo maior: a *eugenia*. A elite imperial brasileira conservadora acreditava ser necessário "branquear a população", capaz de anular o passado negro de nossas origens.

É o que dizem: "não há 'coisa ruim' que não possa ficar pior!"

Seção 2 A política interna

A política interna do Segundo Reinado foi ímpar em transformações; os aspectos e desdobramentos da sociedade, economia, finanças etc. impuseram grandes transformações da superestrutura do Império, sem ferir as bases estruturais ou a hegemonia da elite econômica latifundiária.

Prova da manutenção conservadora está na organização político partidária, em que a elite, protegida pelo sistema de voto censitário, "dividira-se" em dois partidos: o Liberal e o Conservador — sem força ideológica capaz de justiçar à(s) representação(ões) partidária(s). "Mero arranjo político" capaz de atender o interesse dos poucos privilegiados com acesso aos benefícios do Estado. D. Pedro II apropria-se dessa fragilidade para garantir a sobrevivência do Império; institui via lei complementar o Parlamentarismo. O Parlamentarismo adotado no Segundo Reinado segue modelo único, consagrado pela expressão "Parlamentarismo às Avessas" ou "Parlamentarismo Avesso". A solução apresentada viabilizou a sobrevivência do governo imperial por longas décadas, sem que sofresse abalo com as constantes trocas ministeriais.

Questões para reflexão

Caríssimo estudante, você consegue imaginar em um sistema parlamentar "real" uma sucessão de 36 gabinetes em 49 anos? Seria o fim do Império. Não foi o que ocorreu no Brasil.

2.1 Conservadorismo partidário

A história política do Segundo Reinado é sempre abordada a partir das disputas pelo poder entre dois grupos, que pouca diferença tinham entre si: os liberais e os conservadores. Basicamente pode-se dizer que os conservadores eram adeptos de um modelo político administrativo centralizador, com as decisões concentradas em poucas mãos; enquanto os liberais defendiam um processo com mais autonomias para as províncias e os governos locais. Faltavam valores ideológicos e capilaridade social aos representantes do povo.

> [...] o Partido Conservador se mantém coerente ao ideário pré-regencial: centralização, resistência às reformas [...]. O partido contrário, o Partido Liberal, *Luzia* desde 1842, gravita em outro polo, [...] fiel aos postulados da soberania popular, da monar-

quia, senão federativa pelo menos descentralizada, do Senado eletivo e à extinção do Poder Moderador (FAORO, 1989, p. 322).

Para saber mais

Os liberais também eram chamados de "luzias" enquanto os conservadores denominados de "saquaremas". São expressões pejorativas cuja origem tem diferentes "versões". O termo "luzias" seria uma referência à derrota sofrida pelo grupo liberal na cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, quando da Revolta Liberal de 1842; "saquaremas" nasceu em homenagem a José Joaquim Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, proprietário da fazenda Saquarema, na província do Rio de Janeiro. A propriedade era "reduto político" do grupo. Reza a tradição oral que em certa eleição no início do Segundo Reinado, cuja característica maior de uso da violência abriu espaço para a denominação "Eleições do Cacete", o subdelegado da região de Saquarema fez ameaças de morte contra os que manifestassem desejo de realizar votação contrária aos liberais; os ameaçados buscaram "proteção" na fazenda Saquarema, origem do temos.

O Partido Conservador surgiu "naturalmente" da evolução dos liberais moderados, temerosos da anarquia reinante no país durante as "crises palaciano-parlamentares" do Período Regencial. Capitaneados por Honório Hermeto Carneiro Leão, José Joaquim Carneiro Torres e, particularmente, por Bernardo de Vasconcelos os "temerários da desordem" souberam articular as ações e capitalizar os acontecimentos políticos de seu tempo (NABUCO, 2000). Em especial um deles: a morte, em Lisboa, de D. Pedro I. Os órfãos do Imperador, "responsável pelo ato simbólico de 7 de setembro", denominados de Partido Restaurador, foram seduzidos pelo projeto de ordem constitucional-legal dos "regressistas" acreditando serem eles capaz de garantirem na estabilidade sonhada, perdida há mais de uma década, os privilégios da elite letrada e abastada, sem preterir as aparências democráticas pela via do sistema eleitoral de exceção, além de estabelecer bases legais, a partir da Constituição de 1824. Tudo dentro da ordem legal-democrática, padrão do período. Foi assim que nasceram as leis interpretativas do Ato Adicional de 1834.

O Partido Liberal formou-se em oposição ao Partido Conservador; poderíamos dizer que eram alguns poucos remanescentes dos liberais moderados, contrários à reviravolta liderada por Vasconcelos, Carneiro Leão e Torres, que buscaram novos rumos. Nasceram em resposta à ausência de espaço político junto aos "regressistas"; na busca por construir novo espaço sustentável para suas reivindicações e pretensões políticas. Sua principal força foi Padre Antônio

Feijó, que em aliança com Teófilo Otoni, líder "dos exaltados", formularam ações contrárias ao centralismo dos regressistas. "O fato de não haver ideologia única e absoluta, de forma que reunisse tais frações, estava inteiramente dentro dessa tradição. O objetivo era evitar a derrota na Câmara e atrasar a aprovação da legislação da maioria e o aumento do poder" (NEEDELL, 2009, p. 1).

Não deixe de observar que a oposição programática, pautada em propostas e valores inexistia — à época —, dificultando as ações do Estado e dos governantes. Produzir dificuldade era entendido — à época — como "o papel da oposição". Fazer política resumia-se — à época — a buscar inviabilizar o outro partido de forma a provocar sua saída para ter acesso ao poder. Logicamente que as práticas seriam as mesmas, tanto entre a nova oposição quanto no grupo com "novo acesso ao poder". Letargicamente o Estado — e para muitos o Imperador — estava refém do jogo político da elite palaciana capaz de manipular e se beneficiar dos privilégios do Estado. Prevaleciam os interesses pessoais, as disputas — ou seria correto dizer "brigas"? — entre as oligarquias e as rixas familiares. Ainda que monarquistas, suas ambições pessoais e seus conflitos passados tornaram a reconciliação impossível (NEEDELL, 2009).

A manutenção do sistema eleitoral, com base no voto censitário e aberto, excluiu a imensa maioria da população (aproximadamente 98% na média dos anos do Segundo Reinado) dos teatros decisórios nacionais; fazendo das decisões políticas um jogo em defesa de interesses pessoais (ou de pequenos grupos), com poder monetário capaz de se eleger e elegerem seus representantes. Sempre existiu o debate sobre sistema representativo durante o Segundo Reinado, particularmente na fase final. Porém os avanços foram inexpressivos; basicamente pelo fato dos nobres representantes partidários entenderem que o sistema representativo não deveria ser aberto à vontade popular, incapazes de decisões e formulações progressistas. Para a elite de plantão a representação deveria estar com os membros esclarecidos da população, que deveria exercer o governo por serem os de melhor qualificação. "As eleições invariavelmente homologam as decisões do alto e confirmam os gabinetes" (FAORO, 1989, p. 347). Era a frágil maquiagem do cenário ruim; nas palavras de Caio Prado Júnior (1985a, p. 180): "A manipulação das urnas eleitorais incumbe-se de eliminar as vozes discordantes", mero arranjo inglório em busca da legitimidade inexistente. O mandonismo fazia as eleições, sendo o fazer o ato de impor vontades.

"Em 1840, de uma Câmara conservadora, [D. Pedro II] evocará um governo liberal, responsável esta facção pela maioridade, sob a virtual chefia do ardente

Andrada, Antônio Carlos" (FAORO, 1989, p. 355). É o primeiro gabinete ministerial, o primeiro liberal do Segundo Reinado; formado após o Golpe da Maioridade pelos líderes do golpe maiorista e que ficou conhecido por "Ministério dos Irmãos" — assim chamado pela presença dos irmãos Andrada: Martim Francisco e Antônio Carlos; e dos irmãos Cavalcanti: Antônio Paulino Limpo de Abreu e Aureliano de Sousa Coutinho. Coube ao gabinete *inaugurar* a prática de garantir maioria parlamentar, leia-se maioria na Câmara dos Deputados, pois o Senado do Império era vitalício. As eleições não trouxeram nenhuma surpresa aos palacianos já instaurados no poder: as primeiras eleições parlamentares do período para a Assembleia Geral (o que hoje denominamos Congresso Nacional) fizeram a maioria necessária ao exercício do poder liberal. A forma de condução do processo na busca por fazer maioria nas votações, com coações, perseguições e violência, fez com que a eleições entrassem para a história como as "eleições do cacete"; prática a ser repetida pelos grupos liberais e conservadores durante todo período do Segundo Reinado.

As bases para o uso ilegal da violência estavam legitimadas no Art. 90 da Constituição do Império — que poucas modificações estruturais sofreu até 1889. Os pilares estavam na mesa eleitoral e paroquial, o eixo maior da máquina de compressão. Fonte primária das fraudes, corrupção e ações violentas em nome do fazer as eleições. Em síntese a mesa eleitoral era a responsável por garantir as eleições. Sua escolha — prévia — a chave do sucesso, cuja máxima eleitoral, comum à República Velha, era: "feita a mesa estava garantida as eleições".

O presidente da mesa do dia da eleição propunha dois mesários e dois escrutinadores, que eram aclamados pela assembleia paroquial para compor a Mesa Eleitoral juntamente com o presidente e o pároco. "Não havia qualificação prévia de votantes, aceitando a mesa os votos de quem queria e recusando os de outros [...]" (FAORO, 1985, p. 367). Sem horário determinado para o período eleitoral.

Para saber mais

Escrutinador era o responsável por confrontar as atas e contar votos para o legitimar das eleições. A expressão é adaptada do visconde de Albuquerque, para quem "[...] o poder os embaraça e os confunde: o certo seria dizer que, no poder, nada separa um saquarema de um luzia" (FAORO, 1989, p. 342).

A precariedade das bases eleitorais dava margem para toda sorte de desordem: sem lista de eleitores, sem candidaturas prévias, sem fiscalização ou observação dos órgãos de justiça a condução dos trabalhos era de total responsabilidade da mesa, variando conforme os humores e desejos pessoais. Em 1841 os conservadores não buscaram o travesseiro para o choro quente e discreto; partiram para denunciar as fraudes. As denúncias de fraudes e violência nas eleições levaram D. Pedro II a demitir o gabinete liberal dos Irmãos, que foi substituído por um gabinete conservador; sem produzir grandes mudanças, prevalecendo à máxima: "[...] nada mais conservador que um liberal no poder, nada mais liberal que um conservador na oposição" (NABUCO, 1997, p. 93). Depostos os liberais recorreram às armas nas Revoltas Liberais de Minas Gerais e São Paulo.

Em 3 de novembro de 1870 foi fundado o Clube Republicano, que em 3 de dezembro, dia posterior ao aniversário de D. Pedro II, fez circular o "Manifesto Republicano", provavelmente redigido pelo jornalista e político Quintino Bocaiúva. O manifesto fora a base para a fundação do Partido Republicano, muito popular entre as classes urbanas, em especial do Rio de Janeiro, sem suporte para o enfrentamento político partidário pautado pelo voto censitário; elegeu apenas dois deputados federais em sua história de partido de oposição ao Império: Campos Sales e Prudente de Morais, em 1884. Ambos acabaram na presidência do Brasil, na República Velha — mais isso já é uma outra história (VAINFAS, 2002).

Durante os 49 anos do Segundo Reinado foi praxe entre os partidos, o Liberal e o Conservador, realizarem um revezamento no poder, sem produzir grande instabilidade política, nos dizeres populares "farinha do mesmo saco"; foram trinta e seis gabinetes ministeriais alternando-se no poder, "[...] com a média de um ano e três meses de vida cada um; reservada a glória de duração em torno de quatro anos apenas a dois ministérios (Paraná, 12.°, e Rio Branco, 25.°)" (FAORO, 1989, p. 354). Sempre que não existiu possibilidade de um acordo a violência prevaleceu na decisão dos conflitos.

Links

Para acesso ao Manifesto Republicano em sua íntegra, com grafia da época, veja: <http://www.aslegis.org.br/aslegisoriginal/index.php/37-120-anos-de-republica-e-federacao/218-o-manifesto-republicano-de-1870> ou ainda <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/127547/mod_resource/content/1/manifesto%20republicano%201870.pdf>.

Para saber mais

Não objetivando promover comparações durante o Primeiro Reinado (1822-31), D. Pedro I teve dez diferentes ministérios; a instabilidade mensurada em números era (ainda) pior. Logicamente, os fatores eram outros, predominando nos dois períodos as disputas entre centristas ou não.

2.2 O parlamentarismo único

É possível afirmar que boa parte da aparente tranquilidade política do período deveu-se à instituição, em 1847, da Presidência do Conselho de Ministros, que tinha as funções de Primeiro Ministro, porém subordinado ao Imperador. O processo ficou conhecido por "parlamentarismo às avessas". Assim denominado por ser "diferente" do modelo inglês. Na Inglaterra as eleições gerais determinam uma maioria partidária que garante o Primeiro Ministro; no Brasil o Presidente do Conselho, que deveria ter as funções de primeiro ministro, era escolhido pelo Imperador, por meio do Poder Moderador, e não pelo voto. "O imperador, receoso de ser arquivado como figura decorativa, sob a fórmula do reino sem governo, [...] quer influir, decidir e orientar, em atividade que nenhum freio deterá" (FAORO, 1989, p. 354-5). Articula com o poder, fazendo uso das possibilidades e forças existentes, destacadamente dos cargos para a sedução do apoio bajulador, desenvolvendo uma proteção ao seu governo e a si mesmos por meio da constituição da "[...] facção áulica, representada por Aureliano Coutinho, num consulado de oito anos de poder encapuzado" (FAORO, 1989, p. 355).

O imperador continuava a comandar, porém nomeando um ministro que ficava responsável por escolher os demais. Bastava recorrer ao uso do "Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. [...] a imensa farsa: farsa do parlamentarismo, apoiado na farsa fundamental das eleições" (FAORO, 1989, p. 358).

Em caso de crise ou desentendimento com o monarca a Câmara seria destituída, com escolha de novo Presidente do Conselho e novas eleições; algo que só teve existência no Brasil. O objetivo de tal manobra foi ter uma figura central, o Presidente do Conselho, capaz de aglutinar as diferenças e afugentar o "fogo amigo" entre os parlamentares, salvaguardando a pessoa, e principal-

mente a imagem política do Imperador D. Pedro II. O resultado deixou claro que a Presidência do Conselho de Ministros procurou "poupar a imagem" do imperador, o defensor perpétuo do Brasil.

2.3 A conciliação

As rápidas transformações econômicas, sociais e políticas advindas da expansão econômica e financeira capitaneada pelo triunfo do café exigiam mudanças nas estruturas, que as disputas políticas pautadas por vontades pessoais ou divergências familiares e/ou locais não permitiam. Fora necessária a busca de mecanismos que garantissem a manutenção da ordem e dos interesses do grupo dominante, acima das disputas individuais, capaz de superar a prática de fogo amigo, em que os deputados eleitos para a Câmara faziam boicote aos companheiros de partido nomeados para o gabinete, muitas vezes por sentirem-se excluídos do espaço áureo do poder. D Pedro II soube recrutar todos os mecanismos político e administrativo à sua disposição.

O cenário da década de 1850 era amplamente favorável, após a fase de consolidação da ordem interna (1840-50), às mudanças políticas capazes de garantirem o ordenamento mínimo do Estado em benefício da expansão econômica e financeira que fluíra apartada das ações políticas e das políticas públicas governamental. Os grupos políticos tinham acordado, mesmo que de forma tácita, seus papéis em cada movimento de forma a "não provocar dano na estrutura"; a Presidência do Conselho de Ministros em 1847 e a pacificação da Praieira, obra dos regressistas já assumidamente o "Partido Conservador em nome da ordem pública", afiançaram capacidade de governabilidade que abriu espaço para a nova fase política do país (1850-63). Em boa parte os bons ventos tinham por fundamentação o pragmatismo político demonstrado pelos regressistas-conservadores, o que facilitou o longo período de poder e "estabilidade" à frente do comando do país (1848-53).

A conciliação, uma invenção de Honório Hermeto Carneiro Leão (NABUCO, 1997) fundamenta-se no avanço da tendência à moderação — ser moderado nas ações políticas — entre os políticos que tinham o privilégio de gravitar em torno do imperador, muitas vezes com o foco de permanecer no poder, indistintamente de suas "matrizes políticas e ideológicas. Sempre com "um pé no palácio e outro nas bases regionais", buscavam contemplar o poder central e os poderes locais.

Muito corroborou a concentração de políticos com a tendência ao diálogo intergrupo, forte apego ao poder estatal e disponível a ceder ao designo de D. Pedro II, mormente nos primeiros anos. Peso igual ou superior teve o avanço da consciência política de D. Pedro II, que entendeu que a sustentabilidade estava em construir aliança com os regressistas-conservadores, grupo mais próximo da legalidade constitucional. Fato que nasceu do convívio no poder entre os grupos políticos e o jovem imperador em estágio probatório de aprendizagem — não podemos esquecer que D. Pedro II assumiu com 15 anos incompletos. Após as interferências do monarca, substituindo liberais por conservadores em 1841 e conservadores por liberais em 1843 o imperador entendeu que a manutenção do poder estava no equilíbrio entre os grupos políticos, "sabendo jogar/negociar" com as diferenças pessoais e/ou regionais, fato que colaborou para sua longa permanência.

Era preciso neutralizar os pequenos grupos e/ou indivíduos para a organização do Estado e da máquina administrativa sem comprometer o desenvolvimento das atividades ligadas à produção cafeeira, principalmente a substituição da mão de obra escrava por migrantes europeus. Ao imperador coube adaptar-se "a cultura política" para sobreviver; fez-se necessário refutar os valores político-ideológicos liberais predominantes pelo mundo, em especial na Europa, para mergulhar no enovelado sistema político — para muitos, mero fisiologismo — pautado por dois extremos congruentes.

O fim do tráfico negreiro (Lei Eusébio de Queiroz), em pleno desenvolvimento econômico, impôs grandes transformações em relação ao uso da mão de obra e na destinação dada ao capital envolvido no tráfico negreiro. A parcela do capital que foi parar no setor industrial exigia ordenamento financeiro-econômico; a sociedade em plena transformação, com imigrações internas e externas também; os setores carentes de mão de obra exigiam medidas capazes de garantirem a expansão econômica e financeira. Coube a Honório Hermeto Carneiro Leão, político conservador com vasta experiência administrativa e política, presidente da província pernambucana convulsionada em 1848, assumir a responsabilidade pela organização do gabinete de conciliação em 1853 e construir "os anos dourados do Império", ocupando a pasta da Fazenda e a Presidência do Conselho, com a intenção de aproveitar os nomes mais capazes no serviço público, independente das paixões partidárias. Entendera Carneiro Leão que a estabilidade seria possível com alternância no poder dos grupos políticos, não necessariamente a alternância dos partidos políticos; que era

necessário superar as disputas políticas alimentadas desde 1822 e agravadas nas Regências. Dessa forma o tino político do "Marquês do Paraná" (Honório Hermeto Carneiro Leão) valorizou a estabilidade do sistema monárquico, após cinco anos de poder conservador absoluto, quando em verdade os grupos oposicionistas aguardavam a queda dos conservadores (VAINFAS, 2002).

Importante observar que o arranjo político do Marquês do Paraná tem bases sólidas nos princípios pautados pelo voto censitário — que por si só exclui —; no credo de que o Estado está em patamar superior à sociedade — que deveria representar —; e por último, não menos importante, na percepção de que a elite brasileira do Segundo Reinado, privilegiada com acesso econômico, político, cultural, educacional etc. nada tem de sua existência ao *povo* — que não faz parte da *sociedade* (NABUCO, 1997).

Para saber mais

Honório Hermeto Carneiro Leão foi um político e diplomata brasileiro, com atuação intensa no Segundo Reinado; sua origem jurídica — magistrado que chegou a desembargador — muito colaborou em momento decisivo do império, especial na Revolta Liberal Praieira. Segundo Nabuco fora o responsável para a organização do Gabinete de Conciliação, fundamental para a estabilidade política do Império.

2.4 Política externa

As relações internacionais brasileiras tiveram sempre dois pontos fundamentais:

1. dependência econômica, industrial e financeira, desde a abertura dos portos às nações amigas, junto à Inglaterra, comprometendo a soberania nacional;
2. rivalidade com os países latino-americanos, entre outros fatores pela necessidade de consolidação da fronteira e pela adoção da monarquia como forma de governo.

Há de se destacar que o contraste entre a evolução econômico-financeira do império brasileiro e a política partidária se fez presente nas relações internacionais com os demais países, em especial com os países latino-americanos. As dificuldades diplomáticas, muitas delas com origem em problemas econô-

micos e financeiros, evoluíram na década de 1860 para conflitos armados que envolveram nossos vizinhos da Bacia Platina. Destaque para um dos maiores conflitos bélicos do continente americano: a Guerra do Paraguai.

Para saber mais

Preterida muitas vezes a dependência cultural pode ser ainda mais nefasta, além da produção de bizarrices únicas: homens e mulheres dos trópicos chegando à igreja para a celebração vestidos com os rigores dos padrões ingleses (lã, seda e linho). Mulheres, não raramente, carregavam seus sapatos (de seda) na bolsa, calçando-os nas escadarias de acesso ao evento para evitar a destruição dos mesmos ao caminhar pela irregularidade das vielas de pedra. Querendo ampliar o tema, acesse seu site preferido de busca.

2.5 Longevo atrito

A dependência junto às empresas e empreendedores ingleses, que controlavam as exportações/importações e os setores de seguridade e finanças, não impediu que os maiores problemas diplomáticos brasileiros ocorressem exatamente com a Inglaterra.

O maior deles, e matriz de muitos outros, era a questão escravista. Combatida pelos ingleses e fruto de ouvidos moucos pela maioria da elite detentora do poder no Brasil. Na década de 1840 uma modificação tarifária, que deveria ter ocorrido com o término da prorrogação por dez anos dos acordos de 1827, desencadeou um série de manifestações e atritos que se arrastaram por décadas. O estado brasileiro, independente e soberano, apresentou modificação do sistema tributário alfandegário, majorando as taxas de importações visando ampliar a arrecadação. O aumento provocado pelas Tarifas Alves Branco atingiram majoritariamente os interesses comerciais ingleses, que exportavam sua produção desfrutando de taxas alfandegárias preferências de 15%, independente da existência de uma produção nacional similar. Pelas novas taxas aduaneiras os valores tinham média entre 30 e 60%, classificados por produto e maiores para os similares com produção nacional.

A represália inglesa foi atacar o escravismo, o "calcanhar de Aquiles nacional": o parlamento inglês em 8 de agosto de 1845 decreta a proibição do tráfico negreiro, por meio da Bill Aberdeen, que "[...] declara lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico africano, e sujeita os infratores a

julgamento por pirataria perante os tribunais do Almirantado" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 151).

Entre os fatores das pressões inglesas pelo fim do escravismo está a necessidade de ampliação dos mercados consumidores, após o processo industrial acelerado, e pressões humanitárias dos diferentes agentes sociais envolvidos com valores morais e religiosos dentro e fora da Inglaterra, em especial os *Quakers,* protestantes puritanos. No Brasil as questões humanitárias eram ignoradas pela crença de que ao defenderem o fim do escravismo colocaria em risco a economia nacional. Como sabemos a defesa pelo fim da exploração do trabalho escravo, de forma parcial ou imediata, sempre esteve presente em nossa história; fora objeto de desejo dos conjurados baianos no final do século XVIII, este presente nas defesas de José Bonifácio de Andrade e Silva na Assembleia Nacional Constituinte de 1823, entre outros momentos. Sempre postergado, arrastou-se até o final do Império, contribuindo para o fim da monarquia brasileira. O auge deu-se com o ato proibitivo do tráfico pelos ingleses em 1845, com a Bill Aberdeen.

"Não resta a menor dúvida [de] que neste momento os ingleses iriam até a guerra declarada se necessário fosse: a ameaça se proferiu várias vezes no Parlamento britânico, e a opinião pública não lhe era adversa" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 151). O cumprimento da Bill Aberdeen por parte do navio inglês Cormorant, em 1850, na baia de Paranaguá no Paraná, provocou um conflito internacional entre as duas nações. Após aprisionar navios tumbeiros no porto o Cormorant encaminhava-se para águas internacionais quando foi surpreendido por disparos provenientes da Fortaleza da Ilha do Mel, que buscavam impedir a retirada dos navios aprisionados. O simples problema diplomático gerou pressões desmedidas da Inglaterra, imposto ao Brasil decretar o fim do tráfico negreiro, pela lei Eusébio de Queirós, como forma de remediar a situação; sem resolvê-la criou novo problema, agora internamente. Como é sabido, de sobejo, com a lei "[...] não se extinguiu [o negócio], com as vendas internas travadas a preços mais altos. [...], dobrou de preço, suprido o fechamento da fonte africana pela migração do norte ao sul" (FAORO, 1985, p. 416).

2.6 A guerra contra o Paraguai

Tema nebuloso para a historiografia brasileira, principalmente quando se fala das participações e dos possíveis lucros auferidos com a guerra, um dos maiores conflitos das Américas desperta paixões e expõe contradições. Por

anos atribuiu-se papel decisivo à Inglaterra com isenção das responsabilidades latinas, principalmente brasileira. Em tese, e sem extremos, todos os envolvidos direta ou indiretamente têm sua parcela de responsabilidade no conflito. O "curioso" é que o conflito nasceu em momento de franca expansão econômica e financeira, com transformações sociais e culturais relevantes, nada que justificasse o arbítrio da guerra. O país mergulhou em defesa do conflito em estágio letárgico. "Sem preparo suficiente e em plena crise de formação e crescimento, o Brasil enfrentará uma guerra longa e árdua que porá à prova todos seus recursos. Sairá vitorioso, mas muito abatido" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 178).

Questões para reflexão

Restam-nos os questionamentos: Quais seriam as causas do conflito? Por que tamanha barbárie? Buscaremos responder a essas e outras indagações a seguir.

Teoricamente o estopim fora a intervenção brasileira na política uruguaia em favor do Partido Colorado, que destituiu, com ajuda do império brasileiro, o partido Blanco, aliado de Solano Lopes, governante paraguaio. O mexer no tabuleiro provocou reações diversas. O que estava em jogo há vários anos era o domínio da navegação e do comércio na Bacia Platina. Outros interesses também pesavam; destaque para os latifundiários brasileiros detentores de um terço das terras uruguaias. Lopes, dizendo-se preocupado com o equilíbrio regional e livre navegação, deu um ultimato ao império brasileiro para que não se intrometesse em assuntos de outros países. Solano Lopes, ignorado em seu ultimato, partiu para a ação apreendendo o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, decretando guerra ao Brasil, invadindo terras do atual Estado do Mato Grosso do Sul.

Iniciava-se o conflito, com as tropas paraguaias valendo-se do despreparo das tropas brasileiras, impondo pesadas baixas e grandes derrotas terrestres. Há um consenso de que Francisco Solano Lopes subestimou o poderio militar brasileiro, tentando valer-se da desorganização paquidérmica típica do Império. Confirmado, a priori, na primeira fase do conflito que se estende até a batalha naval do Riachuelo quando a armada paraguaia, pela primeira vez, foi destruída e as tropas em terra obrigadas a se renderem.

A segunda fase ficou marcada pela forma heroica de atuação e defesa do exército paraguaio frente ao avanço das tropas brasileiras, que ficara lento por conta dessa ação aguerrida, com enormes perdas humanas de ambos os lados. A terceira fase caracteriza-se pelo desespero de Lopes em tentar fugir recrutando velhos e crianças para o conflito, e pelos massacres praticados pelo comando brasileiro tendo à frente o conde D'Eu, marido da princesa Isabel.

O conflito bélico só teve fim com a morte do ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, em primeiro de março de 1870.

> No terreno econômico os resultados da vitória serão nulos; nada se podia lucrar da derrota de um vizinho que [...] ficou reduzido pela guerra à última extremidade. [...]
> Mas se não produziu resultados positivos de expansão econômica apreciável, a guerra do Paraguai, inversamente, comprometeu seriamente as finanças do Brasil (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 178-94).

Para saber mais

Entre os nomes consagrados no conflito do lado brasileiro estão Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e o conde D´Eu, genro de D. Pedro II. Caxias se consagrou pelas atuações pelo exército brasileiro após assumir o comando das tropas (1866) que vinha de algumas derrotas para as tropas de Solano Lopes.

Sua organização e determinação garantiram as vitórias que conduziram as tropas a tomar a capital paraguaia no início de 1869, quando deu por encerrada sua participação no conflito, retornando ao Rio de Janeiro. Coube ao Conde D'Eu a condução final do genocídio, com captura e morte de Solano Lopes.

Seção 3 O caso do Império

As rápidas transformações sociais, políticas e econômicas da segunda metade do século XIX colocaram em xeque o poder constituído na forma como se apresentava. O Estado letárgico, mal assessorado agonizava, dava seus últimos estertores após a guerra do Paraguai (1864/70) em meio ao florescimento dos movimentos republicanos e abolicionistas, o desenvolvimento vigoroso dos jornais e folhetins, mormente no Rio de Janeiro. O imperador retorna à pauta dos debates políticos o tema "sistema escravista", fazendo pressão por uma (gradual) abolição da escravidão substituir o ministério conservador, liderado pelos saquaremas, para entregar a Presidência do Conselho de Ministro a políticos de confiança e com forte tendência a buscar a conciliação.

3.1 O Abolicionismo

A escravidão, herança colonial maldita teve vida longa no Brasil: fomos o último país a abolir o comércio e exploração de seres humanos na forma de escravidão (NABUCO, 2000). *O* Abolicionismo refere-se aos vários movimentos nascidos a partir de 1870, cuja origem está na resistência do escravo ao sistema, destacadamente pelas fugas constantes e a construção dos aldeamentos quilombolas. Muito contribuiu para debate a Guerra do Paraguai, seus caminhos e descaminhos históricos e sociais, principalmente para a mobilização das classes médias urbanas. "A guerra pusera em relevo as debilidades orgânicas de um país em que a massa da população era constituída de escravos" (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 177-8).

A pressão contra a manutenção do regime escravista no Brasil cresceu muito com o fim do regime nos EUA em 1865; entre as pressões internacionais poderíamos destacar a Junta Francesa de Emancipação que motivou D. Pedro II a abordar a questão na abertura do ano parlamentar de 1867, na Fala do Trono. Embora sinalizasse mudança de postura, com o Conselho de Estado — conservador e escravista — recebendo a incumbência de "estudar as medidas possíveis" sobre o tema, o assunto foi protelado, em tese, pelo conflito com o Paraguai (PRADO JÚNIOR, 1985a, p. 176-7).

Para saber mais

Numa população de menos de 10.000.000, mais de um e meio milhão eram escravos. A proporção era maior nas regiões mais ricas e florescentes, e cuja colaboração na guerra tivera particular importância.

Também contribuíram as fugas constantes, que colocaram em xeque a própria existência das instituições e causaram o desespero entre os senhores escravista, que buscando resistir solicitaram a ajuda do Exército para a destruição dos quilombos. A negação do Exército em realizar papel de capitão do mato provocou um alívio entre os abolicionistas, e o debate na sociedade sobre o papel das forças militares. É a crise escravista amplificando a crise da monarquia.

As *leis abolicionistas* nada mudaram da estrutura de propriedade deixando transparecer uma tentativa de retardar o vulcão da história em erupção. O debate jurídico alimentado pela imprensa tomou conta do país: o Império desintegrou-se junto com a campanha abolicionista.

3.1.1 Leis abolicionistas?

O conjunto de leis aprovadas entre 1870 e 1888 reflete bem o descompasso entre a realidade social e a política nacional. Enquanto se pregava abertamente o fim definitivo da escravidão com indenização aos cativos, o governo fez aprovar a Lei do Ventre Livre, que buscou garantir liberdade a todos os nascidos de mãe escrava a partir da publicação da Lei 2.040: "Art. 1º: Os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre [...]" (BRASIL, 1871, p. 1).

Links

Para leitura e reflexão da Lei 2.040, na íntegra, acesse:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>.

Na prática, quase nada mudou: os filhos continuariam com seus senhores até completarem vinte e um anos. Salvo o senhor fizesse opção por entregá-lo

ao Estado, mediante indenização, após completar 8 anos. Traduzindo: escravo, salvo vontade em contrário de "seu dono".

Em 1880 Joaquim Nabuco, um dos maiores estadistas do Império, monarquista convicto, apresentou um projeto no Parlamento propondo a abolição da escravidão até 1890, com indenização aos escravos mediante doação de terras às associações abolicionistas para a formação de colônias de libertos. André Rebouças, jornalista abolicionista, pegou carona no debate inflamado e fez publicar o panfleto "Abolição imediata e sem indenização", em que além das propostas clássicas incluiu o fim do latifúndio.

Agravando o clima de guerra entre abolicionistas e contrários ao fim do escravismo, o advogado Luiz Gama ganhou nos tribunais a alforria de alguns cativos pelo não cumprimento da Lei de Abolição do Tráfico de 1831.

A imprensa que teve papel decisivo no processo abolicionista — também no republicano — fervilhava. Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Luiz Gama, Antônio Bento, José do Patrocínio e Castro Alves mantinham colunas regulares nos principais periódicos da época, convocavam e promoviam encontros em teatros e praças para o debate e difusão das ideias abolicionistas, não raro com arrecadação de fundos para manutenção da causa.

Em "resposta" o governo do Império baixou lei em 1885 visando coibir o avanço abolicionista, prevendo dois anos de prisão a todos que de alguma forma auxiliassem um escravo em fuga. Ainda no mesmo ano foi votada a lei 3.270, que ficou conhecida por lei do Sexagenário, concedendo liberdade a todos os escravos com mais de 60 anos, sem indenização aos seus proprietários.

Links

Para leitura e reflexão da Lei 3.270, na íntegra, acesse: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3270-28-setembro-1885-543466-publicacaooriginal-53780-pl.html>.

Era mais uma lei protelatória, mais uma das constantes manobras brasileiras diante das pressões, poucas pessoas tinham a possibilidade de atingir sessenta anos, imagine você que o escravo, nas condições de trabalho e vida, poderia chegar aos sessenta?!

O debate jurídico alimentado pela imprensa tomou conta do país até a aprovação da Lei 3.353 e/ou Lei João Alfredo em 1888: "Art. 1º – É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil".

Links

Para leitura e reflexão da Lei 3.353, na íntegra, acesse:
<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html>.

Tenho certeza de que fora observar a Lei Áurea, como ficou conhecida a referida lei, tem apenas dois artigos. Aprovada por um parlamento regressista e conservador, que tudo fizera para retardar o fim da escravidão, "a toque de caixa", deixou uma pergunta: Por que a celeridade? — seria na ideia de salvar os dedos, enquanto perdiam-se os anéis? O debate sobre o sistema escravista alimentou o debate sobre outros valores, entre eles o republicano-democrático. O império desintegrou-se junto com a campanha abolicionista, mesmo os monarquistas convictos aderiram, diante da fragilidade e morosidade da política imperial, à causa republicana. Os senhores de escravos perdedores da guerra escravista passaram a apoiar a causa republicana, muitos sonhando com indenizações que jamais ocorreram, ficando conhecidos como republicanos de 13 de maio. O imperador ficou ciente das ameaças dos latifundiários das regiões tradicionais em produção cafeeira e acreditou que o remédio seria o tempo.

Verteu a cornucópia [títulos nobiliárquicos] sobre os banqueiros, comissários e fazendeiros, agraciados estes em maior escala nos anos de 1888 e 1889, incidência [maior] sobre os agricultores fluminenses, os mais atingidos com a abolição (FAORO, 1989, p. 487).

A catapulta das pressões políticas teve duas bases sólidas: o avanço econômico e as transformações sociais, sob a primazia do café. Com dois agentes importantes "[...] o lavrador [canavieiro, particularmente] arruinado e o cafeicultor em progresso" (FAORO, 1989, p. 504).

O jornal *A Província de São Paulo* deu o tom dos debates políticos nos 18 meses que separam o 13 de maio de 1888 do 15 de novembro de 1889: "A pátria sem escravos ainda não é a pátria livre. Agora começa o trabalho de libertar os brancos [...]" (Editorial d'A Província de São Paulo apud SODRÉ, 1983, p. 240-1).

Para saber mais

Atualmente o jornal *A Província de São Paulo* tem o nome de *O Estado de São Paulo* ("Estadão"); para saber mais, acesse:

<http://jornalonline.net/estadao>

ou

<http://www.estadao.com.br/historico/print/cronologia.htm>.

Para saber mais

Realize uma busca na internet sobre as leis abolicionistas. Existe vasto material disponível sobre o tema. Em tese sob o pretexto de "garantir a liberdade" as leis acabaram por marginalizar parcela da população.

3.2 O Republicanismo

A obra de destruição imperial não decorre apenas do impulso produzido pelas vertentes antimonárquicas [de última hora] (FAORO, 1985). Historicamente o pensamento republicano sempre esteve presente nos movimentos contestatórios do sistema colonial e do modelo de Estado do Império como reflexo de suas origens nas elites econômicas, fortemente federalista e regional, apresentando-se conservador (socioeconomicamente) e evolucionista (politicamente). Só a título de exemplo o *Manifesto Republicano de 1870,* que precedeu a formação do Partido Republicano, não faz menção à questão abolicionista. As razões, embora injustificáveis aos olhos do humanismo, são claras: refletem conceitos ideológicos que transcendem aos "pontos de vistas" sobre o tema. "Os abolicionistas queriam libertar o negro; os *cafeicultores* [base do pensamento republicano] precisavam substituir o negro. Daí a diferença de ritmo e de acento" (BOSI, 1988, p. 37). Para os grupos abolicionistas era questão de "aliviar o sofrimento do escravo"; para os cafeicultores era questão de saber "[...] do *quantum* de mão de obra que ainda lhes seria dado arrancar aos derradeiros cativos antes de despachá-los para o vasto mundo da pura subsistência [...]" (BOSI, 1988, p. 37, grifo do autor).

A principal bandeira dos republicanos era o federalismo capaz de garantir o controle da máquina estatal: "[...] os Estados do sul queriam a federação

porque eram fortes, dotados de recursos para assegurar sua autonomia, os do norte, ao contrário, também queriam exatamente por serem fracos" (FAORO, 1985, p. 466).

Muitos eram os fatores de pressões no final da monarquia brasileira. Podem ser destacados, entre outros a manutenção do escravismo, que "colocava de um lado grandes proprietários de terra e de outro os setores urbanos, adeptos do abolicionismo"; politicamente temos a centralização de poder, prejudicial ao desenvolvimento econômico e social das províncias; a i*dade avança* do imperador, sem sucessor direto, também teve influência no embate; maior peso teve "[...] a Guerra do Paraguai [que] trouxe como consequência o desequilíbrio das finanças públicas, o fortalecimento do papel político do Exército" (COSTA, 2008, p. 1).

O resultado da confluência dos fatores foi a deposição do Imperador D. Pedro II, que põe fim à única monarquia longeva da América.

3.3 O simbólico 15 de novembro

A *Proclamação da República* deve ser atendida com o resultado da união dos vários grupos antimonárquicos, ultimada às vésperas da madrugada da sexta feira 15 de novembro de 1889. Nas palavras de Edgar Ferreira Neto (1988, p. 36):

> [...] os ressentimentos insuperáveis levaram ao golpe [...] o diálogo da madrugada do dia 15 enterrava o império escravista" com o exército "disposto envergava o papel de corrente de opinião, disposta a operar por si as transformações necessárias no governo.

Polarizados em torno dos militares, enquanto única representação de classe organizada, com valores ideológicos consistentes capazes de assumir a liderança em momento "tão árido da história", o ato tem força representação simbólica, sem a ruptura esperada ou desejada pela maioria da população. Em tese trocamos um imperador com simpatias ao movimento republicano por um presidente declaradamente monarquista.

Que fique claro que o ato de 15 de novembro foi um golpe militar chefiado por Deodoro da Fonseca, que era um monarquista muito próximo à família imperial. O golpe foi fruto das transformações nascidas da rápida expansão do café, do fluxo migratório constante, da Guerra do Paraguai, do abolicionismo,

do republicanismo e, na fase final, da ruptura da Igreja Católica (Questão Religiosa) e dos Militares (Questão Militar).

A Questão Religiosa tem sua origem na Constituição de 1824 e no Sistema de Padroado que colocava a Igreja Católica no Brasil subordinada ao Estado e não ao Vaticano. Em troca de abrir mão da Igreja no Brasil o catolicismo se tornava a religião oficial do Estado.

Os anos mudaram a visão da Igreja quanto aos benefícios recebidos do Estado, principalmente pelo excesso de controle que dificultava a real função de propagação religiosa espiritualizada e da busca por formar valores morais compatíveis com o pensamento cristão. O principal alvo da ação reformista do clero eram as lojas maçônicas (responsável, segundo Roma, pela impiedade do mundo) e sua interferência em assuntos da Igreja. Incapazes de mudar a lei alguns membros do clero passaram a desrespeitá-la buscando romanização da Igreja.

O Estado, em cumprimento à Lei, ordenou a prisão dos fora da lei: clérigos nomeados pelo Papado e empossados com o beneplácito do Imperador. A Questão Religiosa ganhou foro internacional quando a câmara dos deputados majoritariamente maçônica apresentou requerimento de ruptura das relações diplomáticas com a Santa Sé, em Roma.

Para os fiéis a atuação do Império era inconcebível; abaixo-assinados foram organizados em várias províncias; no Nordeste movimentos populares ganharam as ruas a pretexto de apoio aos religiosos como foi o caso da Revolta Quebra Quilos, saqueando o comércio, destruíam balanças e documentos aos gritos de “viva a religião e morram os maçons”. As causas reais estavam no aumento do custo de vida, principalmente pela constante elevação dos impostos.

A Questão Militar tem seus fundamentos no fortalecimento do Exército com a Guerra do Paraguai e pela pregação positivista que colocava os militares como salvadores da pátria, cabendo a esses cidadãos de fardas a salvaguarda dos destinos da nação, sempre tendo por base a ordem capaz de atingir o pleno progresso. O que temos de fato, excluídas as pregações cientificistas do positivismo e o descontentamento crescente das classes médias urbanas, é uma crise de poder agravada pela pouca habilidade da classe política a serviço do Estado em conduzir o debate entre Império e membros descontentes do Exército brasileiro. Importante observar que, “Não data do término da guerra do Paraguai [...] a divergência entre a ordem civil e a militar [...]. A guerra do Paraguai não

criou as incompatibilidades", em verdade acabou, em efeito colateral, "assegurando aos soldados o prestígio e os meios de reação" (FAORO, 1985, p. 473).

Os militares buscando voz na sociedade recorreram à imprensa, fato que atraiu apoio de boa parte da sociedade civil, em especial dos republicanos, as reivindicações dos homens da caserna. Com a simpatia de parte da população os militares ampliaram suas críticas ao modelo de política do Império, em especial na condução da questão escravista, por meio da imprensa, em especial no jornal "A Federação", do republicano e positivista de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul.

Em resposta às ações dos militares na imprensa contra o governo o Ministério da Guerra determinou a punição de todos os militares envolvidos. O marechal Deodoro da Fonseca, um dos mais respeitados membros da corporação e chefe militar no Rio Grande do Sul, por não concordar com as ações punitivas foi destituído de suas funções e transferido para o Rio de Janeiro.

De volta ao Rio de Janeiro Deodoro assumiu as negociações junto ao Império, conseguindo anistia aos envolvidos, o afastamento do ministro da guerra (Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves) e liberdade de manifestação pela imprensa, desde que dentro da ordem constitucional. A vitória política ampliou as responsabilidades e respeitabilidade do velho marechal, legitimando-o como principal líder militar.

Ao ceder o governo expõe parte de suas fragilidades, a República estava em gestação e o governo preso à letargia aguardava seu desfecho silencioso; imaginando que os problemas teriam resolução pelo tempo, caindo no esquecimento ou algo parecido. Não foi o que aconteceu!

Os dois últimos gabinetes da Coroa (10 de março de 1888 e 7 de junho de 1889) sentem o perigo da pedra que desce da montanha (FAORO, 1985). Os acontecimentos da primavera de 1889 precipitaram o fim do Império. Sob pressão há anos o imperador escolheu um político moderado do Partido Liberal, o visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), para a presidência do Conselho de Ministros. "Ouro Preto arma-se para a batalha — que ele sabe pode ser a última. [...] em apenas cinco meses de governo, prodigalizou 93 títulos (83 de barão, 9 de visconde e 1 de conde)" (FAORO, 1985, p. 487).

Propõe reformas pautadas pela teoria da "redução de danos e riscos avaliados", entre elas a eleitoral e administrativa, com ampliação da autonomia administrativa e maior poder as províncias na indicação dos presidentes a partir de uma lista de eleitos. A pergunta era "poder-se-ia reorganizar a monarquia, para, por meio de concessões e reformas, readaptar-se ao jogo das forças sociais e econômicas?" As opiniões eram bem diversas: "Os monarquistas e federalistas,

Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, só por meio da mudança radical viam a salvação do Império" (FAORO, 1985, p. 462). Por sua vez "a maioria monarquista" ao pactuar com Ouro Preto "[...] limitava-se à descentralização [...], convencida de que um passo a mais sacrificaria o trono" (FAORO, 1985, p. 462).

O temor engessou as propostas; as pressões e apoio popular davam margem para maiores exigências de federalistas, liberais, radicais, republicas e demais opositores ao sistema. A Câmara majoritariamente conservadora rejeitou as propostas de mudança, obrigando o imperador a dissolver o Parlamento e convocar novas eleições para 20 de novembro de 1889, sob a coordenação de Ouro Preto. Os "históricos passos lentos" do Império aceleravam-se: "A principal diferença entre a era anterior a 1868-1871 e a que a sucedeu é a fé dos saquaremas na monarquia finalmente desmoronou" (NEEDELL, 2009, p. 1).

Um clima de mudanças tomou conta do capital do Brasil no ano de 1889, com alastramento capilar em diferentes cidades e províncias do Império, destacadamente em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. As forças contrárias à continuidade do Império na cidade do Rio de Janeiro marcaram reunião para o sábado dia 9 de novembro — curiosamente dia do Baile na Ilha Fiscal em homenagem aos chilenos —, com o objetivo de verificação dos apoios existentes e organização dos próximos passos do movimento republicano. A reunião pouco producente e muito acalorada deliberou pela urgente busca de novos membros — de peso político consagrado, em especial. Coube a Benjamim Constant e Quintino Bocaiúva buscar o apoio de Deodoro da Fonseca, fato que aconteceu em reunião da segunda, dia 11, quando vários pontos programáticos dos republicanos foram apresentados ao marechal. Deodoro, homem de convicções, plenamente monarquista, e muito próximo do Imperado declinou ao convite de aderir ao movimento.

Para saber mais

O ato simbólico de 15 de novembro de 1889, capaz de dividir opiniões sobre Proclamação ou Golpe, ficou consagrado pela imagem "Proclamação da República", de Bento Calixto. O que a imagem não transmite é a fragilidade do governo D. Pedro II (1840/89) e da Monarquia nascida em 1822, que caiu sem reações belicosas ou ações populares favoráveis ou contrárias a este ou àquele grupo. D. Pedro II, o imperador que sempre se declarou funcionário público número 1, cedeu o trono da forma como conduziu a vida: serenamente, partindo (expulso) poucas horas após o golpe para o exílio na França.

Uma onda de boatos espalhou-se pela cidade do Rio de Janeiro na quinta-feira, dia 14; entre os muitos *buxixos* estava da decretação das prisões de vários republicanos — entre eles Benjamim, Bocaiúva e Deodoro —, por parte do Presidente do Conselho de Ministro, Visconde de Ouro Preto. Deodoro assumiu o papel de líder das tropas em "[...] uma marcha de 600 soldados liderados pelo marechal Deodoro da Fonseca contra o quartel-general do Exército, onde estava reunido o ministério" (COSTA, 2008, p. 1) sob a presidência de Ouro Preto, que acabou deposto. D. Pedro II em descanso em Petrópolis soube da real situação dos movimentos das tropas e de toda confusão após regressar às pressas para o Rio de Janeiro no final do dia. A república, sem povo e sem derramamento de sangue, nascia da organização de uma elite cansada do retrocesso imperial, com o apoio de grupos militares e civis, sempre tendo em mente a manutenção da ordem capaz de trazer o progresso.

Para saber mais

A força da literatura de Machado de Assis

Poucos autores brasileiros têm a força literária de Machado de Assis; capaz de construir notoriedade e fama para viver de sua arte na segunda metade do século XIX, coisa rara ao longo da história das letras no Brasil. Na obra "Esaú e Jacó" (1903) Joaquim Maria Machado de Assis reconstrói de maneira magistral os momentos finais da monarquia duradoura. Tenho certeza de que vale a pena resgatar a obra — que está disponível em sua íntegra na internet. Machado de Assis que era um monarquista histórico, fiel às suas tradições, deixou sua *gota de veneno* ao descrever os primeiros momentos da jovem República nos capítulos 62 e 63, da mesma obra; a construção metafórica é perfeita. O postergar — tradicional deixa para ver como é que fica — do "PARE NO D." foi magistral. Bom resgate, ótima leitura!

Para concluir o estudo da unidade

Acreditamos que um olhar atento sobre a construção dos partidos políticos durante o Segundo Reinado poderia ser um ótimo caminho, mormente em antecipação à visão plutocrática dos republicanos que forjaram a base da primeira república brasileira (1889-1930).

Resumo

A presente unidade abordou três temas fundamentais da construção política do Império brasileiro, mais especificamente do Segundo Reinado. Fora abordada a crise da política externa, com ênfase na Guerra do Paraguai; os arranjos partidários, com as permanências superiores às rupturas; e as crises finais que produziram o fim do único Império duradouro das Américas.

Atividades de aprendizagem

1. Caracterize os primeiros movimentos da expansão cafeeira no Vale do Rio Paraíba do Sul e sua migração para o oeste da província de São Paulo.

2. Faça um retrato da economia açucareira durante o período do Segundo Reinado.

3. Caracterize a expansão do extrativismo da borracha na fase analisada na Unidade.

4. Quais são as bases da expansão cacaueira no sul da Bahia?

5. Faça um resumo da importância das imigrações para as transformações no período.

6. Caracterize a sociedade do Segundo Reinado.

7. Descreva a importância dos imigrantes italianos na transição escravismo-assalariado.

8. O que foi a modernidade conservadora?

9. Caracterize as defesas políticas dos Liberais e Conservadores durante o Segundo Reinado.

10. Qual a dinâmica de funcionamento da Presidência do Conselho de Ministros?

11. Estabeleça uma análise sobre o escravismo.

12. Caracterize a Guerra do Paraguai.

13. Quais os fatores da crise do Império brasileiro?

Referências

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de historia colonial**. São Paulo: Publifolha, 2000.

AMARAL, Rodrigo de Aguiar. Traficantes no poder. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 22-24, jan. 2008.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <http://stoa.usp.br/puntoni/files/1033/5867/03_Antonil_1711.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

BENTES, Rosineide. A apropriação ecológica de seringais na Amazônia e a advocacia das *rubber plantations*. **Rev. hist**., São Paulo, n. 151, dez. 2004. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092004000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

BONIFÁCIO, José. **A abolição**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1884. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/01688100/016881_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estud. av**., São Paulo, v. 2, n. 3, dez. 1988 . Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n3/v2n3a02.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 29 set. 2013.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2040.htm>. Acesso em: dez. 2013.

BUENO, Eduardo. **Brasil**: uma história: a incrível saga de um país. São Paulo: Ática, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **A nação mercantilista**: ensaio sobre o Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000292.pdf >. Acesso em: 29 setembro de 2013.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-

52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist**., São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado: 200 anos de administração pública: 200 anos de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, out. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000500003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1985.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1989.

FELDMAN, Ariel. Uma crítica às Instituições representativas no período das regências (1832-1840). **Alm. Braz.**, São Paulo, n. 4, nov. 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392006000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

FERREIRA NETO, Edgard Leite. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FORMAÇÃO e consolidação dos Estados Modernos. 2013. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/Artigo/Imprimir/47354>. Acesso em: nov. 2013.

FURTADO, João Pinto. O contexto do ouro. **BrHistória**, São Paulo, ano 1, v. 1, n. 3, p. 57, 2006.

GREGÓRIO de Matos. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/biografias/gregorio-de-matos.jhtm>. Acesso em: nov. 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HUBBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. 21. ed. Rio de Janeiro: ETC, 1986.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A fronda dos mazombos**: nobres contra mascates Pernambuco 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Um imenso Portugal**: história e historiografia. São Paulo: 34 Ed., 2008.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. São Paulo: Ática, 1987.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Topnooks, 1997.

NEEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. **Alm. braz.**, São Paulo, n. 10, nov. 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392009001000001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. A ideia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.

br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

OS PERIÓDICOS de ciência no Brasil do século 19. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=77&sid=14>. Acesso em: nov. 2013.

PASCOAL, Isaías. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e Político o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jun. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

PETRI, Katia Cristina. Braços para a lavoura: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). **Cordis**, São Paulo, n. 3-4, 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>. Acesso em: 29 set. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

RIBEIRO, José Iran. O fortalecimento do Estado Imperial através do recrutamento militar no contexto da Guerra dos Farrapos. **Rev. Bras. Hist**., São Paulo, v. 31, n. 62, dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882011000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

RISÉRIO, Antonio. Escravos de escravos. **Revista Nossa História**, v. 1, n. 4, p. 62-66, fev. 2004.

RODRIGUES, Fabiana Mehl Sylvestre. Caminhos e descaminhos da nacionalização do Exército brasileiro no período Regencial (1831-1840). **Alm. Braz**., São Paulo, n. 3, maio 2006. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-81392006000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flávio. Com o pé sobre um vulcão: africanos minas, identidades e a repressão antiafricana no Rio de Janeiro (1830-1840). **Estud. afro-asiát**., Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2001 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2001000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 set. 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TORAL, André; BASTOS, Giuliana. Os brutos que conquistaram o Brasil. **Superinteressante**, São Paulo, n. 151, p. 26, abr. 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial** (1500-1808). São Paulo: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.